

JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL
E MÍDIA

Vozes Silenciadas



*A cobertura do vazamento
de petróleo na costa brasileira*



intervozes
coletivo brasil de
comunicação social

Vozes Silenciadas - a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira

FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial e Pesquisa

Iara Moura, Nataly de Queiroz Lima, Patrícia Paixão de Oliveira Leite, Paulo Victor Melo

Assistentes de Pesquisa

Jamilly Ferreira Oliveira, Lucianna Silveira, Pâmela Queiroz, Thiago Mendes

Projeto gráfico e diagramação

Oficina Sal

Fotos de capa gentilmente cedidas por

Inês Campelo e Janaína Santos

Revisão

Maria Mello, Nathália Cardoso e Olívia Bandeira

Parceria

Fundação Ford

Apoio

Heinrich Böll

Conselho Diretor Intervozes 2019-2020

André Pasti, Bia Barbosa, Flávia Lefèvre, Helena Martins, Raquel Baster, Nataly Queiroz, Paulo Victor Melo

Executiva do Intervozes

Gyssele Mendes, Iara Moura, Maria Mello, Marina Pita, Olívia Bandeira, Pedro Ekman

intervozes.org.br | intervozes@intervozes.org.br

 [facebook.com/intervozes](https://www.facebook.com/intervozes)

 [instagram.com/intervozes](https://www.instagram.com/intervozes)

 twitter.com/intervozes

 [youtube.com/intervozes](https://www.youtube.com/intervozes)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International (CC BY-SA 4.0) <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL
E MÍDIA

Vozes Silenciadas

A cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira

Índice

01

Apresentação / pág. 6

A pesquisa: passos metodológicos, questões e objetivos

02

O vazamento de petróleo nas páginas de jornais impressos / pág. 10

2.1. Análise dos veículos de abrangência nacional

A. O Globo

- A cobertura: omissões e acriticismos em O Globo
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

B. Folha de S. Paulo

- A cobertura: amplo destaque, mas vozes pouco diversas
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

C. O Estado de S. Paulo

- A cobertura: início tardio e clima de consenso
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus

- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

2.2. Análise dos veículos de abrangência regional

D. Diário do Nordeste

- A cobertura: vazamento de petróleo ganha pouco destaque
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

E. Jornal do Commercio

- A cobertura: o primeiro a falar sobre o tema entre os regionais
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

F. A Tarde

- A cobertura: pauta ganha espaço, mas falta diversidade

- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus

- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

G. O Estado do Maranhão

- A cobertura: jornalismo declaratório e pouca diversidade de vozes
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- O Corpus
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

03

O vazamento de petróleo nos noticiários televisivos das emissoras Globo, SBT e Record / pág. 56

A. Jornal Nacional

- A cobertura: a busca por respostas à tragédia no rastro do governo
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

B. Jornal da Record

- A cobertura: faltou crítica no jornalismo da Record TV
- Desinformação como tônica
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas (e uma voz criminalizada)
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

C. SBT Brasil

- A cobertura: omissões e falta de crítica no SBT Brasil
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas
- Fontes, dados científicos e legislações
- Diversidade de fonte

04

A mídia pública e o vazamento de petróleo: análise da Agência Brasil / pág. 74

Agência Brasil

- A cobertura oficializada da agência pública
- Vozes silenciadas e vozes amplificadas | A voz dos agentes do Estado: a relação com as fontes na ABR
- Fontes, dados estatísticos e legislações
- Diversidade de fontes

05

Artigo / pág. 82

Petróleo no Nordeste: quem tem direito a falar e ser ouvido em uma tragédia sem precedentes? Um olhar sobre os desafios de quem faz comunicação independente - por Débora Britto

06

Artigo / pág. 88

Racismo da mídia na situação do vazamento de petróleo nos Territórios Pesqueiros - por Elionice Sacramento

07

Artigo / pág. 94

Povos indígenas - a realidade que não chega nos jornais - por Sônia Guajajara

08

Considerações finais / pág. 98

09

Referências / pág. 104

10

Pesquisadoras/es e autoras/es / pág. 105

Apresentação

01

1009
localidades

•
11
estados

•
130 municípios

Se 2020 entrará para a história como o ano em que o Brasil e o mundo enfrentaram a pandemia do novo coronavírus assistindo ao aprofundamento de desigualdades estruturais e trazendo à tona o debate sobre os limites da globalização capitalista, 2019 vai ocupar espaço na história do país como um ano marcado pela ocorrência de tragédias socioambientais de proporções catastróficas. Embora os conflitos socioambientais tenham origens históricas anteriores a este século, originadas com o projeto colonizador, o que o Brasil viveu nos anos recentes e, particularmente em 2019, chama atenção pela confluência e pela força destrutiva de episódios trágicos.

Após um início de ano marcado pelo rompimento da barragem de Brumadinho Córrego do Feijão, operada pela Vale, cujo resultado foi o de 256 pessoas mortas e 14 que seguem desaparecidas em Minas Gerais, o país foi impactado, em agosto de 2019, com o aparecimento de manchas de petróleo ao longo da faixa litorânea que adentrou diferentes rios, mangues e estuários.

Dez meses depois do aparecimento das primeiras manchas do petróleo, o governo federal segue sem respostas sobre a possível origem do material. O último balanço feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de 20/03/2020, revela que **1.009 localidades, de 11 estados e 130 municípios brasileiros, foram afetadas.** A extensão da área contaminada coloca esse evento como o maior desastre por derramamento de petróleo cru do Oceano Atlântico Sul. A gravidade, a duração e a extensão dos impactos ainda são imensuráveis pela ciência, mas já se evidenciam efeitos de enorme severidade sobre a vida de pescadoras, pescadores, marisqueiras, catadoras de mangaba, quilombolas, ribeirinhos/as, agricultores/as e outras pessoas que têm a reprodução da vida em simbiose com os mares, rios, mangues e territórios tradicionais pesqueiros.

Apesar da envergadura do problema e das denúncias de populações da zona costeira, cientistas, pesquisadores/as e ativistas ambientais, somente após um mês do aparecimento das primeiras manchas na linha de praia no litoral nordestino é que o tema foi noticiado pela mídia de alcance regional e passou a ocupar espaço na agenda das autoridades públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Já nos veículos de alcance nacional as primeiras notícias só vieram aparecer em meados de outubro de 2019. Além da demora em colocar a questão no centro da agenda política, chamou atenção

a ausência de menção, nas notícias da mídia e nas falas de autoridades, ao conjunto de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) diretamente impactados pelo derramamento de petróleo.

“A mídia no máximo fala sobre os animais. Só fala que a tartaruga vai morrer, que o peixe-boi vai morrer, e nós? E os pescadores e nós marisqueiras que vivemos destas águas? Como é que sustenta nossas famílias com esse vazamento? Nós pescadoras e marisqueiras também temos vida, também temos importância. O mangue é a vida da marisqueira. A maré é a vida do pescador”, denunciou liderança do Movimento de Marisqueiras de Sergipe durante escuta realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em missão co-coordenada pelo Intervozes em outubro de 2019.

Partindo dessa provocação, a quarta edição da série **Vozes Silenciadas** analisa sete veículos da mídia de abrangência nacional e quatro da mídia regional para analisar as narrativas em torno do desastre socioambiental. A extensiva pesquisa se deteve sobre a cobertura dos seguintes jornais impressos: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, A Tarde (BA), Jornal do Commercio (PE), O Estado do Maranhão (MA) e Diário do Nordeste (CE). Além deles, analisou-se a cobertura da Agência Brasil, agência de notícias da EBC, empresa pública de comunicação, e os televisivos Jornal da Record (Record TV), Jornal Nacional (Rede Globo) e SBT Brasil (SBT).

A **série Vozes Silenciadas** é uma linha de pesquisa do Intervozes voltada à cobertura da mídia sobre temas conjunturais de relevância para a sociedade brasileira. A série parte do princípio de que os meios

de comunicação de massa e, especificamente, as empresas de mídia, cumprem papel fundamental no agendamento de temas, na formação da opinião pública e na construção de sentidos sociais para os fatos. Para o Intervozes, compreender os discursos produzidos pelas empresas de mídia apreendendo quais são os enquadramentos e as vozes ouvidas e as silenciadas é tarefa fundamental para se fazer uma leitura aprofundada da conjuntura. A série chega à sua quarta edição após se debruçar sobre a cobertura da mídia a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Edição 1, 2011), dos protestos de junho de 2013 (Edição 2, 2013) e da Reforma da Previdência do governo Bolsonaro (Edição 3, 2019).

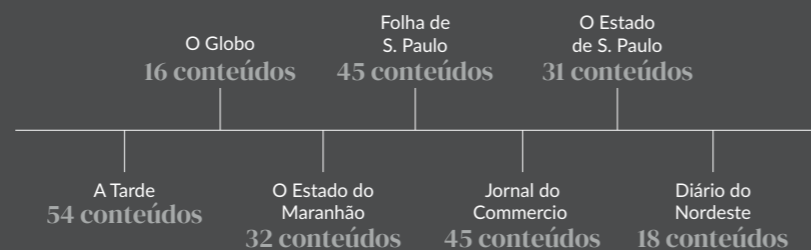
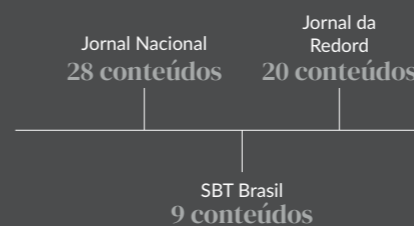
A análise agora realizada aponta para alguns padrões e semelhanças na cobertura da mídia de abrangência regional e nacional. Chama atenção o atraso na cobertura do vazamento de petróleo pelos veículos. Tanto os nacionais quanto os regionais demoraram quase um mês para noticiar o aparecimento de manchas misteriosas no mar, quando estas já estavam visíveis na costa de cidades nordestinas. Além do atraso, nota-se uma interrupção abrupta da cobertura do assunto pela mídia, antes mesmo de a sociedade saber: “quem foi responsável pelo derramamento de petróleo?”; “como está a vida e sobrevivência dos/as pescadores/as e marisqueiras/os pós-tragédia?”; “há voluntários com doenças adquiridas durante a limpeza das praias?”; “houve impactos na saúde dos banhistas?”; “quantos animais marinhos morreram pelo petróleo?”; e “qual o destino final dos resíduos/petróleos retirados dos mares, rios

e mangues?”. São perguntas ainda sem respostas.

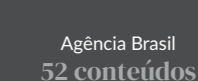
As matérias e reportagens também tiveram como característica o recorrente uso de fontes oficiais, tendo nestas quase como ancoradouro dos textos, num padrão que convencionou-se chamar de “jornalismo declaratório”. A adoção e repercussão acrítica de declarações e teorias conspiratórias do Governo Federal, por exemplo, foi marca de alguns dos veículos analisados, chegando ao auge quando tuítes do presidente Jair Bolsonaro ou do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles com acusações não comprovadas sobre a origem do petróleo pautaram por dias e dias a cobertura, algumas vezes sem nenhum contraponto.

Retomando o questionamento que motivou a pesquisa é patente a invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, como pescadores/as e marisqueiras/os - categorias dramaticamente atingidas pelo desastre socioambiental, por terem os mares, mangues e rios como fontes de vida e sustento. Verifica-se, por exemplo, que a referência ou nomeação de “pescadores/as” e “marisqueiros/as” é quase que apagada dos títulos dos jornais impressos estudados.

Um dos dispositivos mais eficazes para submeter os povos a uma falsa superioridade cultural é por meio da linguagem; desta forma, negar-lhes o direito à voz, a serem fonte numa questão tão afeita a vida destes homens e mulheres, é, de certa feita, negar-lhes o predicado de sujeitos e sujeitas da história e excluí-los de participação na vida democrática.

Jornais Impressos**241**conteúdos
não opinativos**Telejornais****57**conteúdos
não opinativos**Webjornalismo****52**

conteúdos



A pesquisa: passos metodológicos, questões e objetivos

Nos casos dos veículos de abrangência nacional analisados, tanto os impressos quanto os televisivos, e da Agência Brasil, o recorte temporal desta pesquisa contemplou cinco períodos, a saber:

1) os primeiros dias de aparecimento das manchas de petróleo (30 de agosto a 7 de setembro de 2019); 2) o primeiro mês da chegada do petróleo nas praias (30 de setembro a 5 de outubro de 2019); 3) a semana na qual foi anunciado que o petróleo era Venezuelano e o Greenpeace realizou um ato público em Brasília, gerando reações controversas do governo federal (23 a 30 de outubro de 2019); 4) o período em que a Polícia Federal apontou como suspeito pelo vazamento um navio de origem grega (1 a 9 de novembro de 2019); 5) a semana de início da Medida Provisória nº 908/2019, a qual instituiu o auxílio emergencial aos pescadores artesanais (29 de novembro a 7 de dezembro de 2019). No caso dos quatro jornais regionais analisados, o Corpus reunido foi o de matérias e reportagens publicadas no período corrido de 30 de agosto a 30 de novembro de 2019.

O escopo da análise contemplou mídias impressa, televisiva e digital, com veículos de natureza comercial e pública, com circulação nacional e regional. Entre os impressos do primeiro grupo estão os jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Os programas jornalísticos de TV foram o Jornal Nacional, o Jornal da Record e o SBT Brasil. A novidade desta edição foi a inclusão da Agência Brasil, agência de notícias que integra a Empresa Brasil de Comunicação das mídias de circulação regional. No rol dos veículos regionais analisados estão: Diário do Nordeste (Ceará), Jornal do Comercio (Pernambuco), A Tarde (Bahia) e o Estado do Maranhão (Maranhão). Os critérios para a seleção desse conjunto de veículos foram a audiência nos seus segmentos e a circulação/tiragem nacional e local.

A análise qualitativa se ateve aos materiais jornalísticos não opinativos. Desses, **241 estavam nos veículos impressos, 57 nos telejornais e 52 no webjornalismo da Agência Brasil, totalizando 350 conteúdos analisados.**

De natureza quantitativa e qualitativa, a metodologia empregada para a análise dos conteúdos acima contemplou dimensões semânticas e sintáticas. Na definição de Martin Bauer:

Procedimentos sintáticos enfocam os transmissores de sinais e suas inter-relações. A sintaxe descreve os meios de expressão e influência – como algo é dito ou escrito. (...) Os procedimentos semânticos dirigem seu foco para a relação entre os sinais e os seus sentidos – sentidos denotativos e conotativos em um texto. A semântica tem a ver com “o que é dito em um texto?”, o tema e as avaliações. (BAUER, 2002, p. 192-193)

Assim, foi realizado, primeiramente, o levantamento dos materiais veiculados no período de análise selecionado. Esses foram:

1. Classificados por sua natureza: matéria (material noticioso de cunho factual), reportagem (abordagem mais aprofundada de um tema e nem sempre vinculada ao factual), notas, editoriais, artigos e crônica;
2. Indexados por data e editoriais, destacando também a presença de chamadas nas capas dos impressos.

Os critérios de análise sintática dos conteúdos desta pesquisa corresponderam, portanto, à localização dos materiais nos veículos estudados e ao espaço/tempo dedicado ao assunto. No caso dos conteúdos televisivos, realizou-se a minutagem dos mesmos. Já nos impressos a medida de análise foi o espaço ocupado na página, com exceção dos conteúdos veiculados na Folha de S. Paulo, os quais não estavam disponibilizados em versão flip, imagem ou pdf. Nesse último caso, foi realizada a contagem dos caracteres com espaçamento, considerando o título. O mesmo procedimento foi adotado para

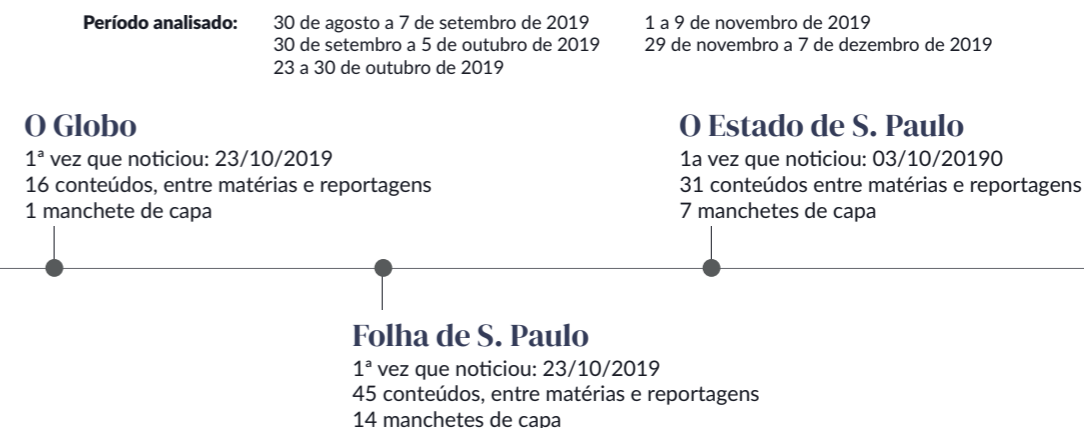
a Agência Brasil. Igualmente se considerou a presença do assunto em escaladas e capas.

Já a dimensão semântica, para responder à pergunta central desta pesquisa, “quais vozes foram silenciadas?”, contemplou como critérios de análise prioritariamente os ganchos temáticos dos conteúdos e as fontes consultadas. A partir desses, ainda foram identificadas a presença (ou não) de controvérsias e de menções a legislações ambientais e a pesquisas científicas.

Esses dados foram tabulados, organizados por veículos e cruzados para fornecer uma análise consistente da cobertura da mídia acerca do derramamento de petróleo. Os resultados evidenciam mais do que o silenciamento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) nos locais atingidos: reiteram a necessidade de o jornalismo, enquanto campo social, rever suas práticas arraigadas de produção noticiosa, além de alertarem, pelo tratamento do assunto, sobre os riscos à comunicação pública da fusão da EBC, empresa pública, com a NBR, TV estatal, que aconteceu em abril de 2019.

A pesquisa contou com a coordenação de quatro pesquisadoras/es, além de quatro assistentes. Também colaboraram com a publicação três articulistas: Débora Britto; Sônia Guajajara, e Elionice Sacramento. As fotos que integram esta pesquisa foram gentilmente cedidas por Inês Campelo e Janaína Santos. A todas as trabalhadoras e trabalhadores que colaboraram, o agradecimento do Intervezes. Os perfis de cada um/a são apresentados na página final desta publicação.

2.1. ANÁLISE DOS VEÍCULOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL



O Globo

As Organizações Globo compõem o maior oligopólio de mídia no país, sendo proprietária do jornal O Globo, entre diversos outros meios de comunicação. O Jornal O Globo foi fundado em 1925, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Irineu Marinho, que faleceu 21 dias depois da criação do periódico, o qual seguiu administrado pela família Marinho. Logo quando surgiu, foi considerado pela imprensa carioca “moderno, com o feitio de um diário europeu, desapaixonado e muito noticioso”. Já a pioneira TV Globo do Rio de Janeiro foi outorgada durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, sendo inaugurada em 1965, junto a outras concessões (LIMA, 2006, p. 65), hoje considerada a âncora dos outros veículos das Organizações Globo, pela sua força de audiência, constituindo uma rede nacional de emissoras (próprias e afiliadas) “(...) que, não só por sua centralidade na construção das representações sociais dominantes, mas pelo grau de interferência direta que passou a exercer, foi um ator decisivo em vários momentos da história política do Brasil nas últimas décadas” (LIMA, 2006, p. 65).

Nos últimos anos, o grupo também lançou o jornal Extra, no Rio de Janeiro, para concorrer com O Dia, e a revista semanal Época, para concorrer com a Veja. A tradição conservadora das Organizações Globo ficou explícita durante o Golpe Militar de 1964, que, em histórico editorial, saudou a derrubada do então presidente João Goulart. Somente em 2013 o grupo reconheceu publicamente que o apoio editorial ao Golpe de 1964 foi um erro, afirmando que “a consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em

que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco”. Contraditoriamente, Irineu Marinho fundou O Globo declarando que o objetivo era “defender causas populares” e ser “independente” de forças políticas e econômicas. Outros momentos históricos do país atestaram a vinculação do jornal com forças políticas e econômicas, como em abril de 1962, quando se publicou matéria que destacava o seguinte trecho: “Considerado desastroso para o país um 13º mês de salário”. Também em 2015 e 2016, apoiou editorialmente o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, além de ter declarado apoio às reformas da previdência e trabalhista de Michel Temer, em 2017, e da **reforma da Previdência de Bolsonaro, em 2019.**



Para saber mais sobre a cobertura da mídia sobre a reforma da Previdência de Bolsonaro, acesse: intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo

O Globo teve uma tiragem média, em 2016, somando impresso e digital, de cerca de 302 mil exemplares, com circulação bastante significativa na cidade do Rio de Janeiro. O acesso aos textos do Corpus desta pesquisa foi realizado mediante análise de todas as páginas dos primeiros cadernos do jornal, no período de recorte estabelecido, e não por palavras-chave. Esse acesso ao acervo das edições do jornal impresso de O Globo é permitido apenas para assinantes, pelo endereço: acervo.oglobo.globo.com.

O vazamento de petróleo nas páginas de jornais impressos

02

2.1 Análise dos veículos de abrangência nacional

2.2 Análise dos veículos de abrangência regional

O domínio da Globo

O Grupo Globo possui veículos ou redes centrais a todos os mercados de mídia. Na TV aberta, comanda a Rede Globo, líder disparada de audiência; na TV paga, é proprietário da programadora Globosat, que produz conteúdos que incluem o canal de notícias 24 horas GloboNews e mais de trinta outros — além de parcerias internacionais com importantes estúdios; na Internet, possui o maior portal de notícias brasileiro, Globo.com; no rádio, tem duas de suas redes figurando entre as dez principais do país: Globo AM/FM e CBN; na mídia impressa, possui jornais de grande relevância como O Globo, Extra, Valor Econômico e Expresso da Informação e revistas como Época, Crescer, Galileu, Marie Claire e tantas outras. Possui, ainda, uma das principais agências de notícias do país, a Agência O Globo (AOG). O grupo atua, ainda, em mercados como o fonográfico, o cinematográfico e o editorial. Com o domínio de tantas esferas, o Grupo Globo alcança sozinho uma audiência maior do que as audiências somadas do 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos brasileiros.

Esse fato é tão significativo que o grupo anunciou em campanha recente que atinge 100 milhões de brasileiros todos os dias, cerca de metade da população nacional. O que para o conglomerado é propaganda de seu alcance, para a pluralidade na mídia pode ser visto como um cenário muito preocupante.



Fonte: Quem controla a mídia no Brasil (Intervozes, 2017)
quemcontrolaamidia.org.br/

A cobertura: omissões e acriticismos em O Globo

Durante a análise do jornal O Globo, verificou-se que, dos cinco períodos estabelecidos como Corpus de pesquisa, em três deles não houve qualquer menção ao vazamento de petróleo no Nordeste: entre 30/08/2019 e 07/09/2019; entre 30/09/2019 e 05/10/2019; e entre 29/11/2019 e 07/12/2019¹. Supõe-se que parte dessa omissão inicial na cobertura do desastre ambiental se deu pela censura que o governo federal impôs ao Ibama. Pelo menos esse fato é denunciado em matéria publicada no dia 30/10/2019, sob o título “Dois meses de petróleo”. A narrativa aponta que houve uma sucessão de falhas do governo federal em relação ao impacto do petróleo no Nordeste, citando relatório do Ibama, como a proibição imposta pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao próprio órgão ambiental em comunicar situações de emergência, inclusive à imprensa — o que durou 33 dias. A matéria reitera que as primeiras manchas do petróleo aportaram na costa nordestina em 30 de agosto, na Paraíba. Sugere-se que houve omissão sobre o desastre pelos órgãos do governo federal, já que a Marinha, segundo o texto, recebeu o primeiro comunicado três dias depois: em 2 de setembro. O jornal diz,

ainda, que somente no dia 11 de outubro o ministro do Meio Ambiente comunicou aos demais ministérios que a Marinha seria coordenadora do Plano Nacional de Contingenciamento.

No entanto, é significativa a falta de perspectiva crítica na matéria, uma vez que houve cerceamento do direito à Informação, previsto como violação ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e à Constituição Federal, e o jornal não trabalhou essa temática na cobertura em tela. Limitou-se a descrever trechos da nota da assessoria do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha, Ibama e Agência Nacional de Petróleo: “(...) as demandas da imprensa foram respondidas pela assessoria de comunicação do Ministério do Meio Ambiente”. O jornal perde a oportunidade de esclarecer ao leitor o direito à informação da sociedade, bem como de exaltar a gravidade em esconder dos meios de comunicação um fato tão relevante como o desastre ambiental no Nordeste. Há uma negação da informação como um bem público.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º - O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Art. 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica — se pública, estatal ou privada — e da linha política de seus proprietários e/ou diretores. II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público; III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão; IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social; V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Outro ponto importante a destacar é o esvaziamento de contextualização, com pouco aprofundamento nas coberturas do desastre socioambiental. Nos 16 textos de matérias e reportagens curtas publicadas sobre o tema, apenas um passou de uma página (teve uma página e meia). Curiosamente, nove deles ganharam chamada de capa, o que não foi suficiente para imprimir uma abordagem mais robusta aos temas. Observa-se que O Globo não investiu em reportagens investigativas, no período temporal da pesquisa, nem desenvolveu matérias vinculadas, entrevistas especiais, comparação com outros desastres semelhantes no mundo e como os países lidaram com isso.

Esse empobrecimento na qualidade das informações que alimentam toda a sociedade não é novidade, sobretudo depois do enxugamento das redações dos jornais impressos nos últimos anos, promovendo, inclusive, mais precarização nas relações de trabalho dos profissionais de imprensa. Fatos e acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais de alta relevância geralmente são abordados de forma ligeira e sem profundidade, sendo levados à sociedade como verdades muitas vezes “absolutas”. É uma lógica midiática que prioriza a velocidade, a superficialidade e a quantidade de matérias produzidas.

A maior parte das notícias que nos chegam é elaborada de forma resumida, sem crítica e sem contrapontos, como algo que uma fonte interessada tenha contado ao jornalista. Quer dizer, o jornalista — geralmente mal pago, sem especialização e com a pressão de tempo e um contrato precário, temeroso de perder seu emprego — vai ao lugar que alguém tenha citado, alguém com interesse em fazer saber algo, toma nota do que lhe contam, com frequência não pode perguntar, resume o que considera mais chamativo e fácil de entender e, com isso, elabora a notícia. Se for mentira, não o saberá nem terá tempo de comprová-lo antes que a notícia seja publicada (SERRANO, 2009, p. 19-20, tradução nossa).

A superficialidade e a abordagem acrítica nas coberturas do vazamento de petróleo por O Globo ficam patentes quando vêm à tona as acusações do governo brasileiro e seus órgãos oficiais à Venezuela e ao navio grego Bouboulina como responsáveis pelo desastre ambiental. No dia 23/10/2019, a matéria “Marinha divide investigação para achar culpados” não traz opiniões divergentes, ressaltando apenas as vozes oficiais sobre o derramamento de petróleo. Também coloca duas versões, sem comprovações, sobre os suspeitos de terem provocado o derramamento de petróleo: a probabilidade de haver sido um navio irregular — uma das embarcações chamadas de “dark ships”; e a de que o petróleo encontrado teria o “DNA venezuelano”.

Já no texto publicado em 24/10/2019, cujo título explícita o tom da matéria — “Brasil questiona Venezuela sobre petróleo” —, a reportagem não se aprofunda sobre a resposta do governo venezuelano em relação às acusações de que o petróleo teria origem no país latino-americano. Apenas cita que o governo Nicolás Maduro nega qualquer envolvimento com o acidente. É recorrente em toda a cobertura o desprezo em relação a um direito de resposta da embaixada venezuelana no Brasil ou mesmo de outras autoridades do governo Maduro.

O Globo chega a transcrever um pronunciamento de Jair Bolsonaro, em matéria publicada no dia 1º/11/2019, no qual o presidente acusa a Venezuela: “já está mais do que comprovado que o óleo é da Venezuela”. Em 02/11/2019, uma reportagem relata que “diversos laudos mostraram que o petróleo tem origem venezuelana”. Mais uma vez, não há uma menção a uma resposta ou defesa oficial do governo venezuelano sobre a acusação. Neste dia, há até chamada de capa para a reportagem, na qual se lê “Navio que derramou óleo no Nordeste é grego, diz PF”, com o

¹No último período do Corpus, entre 29/11/2019 e 07/12/2019, houve apenas uma matéria com menção ao derramamento de petróleo no Nordeste, no dia 30/11/2019, na seção “País”, que aborda temas políticos, com o título “Bolsonaro tenta driblar petróleo e Lula”. A matéria informava que Bolsonaro teria planos de investir no Nordeste, depois do impacto negativo do vazamento de petróleo e de ter perdido na região o embate do segundo turno das eleições. Os exemplares dos dias 31/08/2019 e 03/11/2019 não estavam disponíveis no Acervo Globo (em todo caso, foram dias de semanas nas quais não houve menção ao derramamento de petróleo no Nordeste).

subtítulo “Suspeito é o Bouboulina, que levava petróleo da Venezuela”; ou seja, o discurso, no título, induz à certeza sobre a culpa do navio grego, desdizendo-se no subtítulo ao utilizar a expressão “suspeito”. O que impressiona é que o texto segue relatando que a Polícia Federal ainda não concluiu as investigações. A investida no sensacionalismo, dispositivo típico da imprensa comercial, justifica também o reaquecimento das acusações sem provas contra o navio grego. De acordo com Kellner (2006), a produção de notícias está sujeita a essa lógica do espetáculo, “em uma época de sensacionalismo, tabloidização, escândalos e contestações políticas” (KELLNER, 2006, p.122).

Ainda na matéria de 02/11/2019, sob o intertítulo “Criminosamente omissos”, aspeado, o jornal transcreve o que teria dito o Ministério Público Federal sobre o pedido de “busca e apreensão” em empresas supostamente envolvidas com o navio Bouboulina, acusado de ser o responsável pelo derramamento de petróleo. Ou seja, referindo-se às empresas Delta Tankers e Lachmann, que teriam vínculo com o Bouboulina. Apesar de a matéria dizer que “Em nota, a Delta Tankers afirmou que nem a empresa, nem o navio foram procurados pelas autoridades brasileiras para tratar das investigações”, e que “A Lachmann disse que não tem vínculo com a propriedade da embarcação, sendo apenas prestadora de serviço, e que foi solicitada a colaborar com as investigações”, o jornal não questiona o governo federal e os órgãos públicos acerca da falta de provas. A responsabilização do Bouboulina permeia a cobertura a partir de então, sempre se limitando a transcrever documentos, notas e depoimentos da Polícia Federal, Ministério Público Federal e representantes do governo federal e seus órgãos. Não há uma narrativa contraditória aprofundada.

Depois de toda essa sequência acusatória, no dia 05/11/2019 o jornal traz os argumentos do coordenador do Serviço de Geointeligência da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal, delegado Franco Perazzoni, quando “afirmou que a apuração está na fase de suspeitas, sem a materialização da atribuição de culpa, feita na fase de indiciamento”. Em seguida, no dia 07/11/2019, O Globo apresenta a cobertura sobre uma investigação de cientistas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), via imagens de satélites, sobre um possível novo suspeito do derramamento de petróleo, contestando a versão do governo brasileiro que apontava o Bouboulina como principal responsável.

Esse discurso de desdém ou criminalização dos países latino-americanos não é novidade. As marcas da oligopolização dos meios de comunicação parecem ficar superlativas quando se trata de estratégias da mídia na América Latina ou sobre a América Latina. De acordo com Pascual Serrano, em “Desinformación: cómo los medios ocultan el mundo” (2009, p. 137), com o fim das ditaduras na região e o advento do período neoliberal e privatizador, que dominou a década de 1990, a América Latina entrou no século XXI com uma guinada para a esquerda, “sem comparação no resto do mundo”. De acordo com o pesquisador, “Esse fenômeno de mudança política veio acompanhado de outro fenômeno: a agressão informativa” (SERRANO, 2009, p. 137).

A América Latina é a região onde o panorama informativo diferencia de forma mais clara entre governos bons e maus. Fica evidente como os governos de direita ou de esquerda moderada, que respeitam os critérios e pontos de vista das linhas dominantes do mercado internacional e não enfrentam as multinacionais e as grandes potências, são os que gozam de mais respeito na cobertura informativa. Na medida em que os governos, e em especial os seus líderes, em quem se focaliza toda a informação negativa, se mostram mais irreverentes com o pensamento econômico neoliberal, a cobertura informativa se amplia e se volta mais fortemente hostil. (SERRANO, 2009, p. 137).

No Corpus analisado, há também ausência de legislações — o que está ligado à falta de aprofundamento nas abordagens. Apenas o Plano Nacional de Contingenciamento (PNC) foi citado com muitas menções e aprofundamento. Mas há um trecho que chama atenção: a matéria se refere ao Decreto nº 9.759/2019, que revogou os colegiados considerados “supérfluos” pelo governo federal, de acordo com o jornal. Essa revogação ocasionou a extinção dos comitês gestores de incidentes de poluição por petróleo, o que agravou a inoperância no enfrentamento ao desastre ambiental no Nordeste. Ao mesmo tempo em que a matéria aponta o erro governamental, parece aboná-lo, quando diz que a ação foi “por inocência, não passou em desastre com esta proporção no Nordeste”.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

O silenciamento de vozes na cobertura do vazamento de petróleo por O Globo está explícito nos números sobre as fontes referenciadas nas matérias e reportagens. Das 16 matérias e reportagens sobre o assunto, houve referência a 97 atores sociais. Destes, 62 foram órgãos e representantes públicos, ou seja, quase três vezes mais que a segunda categoria citada, “pesquisadores/especialistas”, que somaram 21. Vale destacar que, mesmo em proporção muito menor, as matérias com professores e pesquisadores foram as que adotaram maior criticidade, apontando com informações científicas ou dados estatísticos os possíveis danos causados pelo desastre, bem como alertando sobre a gravidade dos impactos socioambientais.

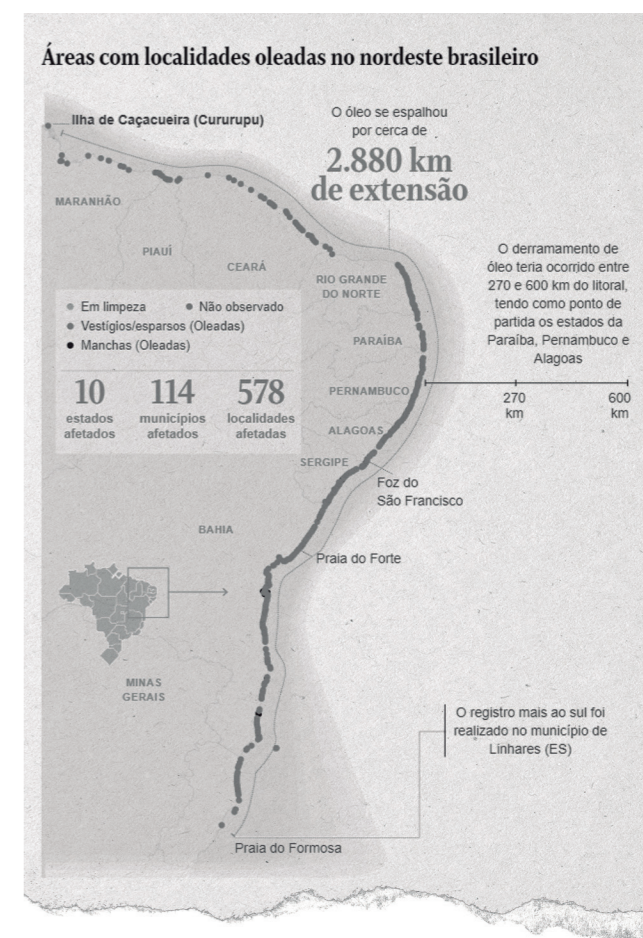
Exemplo disso foi a narrativa que acompanhou a cobertura do dia 1º/11/2019, sob o título “Petróleo no Nordeste”, tendo como foco a opinião de cientistas que recomendavam cautela a banhistas e consumidores de peixes, rebatendo tentativas de governos de garantir a segurança das praias e o consumo de frutos do mar. A matéria critica, ainda, o governo federal, as decisões do Ministério da Agricultura (por liberar a pesca de lagosta e camarão) e o Ministério da Saúde pelo “tom suave” ao definir os

potenciais estragos provocados pelo petróleo. Há o depoimento do professor Paulo Pena, por exemplo, que condena as afirmações dos ministros, dizendo que “é uma irresponsabilidade negar que o produto (petróleo) é extremamente tóxico”. A matéria cita também uma carta elaborada por “cientistas da Ufba”, que dá conta de que não houve uma ação efetiva do Sistema de Vigilância em Saúde para garantir segurança alimentar e nutricional à população que frequenta as praias atingidas e consome pescados e mariscos. A matéria diz, ainda, que essa carta foi endossada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

No dia 02/11/2019, na segunda página da reportagem, a vinculada tem como foco maior o desastre ambiental em si, ou seja, os danos causados pelo derramamento de

petróleo no mar do Nordeste, tendo como fonte cientistas. Com o título “Para cientistas, faltam dados que ajudem a conter a crise ambiental”, o texto aborda os danos ambientais causados pelo derramamento de petróleo, como a morte de animais marinhos. Aqui os especialistas não criticam diretamente o governo federal, mas apontam lacunas nas investigações: “Deveríamos conhecer o petróleo e seu deslocamento até, no máximo, meados de setembro, o que permitiria reposicionar as embarcações para bloquear a substância. Mas já se passou muito tempo”, disse o professor Luiz Paulo Assad.

No dia 08/11/2019, mais uma vez o jornal publica matéria em tom de crítica, intitulada “Pesquisadores pedem estado de emergência em saúde”, a qual revela uma carta de um grupo de pesquisadores da



Fiocruz no Nordeste solicitando que o governo decreta uma “situação de emergência em saúde pública”, em função da contaminação pelo petróleo. Se a aparição de vozes das ciências e da academia foi proporcionalmente muito menor do que as fontes governamentais, o que dizer das organizações da sociedade civil, que obtiveram três menções nas coberturas de O Globo, no período destinado ao Corpus de pesquisa? Não há uma versão dessas organizações nas páginas do jornal, como elas estão atuando, os cuidados com a saúde de seus voluntários,

Se a aparição de vozes das ciências e da academia foi proporcionalmente muito menor do que as fontes governamentais, o que dizer das organizações da sociedade civil, que obtiveram 3 menções nas coberturas de O Globo, no período da pesquisa?

negativo dado ao Greenpeace, as organizações da sociedade civil foram anuladas nas coberturas.

O silenciamento mais grave que se observa nas matérias e reportagens de O Globo é, mesmo, o das vozes das comunidades tradicionais pesqueiras (duas fontes mencionadas) e dos moradores, voluntários ou turistas (um voluntário foi mencionado). Em 29/10/2019, o título principal da matéria da editoria Sociedade traz o discurso de que “Após 60 dias, manchas de petróleo crescem e dependem da ação de voluntários”. É o único destaque verificado em relação aos voluntários. Também é a primeira matéria que tem como foco as comunidades pesqueiras atingidas pelo derramamento de petróleo, mostrando que pescadores/as e marisqueiras/os estão em situação difícil. A própria abertura da matéria é com as comunidades protagonizando críticas aos governos, ressaltando que essas comunidades estão limpando as praias. Ana Paula Santos, líder marisqueira de Alagoas, diz, na entrevista, que os governos “parecem não se importar” com o desastre e ressalta que as famílias correm risco de passar fome. Esse silenciamento das comunidades e voluntários pode apontar para um extremo distanciamento dos jornais do Sudeste em relação às coberturas de fatos no Nordeste, sem contar a corriqueira exclusão das camadas vulneráveis da sociedade pela mídia tradicional. Em relação às menções de fontes representantes do setor empresarial, foram totalizadas em oito, mas vale dizer que todas remetiam à vinculação ao navio Bouboulina e às investigações sobre os responsáveis pelo desastre ambiental.



contingente de apoiadores/ajudantes, enfim. Sabe-se que tiveram um papel importante na limpeza de algumas regiões afetadas, mas isso não ganha cobertura. Essa anulação da importância do papel das ONGs para a defesa e proteção do meio ambiente não consegue mascarar a tendência de criminalização dessas instituições, como se vê nas matérias que reportam um protesto realizado pelo Greenpeace, na frente do Palácio do Planalto, contra as queimadas na Amazônia e o desastre ambiental nas praias

do Nordeste: não há entrevista com representantes da organização. Tal situação também se repetiu no Jornal da Record. No dia 25/10/2019, a chamada de capa destaca que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fez acusações no Twitter ao Greenpeace, dizendo que a organização teria envolvimento no derramamento do petróleo do Nordeste. O Globo apenas diz que o ministro recuou ao ser advertido pelo presidente da Câmara. A acusação nunca foi comprovada. Fora esse destaque

O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
23/10/2019	Marinha divide investigação para achar culpados	Matéria	Operação da Marinha para investigar o derramamento de petróleo, em três focos: tráfego de navios, movimento das correntes marítimas e análise química do petróleo
24/10/2019	Brasil questiona Venezuela sobre óleo	Reportagem	Governo federal recorre à Organização dos Estados Americanos (OEA) para pedir explicações à Venezuela
25/10/2019	O que dizia o manual?	Reportagem	Governo viola instruções de manual, que dita como agir em desastre com petróleo
26/10/2019	Alerta ignorado	Matéria	Documento do Ministério do Meio Ambiente alertou, em abril, sobre a urgência de recriação dos comitês gestores de incidentes da poluição por petróleo
27/10/2019	Praia liberada por ministro do Turismo estava imprópria	Matéria	Praia de Muro Alto, em Ipojuca, Pernambuco, onde o ministro do Turismo molhou mãos e pés, é considerada imprópria pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), por ainda conter petróleo
29/10/2019	Após 60 dias, manchas de óleo crescem e dependem da ação de voluntários	Reportagem	Comunidades atingidas pelo derramamento de petróleo estão em situação difícil
30/10/2019	Dois meses de óleo	Reportagem	Falhas do governo federal em relação ao derramamento de petróleo
1º/11/2019	Óleo no Nordeste	Matéria	Recomendações de cientistas para consumidores e banhistas terem cautela, alertando sobre potenciais estragos provocados pelo petróleo
02/11/2019	Manchete de capa: Navio que derramou óleo no Nordeste é grego, diz PF Origem da Tragédia	Reportagem	Suspeita de ser o navio grego Bouboulina o responsável pelo derramamento de petróleo
03/11/2019	ESTE ARQUIVO NÃO ABRE NO ACERVO GLOBO		
04/11/2019	Visitação a Abrolhos é suspensa após detecção de óleo na região	Matéria	ICMBio anuncia suspensão das visitas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos *Editorial com o título: Desastres mostram fracasso da política para o meio ambiente
05/11/2019	Dano incalculável	Matéria	Governo federal lança nova operação para conter petróleo
06/11/2019	Litoral vulnerável a desastres	Matéria	Especialistas defendem que Brasil não tem estrutura para prevenir novas tragédias
07/11/2019	Satélite vê rastro escuro antes de navio grego passar	Matéria	Investigação de cientista da Universidade Federal de Alagoas pode apontar novo suspeito para derramamento de petróleo
08/11/2019	Pesquisadores pedem estado de emergência em saúde	Matéria	Fiocruz no Nordeste sugere que o governo federal adote medidas de exceção em crise do petróleo

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
09/11/2019	Novo suspeito?	Matéria	Multinacional grega Marine Traffic localiza rastro escuro em litoral potiguar que pode ter sido de navio fantasma
30/11/2019	Bolsonaro tenta driblar óleo e Lula	Matéria	Bolsonaro tem planos de investir no Nordeste, depois do impacto negativo do vazamento de petróleo e de ter perdido na região o embate do segundo turno das eleições

*Em destaque as edições que estamparam como manchete de capa o vazamento de petróleo

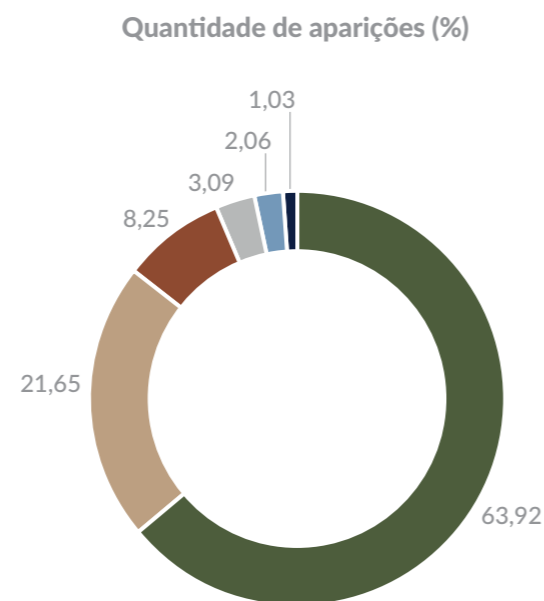
Fontes, dados estatísticos e legislações



Para ver a tabela detalhada sobre fontes, dados e legislações, acesse a pesquisa completa no site do Intervozes: intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/

- Nas 16 matérias e reportagens do jornal O Globo sobre o vazamento de petróleo no litoral brasileiro aqui analisadas, houve referência a 97 atores sociais ouvidos em aspas diretas ou por meio de notas;
- Desses, 62 eram órgãos e representantes públicos; 21 eram pesquisadores/especialistas; 8 eram representantes do setor empresarial; 3 eram de organizações da sociedade civil; 2 eram de povos e comunidades tradicionais; e 1 era morador, voluntário ou turista;
- Muitos dados estatísticos foram utilizados nas matérias menos curtas e reportagens, sobretudo em infográficos, informando área atingida pelo petróleo, detalhes sobre imagens de satélites das manchas e estimativas sobre animais atingidos, pessoas infectadas e extensão do desastre ambiental;
- No tocante a legislações, a cobertura foi pouco aprofundada. Apenas o PNC foi citado com muitas menções e algum aprofundamento. Somente dois decretos foram mencionados nas coberturas: o Decreto nº 9.759/2019, que revogou os colegiados considerados “supérfluos” pelo governo federal, de acordo com o jornal; e o “Decreto de 2013”, que instituiu o PNC, mas sem detalhamento.

Diversidade de fontes



Fonte ouvidas (com repetições)

- Órgãos e representantes públicos
- Pesquisadores/especialistas
- Setor empresarial
- Organizações da sociedade civil
- Comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs
- Morador, voluntário ou turista

Folha de S. Paulo

O jornal Folha de S. Paulo (FSP) é o diário de maior tiragem paga do país (IVC: 2016; 2017). Sua história se inicia em 1921, com a criação do jornal Folha da Noite. Nos anos seguintes (1925 e 1949, respectivamente) foram criadas também a Folha da Manhã e a Folha da Tarde. Apenas em 1960 os três periódicos foram fundidos em um só: Folha de S. Paulo. Em 1962, o jornal foi vendido para Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Nelson Werneck Sodré, autor referência para a história do jornalismo brasileiro, considera-o um dos primeiros jornais do país a surgir organizado como empresa (SODRÉ, 1999). Esse caráter empresarial foi reforçado durante a década de 1980, com a implementação do Projeto Folha, que visava imprimir uma organização industrial na redação.

A Folha de S. Paulo apoiou o conjunto de acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 no Brasil, embora depois do mesmo consumado tenha buscado uma posição de independência em relação ao governo militar. Em 1974, diante do referido “milagre brasileiro” na área da economia, o jornal chegou a afirmar que estávamos: “queimando etapas, descobrindo atalhos e ingressando, sem alarde, na categoria dos países tocados por objetivos nacionais claramente definidos. [...] Diríamos que somos hoje uma nação desigualmente desenvolvida e não mais uma nação equilibradamente empobrecida... O desequilíbrio no crescimento é preferível ao equilíbrio no definhamento. A divisão desigual da riqueza em expansão é bem melhor que a divisão por igual da pobreza crônica” (edição de 31/03/1974 da Folha de S. Paulo).

Mais tarde, em 1977, a empresa decidiu suspender todos os editoriais e artigos da Folha de S. Paulo, em protesto à prisão do jornalista Lourenço Diaféria. A linha editorial hoje em vigor está prevista no Projeto Folha,

implementado por Otavio Frias Filho em meados da década de 1980, período que coincide com o início da abertura política no Brasil e o momento a partir do qual a publicação se torna referência no mercado nacional de mídia impressa.

Trata-se de um veículo de comunicação que, nas campanhas institucionais de 2014², reforçou seu alinhamento ideológico com as pautas liberais, de Estado mínimo, contrário à política econômica do governo Dilma Rousseff (PT) e favorável a assuntos moralmente condenados pelo senso comum, como a legalização das drogas e a descriminalização do aborto.

Em abril de 2018, as redações dos jornais Folha de S. Paulo e Agora São Paulo foram unificadas.

Desde 2018, quando revelou, em reportagem especial e exclusiva, um esquema financiado por empresários de uso de robôs para automatização de envios de mensagens na campanha do então candidato à presidência Jair Bolsonaro³, o veículo se tornou desafeto político do atual presidente. Além dos ataques diretos à empresa e aos seus jornalistas, tendo como caso extremo a perseguição a Patrícia Campos Mello, o chefe do Executivo federal cortou assinaturas da Folha e ameaçou anunciantes, coincidentemente no mesmo período de análise desta pesquisa⁴. Atualmente, a Folha de S. Paulo mantém uma linha editorial paradoxal: crítica ao governo federal, mas afinada com as políticas econômicas.



Campanha disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=rR_IAlrhU_s, acessado em 8 de abril de 2020, às 15h40

²Para saber mais, acesse: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>, acessado em 08 de abril de 2020, às 15h53.

³Leia mais em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-determina-cancelamento-de-assinaturas-da-folha-no-governo-federal.shtml>>, acessado em 08 de abril de 2020, às 15h50.



de política mais conhecidas do país, a de Mônica Bergamo, no caderno Ilustrada. Os demais conteúdos do gênero informativo (editoriais e artigos) se situaram na seção Opinião.

A cobertura foi intensa, principalmente nos terceiro e quarto períodos analisados, com textos longos, diversidade de fontes (ainda que houvesse uma concentração delas em órgãos e representantes públicos, como veremos adiante) e muitos intertítulos de contextualização do problema. Das 17 edições, nas quais foram veiculados esses 55 conteúdos, em 10 houve referência ou pautas desenvolvidas a partir de balanços, dados e pesquisas.

A priorização do tema nos dias noticiosos investigados igualmente é notável. Entre as 17 edições que tiveram conteúdos sobre o derramamento de petróleo, em 11 houve chamadas de capa. Essas foram publicadas nos dias 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de outubro, assim como nos dias 1º, 3 e 6 de novembro. Em alguns desses casos, havia mais de uma menção ao assunto.

É interessante perceber que parece ter existido uma linha temporal da narrativa jornalística, a qual se inicia preservando certo otimismo, em especial em relação ao setor de hotelaria/turismo, passando pela exploração das várias controvérsias do governo federal a respeito do tema e fechando com fatos conclusivos, como a liberação das praias de Pernambuco para banho em 9 de novembro e um pronunciamento do governo federal sobre o controle do petróleo no litoral no dia 30 de novembro.

Ilustra bem essa espécie de linha do tempo uma reportagem publicada no dia 24 de outubro, no caderno "Turismo", a qual explora uma pesquisa otimista da empresa de viagens CVC sobre o Nordeste como o destino prioritário dos turistas, inclusive com a chamada de capa "Com óleo e tudo". Foram escutados, apenas nesse conteúdo, seis fontes do setor empresarial, além do Procon e de uma pesquisadora da Ufba,

que alertou sobre o impacto ambiental do petróleo. Na sequência, uma matéria vinculada aborda as estratégias do governo da Bahia para manter o turismo sem grandes abalos. Aqui são entrevistadas duas fontes do setor empresarial e duas do governo.

No dia 30 de outubro de 2019, o caderno Ambiente teve como destaque reportagens e matérias vinculadas com características mais noticiosas sobre os dois meses da primeira mancha de petróleo. Foram duas reportagens, duas matérias e um artigo só nesse dia. O objetivo do especial foi realizar um balanço das investigações e do espectro do dano ambiental causado pelo incidente. Com chamada de capa, consistiu em um conjunto de conteúdos que evidenciava a incerteza em relação ao futuro e explorava as contradições do governo, a partir das próprias falas públicas feitas por seus agentes, em especial os desencontros em relação às medidas tomadas pelo Estado. Um exemplo foi o trecho a seguir, de reportagem assinada por Nicola Pamplona:

Os primeiros registros do vazamento foram confirmados pelo Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), mas o plano de contingência só foi acionado mais de um mês depois. As operações de limpeza têm sido concentradas no Ibama, com apoio da Petrobras. Albuquerque diz que o MME (Ministério de Minas e Energia) foi acionado desde o princípio e vem participando do grupo que acompanha as ações de resposta. Segundo ele, eventuais mudanças na legislação sobre prevenção ou remediação só deverão ser discutidas após conhecimento das causas do acidente. (Folha de S. Paulo, 2019)



Essa é, na verdade, uma marca textual das contradições exploradas pela Folha. No conjunto dos conteúdos analisados, em 17 matérias foram apresentadas divergências explícitas entre as fontes. Na quase totalidade dos casos, esse fenômeno se deu a partir das contradições dos próprios órgãos e agentes públicos entrevistados ou mencionados por terem realizado pronunciamentos sobre o assunto. Assim, não necessariamente o veículo deu voz a outros sujeitos políticos, mantendo sob os holofotes os representantes públicos. A maior parte das matérias teve como gancho pronunciamentos/atos/falas de órgãos governamentais ou novos fatos relacionados à identificação de novas manchas do petróleo no litoral nordestino.



Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Há nitidamente uma secundarização dos setores não institucionalizados da política, do mercado e do saber. A fórmula jornalística das fontes primárias/oficiais exclui do discurso midiático e, portanto, do debate público, a parcela mais afetada pelo crime socioambiental: os moradores e as comunidades tradicionais pesqueiras das áreas litorâneas atingidas pelas manchas de petróleo. Além disso, condiciona ao factual a inserção da voz das organizações da sociedade civil, como no caso do Greenpeace, que só veio à discussão após o ato público realizado em Brasília, no dia 23 de outubro, e aos tuítes do ministro Ricardo Salles sobre um suposto envolvimento da organização com o incidente ambiental.

Os órgãos e representantes públicos que mais foram utilizados como fontes foram: Marinha (22 entrevistas); Ibama (12 entrevistas); ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (7 entrevistas, além das 3 notas emitidas enquanto Ministério do Meio Ambiente); Ministério Público Federal (7 entrevistas); ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva (5 entrevistas, além de 2 notas emitidas enquanto Ministério da Defesa).

Ainda que não tenha falado diretamente à imprensa no período, Jair Bolsonaro teve falas em pronunciamentos e atos oficiais utilizadas

como fonte três vezes na Folha de S. Paulo (em geral em editoriais), mas Hamilton Mourão, que ocupou o cargo de presidente interino no período, teve maior expressividade, com quatro entrevistas concedidas. É válido perceber a blindagem em torno da imagem do atual presidente. Seus ministros do Meio Ambiente e da Defesa, além dos agentes das Forças Armadas, em especial da Marinha, como foi visto, assumiram a linha de frente das falas públicas. O Twitter e as notas à imprensa se apresentaram como alguns dos principais meios de comunicação do Executivo federal e dos órgãos públicos para falar sobre o incidente. A Folha de S. Paulo aparentemente teve dificuldades em conseguir entrevistas com porta-vozes do governo federal.

Também é interessante observar como o ramo empresarial é destacadamente representado na cobertura analisada no que diz respeito ao setor turístico, tendo 11 das suas 20 fontes associadas a ele; as demais estavam vinculadas à investigação sobre a Delta Tankers (7 entrevistas) e à reutilização do petróleo para o setor de construção (2 entrevistas). Isso evidencia como o viés econômico prevaleceu sobre a discussão do meio ambiente ou mesmo social – aparentemente reflexo da linha editorial liberal do veículo e sua relação com os anunciantes.

O terceiro segmento social com maior número de entrevistas foi o dos especialistas e pesquisadores/as. A Folha de S. Paulo buscou contextualizar a maior parte das suas edições com dados científicos. Por isso, em 10 das 17 edições que apresentaram conteúdos sobre o petróleo no litoral, havia falas de estudiosos ou mesmo matérias

cujos ganchos eram pesquisas, balanços e dados.

Dentre os especialistas e pesquisadores entrevistados: 12 são órgãos públicos (2 do Ministério da Agricultura; 1 da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos; 1 da Secretaria de Saúde de Pernambuco; 2 do Ibama; 1 da Marinha; 1 do Centro de Hidrografia da Marinha; 1 do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira; 3 da Petrobras); 11 de instituições federais/estaduais de pesquisa e ensino (1 da USP; 5 da Ufba; 2 da UFRJ; 1 do Aquário Marinho do Rio de Janeiro; 1 da UFPE; 1 do Instituto Tecnológico de Pernambuco - ITEP); 1 de uma instituição especializada (Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Praia dos Carneiros); 1 de empresas (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).

A cobertura jornalística da Folha de S. Paulo utilizou de forma incipiente a legislação ambiental. Dos 55 conteúdos veiculados pelo jornal, em apenas 6 houve menção ao Plano Nacional de Contingência (PNC), previsto na Lei Nº 9.966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional. Essas foram veiculadas nos dias 26, 27, 29 e 30 de outubro, assim como nos dias 1º, 5 e 7 de novembro. Apesar de não ser lei, registram-se duas menções à medida provisória que ampliou o seguro defeso, nos dias 25 e 30 de novembro.

O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
23/10/2019	Marinha investiga cerca de 30 navios e "dark ships" na busca por origem de óleo	Reportagem	Coletiva da Marinha sobre a investigação
23/10/2019	Óleo chega a Morro de São Paulo, 3º maior destino turístico da Bahia	Matéria	Chegada do petróleo a Morro de São Paulo
23/10/2019	Praias são liberadas em Morro de São Paulo após retirada de 1,5 toneladas de óleo	Matéria	Liberação das praias em Morro de São Paulo
23/10/2019	Pescadores de praias com óleo ocupam sede do Ibama na Bahia	Matéria	Protesto de pescadores
23/10/2019	Pernambuco pede 50 mil luvas e 10 mil botas a governo Bolsonaro para recolher óleo das praias	Nota - Coluna	Ofício entregue pelo governo de Pernambuco a Ricardo Salles
23/10/2019	Eduardo Bolsonaro estreia na liderança com Teoria da Conspiração	Artigo	Falas conspiratórias de Eduardo Bolsonaro
24/10/2019	Além da origem, Brasil não sabe destino da retirada de óleo das praias	Reportagem	O que está sendo feito com o petróleo coletado nas praias
24/10/2019	Veja cuidado e riscos de saúde relacionados ao contato com o óleo no Nordeste	Reportagem	Cuidados necessários ao manusear o petróleo
24/10/2019	Greenpeace derrama óleo no Palácio do Planalto em ato contra manchas de petróleo no Nordeste	Matéria	Ato do Greenpeace
24/10/2019	Nordeste ainda é a região mais buscada para Ano Novo	Reportagem	Pesquisa da CVC sobre destinos mais procurados
24/10/2019	Bahia tenta afastar manchas de óleo da alta temporada	Matéria vinculada	Ações do governo da Bahia para manter as praias limpas
24/10/2019	"Visitei 39 praias em 4 estados e só vi óleo em uma", diz jornalista	Artigo de opinião	Relato de experiência de jornalista fazendo turismo pelo Nordeste
25/10/2019	Óleo já atingiu ecossistemas de 14 unidades de conservação do país	Matéria	Balanço das áreas atingidas
25/10/2019	Salles usa imagem antiga para insinuar que Greenpeace seria culpado por óleo no NE	Matéria	Falas de Ricardo Salles no Twitter
25/10/2019	Sem Bolsonaro, Alcolumbre abre caminho para ampliar benefício a pescadores do NE	Matéria	Anúncio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, sobre apoio a pescadores
26/10/2019	Análise de manual para conter óleo mostra que governo demorou a agir	Reportagem	Investigação sobre demora do governo na tomada de ações após vazamento do petróleo
26/10/2019	Ministério Público do TCU pede apuração da conduta do governo em vazamento de óleo	Matéria	Ação do MPU

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
26/10/2019	Sem informar critérios, ministro do Turismo diz que praias estão aptas ao banho	Matéria	Fala do ministro do Turismo ao visitar Porto de Galinhas (PE)
26/10/2019	Voluntários relatam intoxicação após manuseio de óleo nas praias	Matéria	Relatos de intoxicação
26/10/2019	Menino coberto de óleo traduz em imagem a tragédia do litoral nordestino	Matéria	Fotografia de criança saindo da água suja de petróleo que emocionou o mundo
27/10/2019	Em crises ambientais, governo usa estratégia da culpa para confundir	Artigo de opinião	Estratégias discursivas do governo de confundir a opinião pública
27/10/2019	Ministros veem ação coordenada	Nota - Coluna	Ações do governo para conter o petróleo
27/10/2019	Brasil não destina royalties do petróleo para prevenir desastres como o atual	Reportagem	Notícia de que faltam recursos para a contenção do petróleo
27/10/2019	Volume de óleo nas praias do Nordeste diminuiu, diz Marinha	Matéria	Balanço da Marinha sobre ações de monitoramento
28/10/2019	Desastre nas praias do NE é inédito no mundo, diz coordenadora do Ibama	Reportagem	Fala pública da coordenadora do Ibama
28/10/2019	Óleo sobre o fogo	Editorial	Reações do governo diante de tragédias ambientais como o derramamento de petróleo e as queimadas na Amazônia
28/10/2019	Exército começa a reforçar limpeza de óleo em praias de Sergipe	Matéria	Missão do Exército em Sergipe
29/10/2019	A mancha	Crônica	Não se aplica
29/10/2019	Procuradoria recorre ao TRF-5 e alega que União ainda não acionou plano de contenção de óleo	Matéria	Ação da procuradoria contra a União
29/10/2019	Óleo em Boipeba leva turistas a evitar mar e mudar a programação	Matéria	Chegada do petróleo a Boipeba
30/10/2019	Um terço do litoral já sofre com óleo e, para ministro, fim da crise é incerto	Reportagem	Pronunciamento do ministro do Meio Ambiente em coletiva
30/10/2019	Não se sabe se poluição com óleo em praias está perto do fim, diz ministro da Defesa	Reportagem	Pronunciamento do ministro da Defesa em coletiva
30/10/2019	Óleo atinge cidades dentro da região de Abrolhos, no sul da Bahia	Matéria	Chegada do petróleo a Abrolhos
30/10/2019	Bolsonaro explora paranoia como método político	Artigo de opinião	Estratégias discursivas do presidente
30/10/2019	Governo faz tudo o que lhe cabe para limpar praias, diz ministro de Minas e Energia	Matéria	Pronunciamento do ministro de Minas e Energia em coletiva
1º/11/2019	Governo não convocou técnicos especialistas em óleo do Ibama	Reportagem	Informações repassadas por técnicos do Ibama em sigilo à Folha de S. Paulo

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
1º/11/2019	Óleo atinge Porto Seguro, na Bahia, e chega mais perto de Abrolhos	Matéria	Chegada do petróleo a Abrolhos
1º/11/2019	Pescadores de praias atingidas por óleo relatam queda de até 80% nas vendas	Reportagem	Queda na venda de pescados, segundo pescadores entrevistados
1º/11/2019	Justiça determina que União integre estados do NE em plano para conter óleo	Matéria	Ação contra o governo
02/11/2019	PF cumpre mandados contra navio grego suspeito de vazar óleo no Nordeste	Matéria	Ação da Polícia Federal junto à Delta Tankers
02/11/2019	Em nova fase	Editorial	Leilão da Petrobras e necessidade de criar respostas para desastres ambientais
02/11/2019	Proprietária de navio grego diz que não foi procurada por autoridades do Brasil	Matéria	Resposta da Delta Tankers à ação da PF
02/11/2019	Veja passo a passo da investigação sobre origem do óleo que atinge Nordeste	Reportagem	Passo a passo da investigação da PF sobre os culpados do derramamento do petróleo
03/11/2019	Turista mantém viagem ao Nordeste, mas troca o peixe pela carne de sol	Reportagem	Pesquisa sobre consumo e turismo no litoral nordestino
03/11/2019	Manchas de óleo chegam ao Parque de Abrolhos, 1ª unidade de conservação marinha do país	Matéria	Chegada da mancha de petróleo a Abrolhos
03/11/2019	Empresa grega nega vazamento de navio suspeito pelo óleo que atinge o Nordeste	Matéria	Pronunciamento da Delta Tankers
04/11/2019	Após chegada de óleo, visita ao Parque Nacional de Abrolhos é suspensa	Matéria	Anúncio de suspensão das visitas no Parque Nacional de Abrolhos
05/11/2019	Reparação por vazamento de óleo será de bilhões de reais, diz chefe do Ibama	Matéria	Pronunciamento do Ibama
06/11/2019	O pior por vir	Editorial	Análise das investigações
06/11/2019	Brasil pede para a Grécia dados de cinco navios suspeitos de vazamento de óleo	Matéria	Ação diplomática do governo para ampliar investigação
06/11/2019	Óleo chega a Mucuri, no sul da Bahia, e fica mais perto de atingir o Sudeste	Matéria	Chegada do petróleo a Mucuri
07/11/2019	Em audiência sobre óleo no NE, Salles culpa PT por "fragilização de órgãos ambientais"	Matéria	Falas do ministro Ricardo Salles em audiência na Câmara Federal
09/11/2019	Vazamento de óleo chega ao Sudeste e atinge o Espírito Santo, diz Marinha	Matéria	Chegada do petróleo ao Espírito Santo
09/11/2019	Praias afetadas pelo óleo em PE estão liberadas para banho	Matéria	Pronunciamento do governo de Pernambuco
30/11/2019	Óleo chega ao litoral em menor quantidade, e Marinha diz que avanço foi controlado	Matéria	Pronunciamento da Marinha

*Em destaque as edições que estamparam como manchete de capa o vazamento de petróleo

Fontes, dados estatísticos e legislações



Para ver a tabela detalhada sobre fontes, dados e legislações, acesse a pesquisa completa no site do Intervozes: intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/

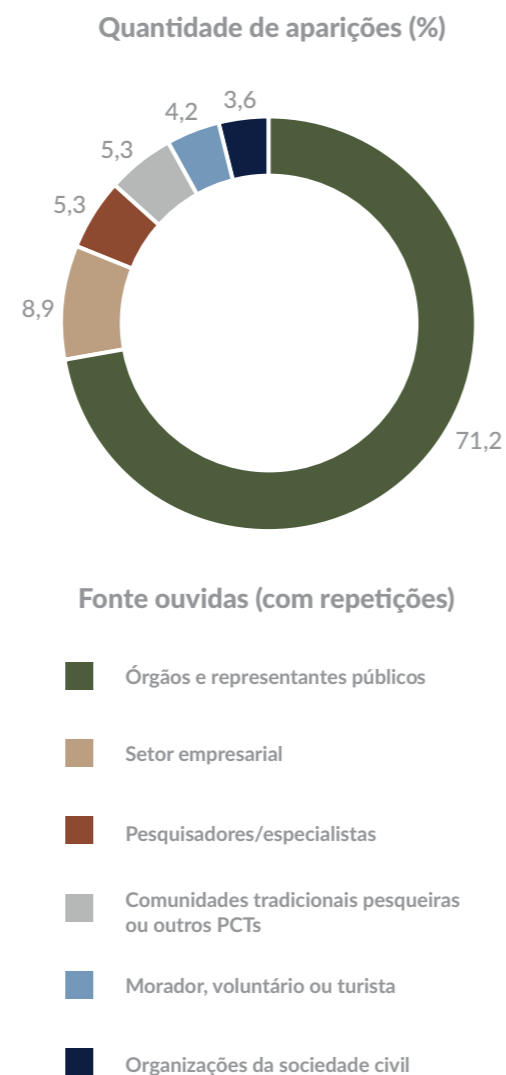
- Das 41 edições da Folha de São Paulo que compreendem o período selecionado para a pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no litoral brasileiro esteve presente em 17 dias. Foram publicados 55 conteúdos, sendo 13 reportagens, 32 matérias, 3 editoriais, 2 notas, 4 artigos de opinião e 1 crônica;
- Nos 55 conteúdos publicados no período analisado, houve 17 casos entre matérias e reportagens que apresentaram divergência explícita entre fontes;
- No conjunto do material, 197 fontes foram utilizadas, sendo: 130 órgãos ou representantes públicos; 16 pesquisadores/as e especialistas; 20 do setor empresarial; 11 de comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs; 11 moradores/as, voluntários ou turistas; e 9 de organizações da sociedade civil;
- Dos 55 conteúdos veiculados pela Folha de S. Paulo, em 16 houve referência ou pautas desenvolvidas a partir de balanços, dados e pesquisas;
- Das 17 edições, nas quais foram veiculados esses 55 conteúdos, em 10 houve referência ou pautas desenvolvidas a partir de balanços, dados e pesquisas. Desses dados/levantamentos/pesquisas, 12 foram de órgãos públicos (2 do Ministério da Agricultura; 1 da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos; 1 da Secretaria de Saúde de Pernambuco; 2 do Ibama; 1 da Marinha; 1 do Centro de Hidrografia da Marinha; 1 do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira; 3 da Petrobras); 11 foram de instituições federais/estaduais de pesquisa e ensino (1 da USP; 5 da Ufba; 2 da UFRJ; 1 do Aquário Marinho do Rio de Janeiro; 1 da UFPE; 1 do ITEP); 1 foi de uma instituição especializada (Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Praia dos Carneiros); e 1 foi de empresas (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes);
- Dos 26 órgãos e representantes públicos, os mais citados foram, em ordem decrescente: Ibama (15

vezes); Marinha (14 vezes); governo federal (12 vezes), Petrobras e Ministério do Meio Ambiente (com 4 citações cada um);

- Dos 55 conteúdos veiculados pela Folha de S. Paulo, em 6 houve menção ao Plano Nacional de Contingência (PNC) - Lei N° 9.966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional. Apesar de não ser lei, registram-se duas menções à medida provisória que ampliou o seguro defeso. Assim, das 17 edições da Folha de S. Paulo que tinham conteúdos referentes ao crime ambiental, em 5 houve menção a legislações.

Diversidade de fontes

Somadas as 197 fontes entrevistadas, a quantidade de aparições foi assim distribuída:



O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo (Estadão) é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez A Província de S. Paulo, seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação.

Criado por 16 pessoas (reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense), em 1902 passa a ser de propriedade exclusiva da família Mesquita, quando Júlio Mesquita, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César (um dos 16 fundadores), compra o jornal. Os proprietários atuais são a quarta geração da família Mesquita no comando dos negócios.

Sua tiragem inicial foi de 2.000 exemplares, bastante significativa para a população da cidade à época, estimada em 31 mil habitantes. Pode-se afirmar que, desde o seu surgimento, o jornal atuou na vida política de São Paulo e do país, apoiando a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República em 1909, a fundação do Partido Democrático em 1926 e a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência em 1930, mas passando a atuar na oposição ao governo Vargas já em 1932.

Em 1964, assumiu uma postura de adesão ao golpe militar que destituiu o presidente eleito João Goulart, mas ao buscar adotar uma posição mais crítica

— quando os seus interesses já não convergiam com os dos militares — passou a ser alvo de censura. Em 13 de dezembro de 1968, por exemplo, antes da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), houve apreensão de exemplares do jornal.

Ainda durante a Ditadura Militar, o Grupo Estado ampliou a sua atuação: em 1966, lançou o Jornal da Tarde, um diário com um acompanhamento especial dos problemas urbanos; em janeiro de 1970, fundou a Agência Estado; e, em 1972, o Estúdio Eldorado.

Em 2012, o jornal passou a incorporar a seção reformulada Jornal do Carro, que circulava até então no Jornal da Tarde, e este teve sua distribuição encerrada. A interrupção do Jornal da Tarde, que circulava desde 1966, compôs parte da estratégia de reorganização do grupo, que optou por centralizar investimentos na área impressa na sua mídia de maior circulação, O Estado de S. Paulo, em uma conjuntura de contínua queda nas tiragens dos grandes jornais brasileiros.

Hoje, é o terceiro jornal de maior circulação entre os veículos de tiragem paga e distribuição nacional. Em 2016, alcançou uma tiragem média diária de 216.271 exemplares, o que corresponde a 6,46% do mercado (IVC 2016). Com isso, em termos de circulação, está atrás apenas da Folha de S. Paulo e de O Globo, ambos de abrangência nacional, e do jornal Super Notícia, de circulação regional — distribuído em Minas Gerais.

Posição crítica frente ao governo (mas não aos militares)

Em diversos momentos, o Estadão assumiu uma postura crítica em relação ao governo federal. Esse posicionamento ficou explícito, por exemplo, quando o jornal publicou, em 23 de outubro, o editorial intitulado “Águas turvas”, e afirmou que o governo “reagiu de forma tardia e atabalhoada” e que “parecia ter optado pelo improvisado”. No mesmo editorial, o Estadão disse que a área técnica do Ministério do Meio Ambiente foi “ignorada”.

O mesmo tom foi verificado também quando o jornal, ainda que não tenha se posicionado explicitamente, criticou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, quando do conflito com o Greenpeace. Em matéria no dia 25 de outubro, o Estadão destacou que Salles “voltou a atacar a ONG” e fez acusações “sem provas”.

A postura crítica ocorreu também nas duas vezes em que o Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura foi citado, em ambas para lembrar a sua afirmação de que “os peixes são animais inteligentes, que fogem ao perceber o óleo no mar”.

Mas se integrantes do governo tiveram a sua atuação criticada pelo Estadão, o mesmo não aconteceu com a ala militar. Ao contrário, no mesmo editorial em que criticou a gestão do governo federal, o jornal fez uma avaliação positiva sobre o Exército, chegando a afirmar que “agora, por força mais uma vez da incapacidade dos governos de enfrentar de maneira eficiente os problemas que só a eles cabe resolver, o Exército é acionado para atuar numa área que lhe é estranha”.

A cobertura: início tardio e clima de consenso

Ao longo do período desta pesquisa, o Estadão publicou 31 conteúdos sobre o vazamento de petróleo no litoral brasileiro, sendo 28 matérias, 2 reportagens e 1 editorial, conforme tabela nas páginas 30 e 31.

O tema foi pautado em sete capas do jornal nesse intervalo, sendo duas em outubro e cinco em novembro, ocupando, em quatro casos, uma chamada na lateral da capa, sem fotos (edições de 5, 6, 7 e 9 de novembro). As exceções aconteceram nas seguintes edições de: 24/10/2019, quando a chamada principal da capa tratou do tema; 25/10/2019, quando apenas a foto principal da capa foi sobre o vazamento; e 02/11/2019, quando foto e manchete principais trataram do assunto.

Vale ressaltar que todas as matérias e reportagens veiculadas pelo Estadão foram assinadas, sendo que parte considerável foi escrita por mais de um/a



jornalista, com alguns profissionais fixos do jornal e outros, com atuação em estados do Nordeste, contratados especialmente para a cobertura do vazamento.

A primeira observação crítica a ser feita sobre a cobertura do jornal diz respeito à demora em noticiar o vazamento, considerando que na semana das primeiras aparições de manchas de petróleo no litoral do Nordeste nenhum conteúdo foi publicado. Chama atenção também o fato de o tema ter tido baixa visibilidade na semana que marcou o primeiro mês das manchas identificadas inicialmente, visto que entre 30 de setembro e 5 de outubro apenas um conteúdo foi publicado pelo

Estadão.

Outra questão a ressaltar da cobertura do Estadão diz respeito aos poucos conflitos entre opiniões divergentes. Considerando as 31 matérias e reportagens, em apenas 2 o Estadão explicitou posições divergentes em relação a um mesmo tema, envolvendo posições de órgãos públicos federais com a Delta Tankers (empresa responsável pelo Bouboulina, navio apontado em determinado momento como principal suspeito do vazamento) e com o Greenpeace.



Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Por outro lado, também como verificado em outros meios de comunicação aqui investigados, as comunidades tradicionais pesqueiras e outros povos e comunidades tradicionais foram, certamente, os atores sociais mais silenciados pelo Estadão. Nenhum dos conteúdos analisados na pesquisa teve esse segmento social como protagonista. Além disso, nas poucas ocasiões em que foram entrevistados/as (cinco vezes), os/as pescadores/as apareciam de forma secundarizada. Até

mesmo quando as matérias tratavam das consequências do vazamento na vida marinha, a abordagem priorizava os próprios animais (a exemplo das tartarugas) ou o consumo humano, negligenciando, por exemplo, o papel de pescadores/as para a chegada desses alimentos às mesas.

ONGs e entidades da sociedade civil também foram silenciadas, aparecendo como fontes entrevistadas apenas três vezes.

Como ocorreu com outros veículos analisados nesta pesquisa, no Estadão, um dos atores sociais de maior relevância foi o chamado “voluntário”. Excluídos órgãos públicos e pesquisadores/as, os/as voluntários/as foram os agentes de maior visibilidade no jornal, totalizando 15 aparições como fonte. Um exemplo do papel de destaque dessas fontes foi uma reportagem, na edição de 27 de outubro, dedicada exclusivamente a veicular histórias de vida de pessoas que atuaram voluntariamente na limpeza de praias. Vale ressaltar que essa reportagem, que ocupou duas páginas inteiras, foi o maior conteúdo do veículo em toda a cobertura sobre o vazamento de petróleo.



4Leia mais em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-determina-cancelamento-de-assinaturas-da-folha-no-governo-federal.shtml>>, acessado em 08 de abril de 2020, às 15h50.

O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
3/10/2019	PF investiga manchas de óleo na praia	Matéria	Instauração de inquérito pela Polícia Federal para apurar manchas de óleo
23/10/2019	Limpeza com o que está à mão e mergulhos	Matéria	Trabalho de voluntários em Cabo de Santo Agostinho
23/10/2019	Plano de emergência foi oficializado 41 dias após 1º alerta	Matéria	Demora do Ministério do Meio Ambiente em oficializar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional
23/10/2019	A volta incerta de tartarugas ao mar	Matéria	Consequências do vazamento na vida de animais marinhos
23/10/2019	Lacuna de satélite trava investigação sobre óleo	Matéria	Impacto da ausência de sistema de monitoramento de desastres ambientais
23/10/2019	Águas turvas	Editorial	Dificuldades do governo em tratar do tema de "forma realista"
24/10/2019	A ajuda de quem cumpre pena	Matéria	Ação de limpeza de praias em Pernambuco por apenados do regime semiaberto
24/10/2019	Óleo já prejudica setor de pescados; estudo vê riscos	Matéria	Estudo da Ufba sobre possível contaminação de animais marinhos e dificuldades encontradas por pescadores para comercialização
24/10/2019	Derrame em operação no mar está sob investigação	Matéria	Investigação que apontava hipótese de transferência de óleo de um navio para o outro como causa do derramamento
25/10/2019	Presidente do Senado propõe MP para limpar litoral	Matéria	Anúncio de Davi Alcolumbre de medida provisória para liberar recursos para estados e municípios
25/10/2019	O ministro e o Greenpeace	Matéria	Troca de críticas e acusações entre Ricardo Salles e Greenpeace
26/10/2019	Areia limpa, mas corais em risco na praia do Cupe	Matéria	Trabalho de voluntários para limpeza e preservação da natureza
26/10/2019	Óleo em praias saiu de 3 campos da Venezuela	Matéria	Estudos da Petrobras que apontam origem de óleo em campos de exploração da Venezuela
27/10/2019	Batalha anônima para remover o óleo	Reportagem	Visibilização de voluntários, com pequenos perfis sobre cada personagem
30/10/2019	Óleo faz governo vetar a pesca de lagosta e camarão	Matéria	Proibição do governo de pesca de lagosta e camarão

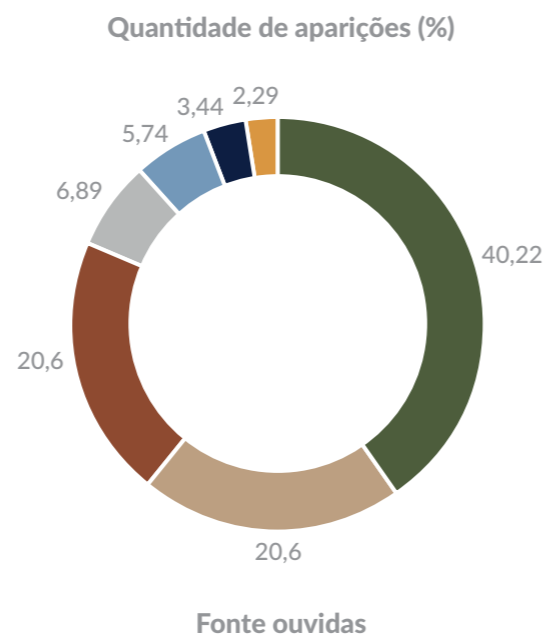
Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
30/10/2019	Oito praias voltam a ter contaminação; total chega a 268	Matéria	Reparação de óleo em algumas praias do Nordeste
1/11/2019	Óleo chega a Porto Seguro e praia da primeira missa	Matéria	Aparição das manchas no sul da Bahia
2/11/2019	Navio grego é suspeito de vazamento de óleo, aponta investigação	Reportagem	Operação da Polícia Federal que apontou o Boubolina, navio grego, como suspeito pela responsabilidade do vazamento
2/11/2019	Inpe estima rota de poluição, que poderá chegar ao Rio	Matéria	Perspectiva do Inpe sobre avanço do óleo para o Rio de Janeiro
2/11/2019	Multa é de R\$ 50 milhões, mas cabe indenização a pescadores	Matéria	Possibilidade de pagamento de multa pela Delta Tankers, proprietária do Bouboulina
3/11/2019	Manchas de óleo chegam a Abrolhos	Matéria	Riscos da aparição de óleo em Abrolhos
3/11/2019	Empresa nega vazamento; Guarda grega fala em 5 navios suspeitos	Matéria	Posicionamento da Delta Tankers sobre ausência de responsabilidade com o vazamento
4/11/2019	Força-tarefa tenta colher óleo em Abrolhos	Matéria	Operação da Marinha e Petrobras para barrar a contaminação no Arquipélago de Abrolhos
5/11/2019	Governo ainda não sabe quanto óleo atingirá o litoral do país	Matéria	Anúncio, pelo governo federal, de segunda etapa de operação para conter avanço do óleo
5/11/2019	Governo tira orientação sobre camarão e pode afetar mangue	Matéria	Alteração, pelo ICMBio, no Plano de Ação Nacional, revogando item que previa a erradicação da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro)
6/11/2019	Ibama deixou de acionar grupo que rastreou óleo	Matéria	Ibama/MMA não terem solicitado imagens a uma empresa contratada pelo governo para prestar serviços de monitoramento via satélite
7/11/2019	Cientistas detectam óleo 2 dias antes de passagem de navio	Matéria	Pesquisa da Ufal que aponta a hipótese de que o Bouboulina não foi o responsável pelo vazamento
9/11/2019	Mancha de óleo chega ao Espírito Santo	Matéria	Primeiros vestígios de óleo no Sudeste do país
9/11/2019	Abrolhos é reaberto para visitação	Matéria	Reabertura do Parque Nacional após não ser encontrado mais óleo no local
29/11/2019	Força-tarefa vê baixo risco de óleo avançar pelo Rio	Matéria	Perspectiva, do governo federal, sobre possibilidade de evolução no Rio de Janeiro
30/11/2019	Marinha considera crise do óleo estabilizada	Matéria	Informação concedida pela Marinha sobre possível estabilização do vazamento

*Em destaque as edições que estamparam como manchete de capa o vazamento de petróleo

Fontes, dados estatísticos e legislações

- Nos 31 conteúdos publicados pelo Estadão (excluído aqui o editorial), 87 fontes foram entrevistadas, sendo, por quantidade de aparições, 35 órgãos e representantes públicos federais e estaduais, 18 pesquisadores/as e especialistas e 15 voluntários;
- Em todo o período analisado, o Estadão mencionou algum estudo ou pesquisa em dez matérias/reportagens. Além de ser uma quantidade insuficiente, se considerada a relevância do fato do vazamento para o país, chama a atenção a concentração dos dados em informações sobre: origem do óleo/navios suspeitos (4); áreas atingidas (3); impactos em animais marinhos (3). No que diz respeito à autoria dos estudos: seis foram realizados por órgãos públicos (três pelo Ibama; dois pela Petrobras; e um por Ibama, Marinha e Agência Nacional do Petróleo); e quatro por universidades (um pela UFRJ, um pela Ufal, um pela Ufba e um pela UFPE);
- No tocante às legislações, as referências aparecem em quantidade ainda inferior. Foram citados, apenas em uma edição cada: o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC); a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; o Plano de Ação Nacional; e o Código Florestal.

Diversidade de fontes



*Total de 18 fontes, das quais 15 são "voluntários"
 **Órgãos/representantes de outros países

2.2. ANÁLISE DOS VEÍCULOS DE ABRANGÊNCIA REGIONAL

Período analisado: 30 de agosto a 29 de novembro de 2019



Diário do Nordeste

O Diário do Nordeste (DN) é um jornal brasileiro editado na cidade de Fortaleza (CE), com correspondentes nos municípios cearenses de Sobral, Juazeiro do Norte e Iguatu. Sua primeira edição circulou em 19 de dezembro de 1981. Foi fundado pelo empresário Edson Queiroz e integra o Sistema Verdes Mares, conglomerado de mídia que envolve jornal, rádios, TV Diário e TV Verdes Mares (retransmissora da Rede Globo). O mesmo grupo fundador do jornal é dono das empresas Esmaltec (gás), Indaiá (água mineral), entre outras, além da Fundação Edson Queiroz, que mantém a Universidade de Fortaleza (Unifor).

O jornal é publicado de domingo a domingo em páginas coloridas e formato berliner (um pouco maior do que o tablóide e menor que o tamanho padrão de jornais brasileiros como O Globo e Folha de S. Paulo). O formato e o novo projeto gráfico-editorial foram introduzidos em 2018 sob o slogan "Direto. Claro. Simples. Como toda informação deve ser". Mudou-se também a estrutura das redações dos núcleos, que passaram a pautar os temas para as edições impressa e on-line (incluindo a parceria com o Grupo Globo para a versão local do G1) e para rádio e TV de modo integrado a partir de temas.

Pelo que se pôde observar na pesquisa, o tema da manchete de capa geralmente ocupa as primeiras páginas sob a editoria Destaque. Há ainda as editorias Metro (local), Região (temas regionais), Política, Negócios, País, Internacional, Esportes, Opinião e Verso (cultura).

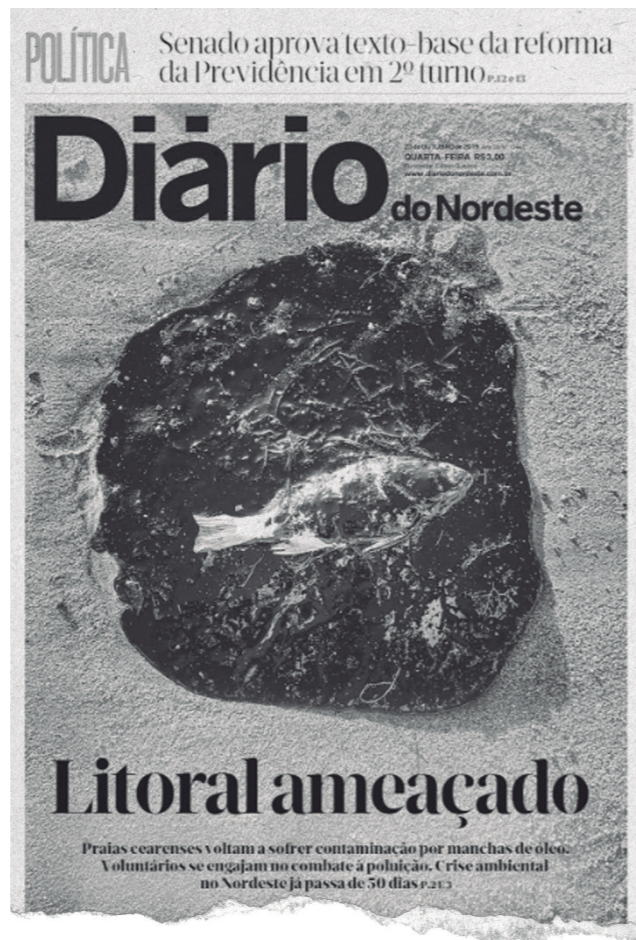
O noticiário nacional e o local fazem bastante uso de notas, com ou sem fotos. Algumas dessas páginas são preenchidas apenas por esse gênero jornalístico e eventualmente com textos opinativos dos editores. Ressalte-se que as ocorrências sobre o derramamento de petróleo na costa brasileira que se encaixam nos gêneros nota, nota com foto, fotolegenda e frases (editoria de opinião) foram descartadas da análise; esta se centrou nas matérias, matérias curtas e reportagens, ou seja, em textos que ganharam manchete de página (ocupando ora uma página, ora duas).

Sobre as agências de notícias, o expediente do jornal traz, em letras miúdas, o seguinte aviso: "Noticiário nacional e internacional: agências O Estado, Globo, Agência Folha, AFP e Reuters". Notas e matérias, porém, não fazem referência individualizada sobre qual agência produziu a informação do texto.

A cobertura: vazamento de petróleo ganha pouco destaque

De 30 de agosto a 29 de novembro de 2019, a partir da pesquisa nas edições impressas do veículo, foram selecionadas **18 matérias e reportagens** do Diário do Nordeste que enfocam o derramamento de petróleo na costa brasileira. Chama atenção na análise a demora em noticiar o fato. No Ceará, comunidades tradicionais pesqueiras atestam que a chegada das primeiras manchas se deu na segunda quinzena de agosto⁵, porém somente no dia **25 de setembro**, quase um mês depois, o tema foi noticiado pelo DN, seguindo o ocorrido nos jornais de alcance nacional e nos demais jornais regionais analisados. Nota-se que notícias sobre o litoral da capital e do interior do Ceará são recorrentes e abrangentes (atividade portuária, turismo, balneabilidade das praias, eventos), e isso ressalta ainda mais o silêncio sobre o tema. A edição do dia 8 de novembro traz reportagem de duas páginas com chamada na capa sobre leilão do pré-sal — “Fortaleza será a capital mais beneficiada com recursos do leilão” — sem contraponto aos riscos e impactos da exploração do petróleo, ressalte-se.

O derramamento de petróleo foi escolhido para a capa em somente uma das 18 edições, sendo mencionado em outras em espaços de menor impacto visual. Foi em geral tema das editorias Metro (local) e Negócios.



Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Na cobertura, o impacto ambiental com ênfase na mortandade dos animais e no abalo ao ecossistema marinho, de rios e manguezais, destaca-se como tônica. Todos os/as especialistas e pesquisadores/as ouvidos/as, por exemplo, têm foco neste aspecto. Não há na fala deles

menção explícita ao impacto do derramamento sobre os territórios tradicionais pesqueiros demarcando a relação da vida marinha com pescadores e pescadoras, marisqueiras e outros sujeitos e sujeitas que integram a categoria **“comunidades tradicionais pesqueiras”**. A primeira menção a pescadores se dá no dia 24/10/2019, quase um mês após o veículo noticiar o fato e quase dois meses decorridos do aparecimento da primeira mancha de óleo. A menção não é em citação direta (aspas) e não se refere à atividade pesqueira, mas a um relato, feito por um pescador, do aparecimento de uma mancha de óleo de origem distinta

do que chegou à costa brasileira em larga escala.

Os impactos no turismo, por outro lado, aparecem logo na edição do dia 10/10/2019, na quarta matéria que tematiza o problema, lado a lado com as incertezas quanto aos danos ambientais. Nas manchetes, a atividade da pesca só está presente explicitamente em 2 matérias do conjunto de 18. Na edição de 30 de outubro de 2019, o Diário do Nordeste estampa na capa matéria sobre a proibição da pesca de lagosta e camarão, porém somente a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e a Secretaria de Meio Ambiente do

Estado são ouvidas como fonte. Apesar de o texto fazer referência aos impactos nas comunidades tradicionais (na fala do Secretário do Meio Ambiente), nenhum/a pescador/a ou marisqueira é entrevistado. As marisqueiras não são sequer mencionadas no conjunto de matérias analisadas.

No dia seguinte (31/10/2019), a pauta migra da editoria Capa para a Negócios em reportagem que volta a destacar os impactos econômicos do desastre sobre a comercialização de frutos do mar; desta vez, o foco é na atividade pesqueira industrial. O texto ressalta que grande parte da produção de camarão do estado é feita em cativeiro e que a pesca de lagosta é realizada em áreas distantes do litoral cearense; e que, por conseguinte, o vazamento de óleo não ofereceria risco aos consumidores. Após isso, as comunidades tradicionais pesqueiras só serão fonte propriamente na reportagem “Berçário Marinho em perigo”, publicada em 29/10/2019, dois meses após a primeira mancha aparecer, na qual consta a fala da Associação Comunitária dos Produtores de Parajuru ressaltando os impactos do crime ambiental para criadores e criadoras, pescadores, pescadoras e marisqueiras. Após esta data, o periódico abre novamente espaço em mais duas edições para representantes de colônias de pescadores.

A falta de diversidade de perspectivas sobre o fato fica explícita quando se observa o conjunto de fontes, e mesmo ampliando o olhar para aqueles/as atores/as sociais citados de maneira indireta nas matérias, a visibilidade é pequena. Levando em conta o número de entrevistados com direito a aspas, e considerando as repetições, a



categoria “comunidades tradicionais pesqueiras” representa menos de 10% (9,23%) do total de vozes ouvidas e ocupa a mesma posição de atores classificados na categoria “moradores, voluntários ou turistas”, detalhados assim: quatro moradores, uma voluntária, um banhista ou leitor de jornal. No conjunto pesquisado, somente três entidades de classe ligadas à pesca artesanal são citadas, a saber: Sindicato dos Pescadores Artesanais de Icapuí, Associação Comunitária dos Produtores de Parajuru e Federação das Colônias de Pescadores do Ceará. Além destas, soma-se ao grupo a menção a uma colônia de pescadores de Recife e mais dois pescadores ouvidos como fonte.

Conforme destacamos na seção “A pesquisa: passos metodológicos, questões e objetivos”, optamos por diferenciar na categorização as associações de classe e as organizações da sociedade civil que são diretamente ligadas aos territórios tradicionais pesqueiros das demais organizações da sociedade civil e não governamentais, notadamente, no âmbito analisado, ligadas à defesa da natureza. Na análise feita sobre o DN, as organizações da sociedade civil citadas são todas circunscritas à pauta de defesa dos animais marítimos e da biodiversidade e representam cerca de 8% das fontes. Apenas uma, o Instituto Terramar, é uma Organização Não Governamental socioambientalista com trabalho

desenvolvido junto a comunidades pesqueiras, e esta aparece em citação indireta (sem aspas).

O setor empresarial, por sua vez, corresponde a 9% das aparições, com falas de representantes de seis entidades de classe: a Associação dos Empresários da Praia do Futuro (AEPF), o Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (representação patronal da pesca e aquicultura), o Sindicato das Indústrias de Pesca e Frio do Estado do Ceará (Sindfrio), a Câmara Setorial da Produção e Indústria de Pescados e a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), além de duas declarações atribuídas a “empresários”, no genérico, e menções à agência de turismo CVC, à Gol Linhas Aéreas e também à empresa grega Delta Tankers, apontada inicialmente como suspeita do vazamento.

Apesar de não aparecer em grande número, chama atenção a menção a bugueiros, guias turísticos e vendedores de coco, os quais optamos por deixar de fora da categoria “setor empresarial” por compreender que, na cadeia de produção, estão mais próximos do Turismo de Base Comunitária e dos atores que integram a atividade tradicional pesqueira do que dos empresários da hotelaria, donos de barracas, resorts e outros empreendimentos da rede de turismo industrial.

⁵Adota-se como marco temporal do aparecimento da primeira mancha de petróleo a data de 30/08/2019. A primeira aparição teria sido detectada no litoral do estado da Paraíba segundo os próprios noticiários nacionais e regionais os discursos oficiais. 020, às 15h50.

O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
25/9/2019	Meio ambiente manchado	Reportagem	Impactos ambientais do derramamento de petróleo
26/9/2019	Ameaça às tartarugas	Reportagem	Impactos ambientais do derramamento de petróleo
2/10/2019	Cuidado em dobro	Matéria	Balneabilidade das praias; impactos ambientais
10/10/2019	Indefinição continua	Reportagem com foto, infográfico e matéria coordenada sobre impactos na Praia do Futuro, em Fortaleza	Impactos ambientais; impactos no turismo
15/10/2019	Espécies em risco no Ceará	Reportagem com foto de tartaruga morta	Impactos ambientais; morte de tartarugas
21/10/2019	Promessa ambiental	Matéria	Repasse de verbas; custos com limpeza das praias; hipóteses sobre origens
23/10/2019	Manchete de capa: Litoral ameaçado Praias cearenses voltam a sofrer contaminação por manchas de óleo. Voluntários se engajam no combate à poluição Crise ambiental no Nordeste já passa de 50 dias Natureza degradada	Reportagem - Foto de capa e reportagem com foto, mapa e frases em destaque. A foto ocupa quase a capa inteira. Mostra um peixe morto dentro de uma mancha de óleo na areia da praia. Foto de forte impacto visual	Impactos ambientais e na pesca
24/10/2019	Vida marinha ameaçada	Reportagem com foto e matéria coordenada	Mutirão de limpeza
25/10/2019	Poluição no litoral	Reportagem	Praias atingidas; mutirão de limpeza
29/10/2019	Berçário marinho sob perigo	Reportagem com foto, infográfico e fala destacada	Impactos ambientais nos manguezais
30/10/2019	Chamada de capa: Rios serão fiscalizados contra óleo; proibida a pesca de lagosta e camarão Barreiras à tragédia	Reportagem com foto, mapa e matéria coordenada	Impactos ambientais; impactos econômicos
31/10/2019	Segurança dos frutos do mar	Matéria com foto	Impactos econômicos; impactos na pesca
1/11/2019	Litoral cearense manchado	Matéria com foto	Impactos ambientais; divulgação de pesquisa
2/11/2019	A possível origem de um desastre	Reportagem com foto e cronologia do fenômeno	Origens do óleo; impactos ambientais; impactos econômicos
6/11/2019	Ideias para a preservação	Matéria com foto	Métodos de retenção do óleo no Cariri (região sul do Ceará); impactos ambientais
8/11/2019	O desastre que não finda	Matéria com foto	Mutirão de limpeza em Caucaia (Região Metropolitana de Fortaleza); estatística de óleo retirado; praias atingidas

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
14/11/2019	Medidas para controles de danos	Reportagem com foto	Medidas para controles de danos
27/11/2019	Análise dos efeitos do óleo	Matéria com foto	Impactos na pesca

Em destaque, as reportagens ou matérias que ocuparam a capa como matéria principal

Fontes, dados estatísticos e legislações

A partir da análise do Diário do Nordeste no período selecionado para a pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no litoral brasileiro esteve presente em 18 conteúdos.

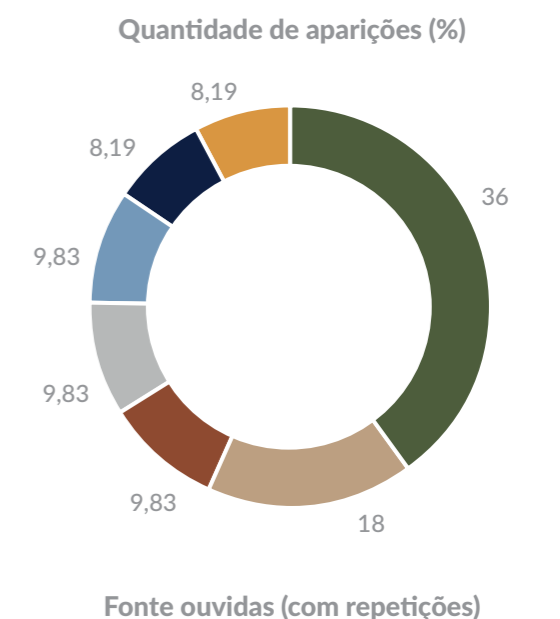


Para ver a tabela detalhada sobre fontes, dados e legislações, acesse a pesquisa completa no site do Intervozes: intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/

- Nas 18 matérias ou reportagens, 65 fontes foram entrevistadas e há apenas uma menção a legislação ou tratado de que o Brasil é signatário: mais especificamente, ao Artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98);
- Das 65 fontes entrevistadas, e considerando as repetições: 26 eram órgãos ou representantes públicos; 11 eram pesquisadores/as e especialistas; 6 eram do setor empresarial; 6 eram de comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs; 6 eram moradores, voluntários ou turistas; 5 eram da sociedade civil; 5 foram classificados na categoria "outros" (ONU, vendedora de coco, jornal O Globo, bugueiro e guia turístico);
- Nas 18 matérias ou reportagens, em apenas um caso há divergência explícita entre fontes: na matéria "Barreiras à tragédia", o Ibama não concede entrevista, mas é registrado que o site do Instituto questiona a eficácia do uso de barreiras de proteção para prevenir o avanço do óleo em rios.

Diversidade de fontes

Das 61 fontes entrevistadas, considerando as repetições, a quantidade de aparições foi assim distribuída:



*ONU, vendedora de coco, jornal O Globo, bugueiro e guia turístico

Jornal do Commercio

O Jornal do Commercio (JC) é baseado em Recife (PE) e pertence ao Sistema Jornal do Commercio de Comunicação — braço de mídia do Grupo JCPM (João Carlos Paes Mendonça), composto por Jornal do Commercio, portal JC OnLine, TV Jornal (afiliada ao SBT), TV Jornal Caruaru, a agência de fotos JC Imagem, Rádio Jornal e Rádio JC (afiliada à CBN em Recife), além de cinco rádios espalhadas pelo interior do estado (nas cidades de Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Pesqueira e Petrolina). Foi fundado em 3 de abril de 1919 por F. Pessoa de Queiroz, sendo um dos jornais mais antigos do Brasil. Em sua fundação, os Pessoa de Queiroz estamparam na capa a necessidade de integrar o desenvolvimento da Região Nordeste ao restante do país e de dar voz, naquela época, às chamadas “classes produtoras”.

Sua versão digital, o JC Online, surgiu em 2011. Assim como o Grupo Edson Queiroz, dono do Diário do Nordeste, o JCPM é uma empresa familiar que se “firmou” no mercado por meio da diversidade de investimentos nos ramos da economia: supermercados, shoppings centers, empreendimentos imobiliários e de comunicação estão entre os negócios.

O próprio jornal atuou como ponto de coleta de doações de material de limpeza para voluntários engajados na limpeza do óleo que atingiu as praias do Nordeste, conforme fica explicitado em anúncio que ocupa um quarto de página com o mote “Todos juntos pelas nossas praias”, publicado em várias das edições analisadas.



A cobertura: o primeiro a cobrir entre os regionais

Diferentemente dos demais veículos regionais analisados, o Jornal do Commercio foi pioneiro na cobertura do derramamento de petróleo. Já no dia 4 de setembro, a reportagem “Piche suja praias do Estado” noticia a chegada do óleo ao litoral pernambucano, na madrugada do dia 3 de setembro (a data coincide com a noticiada pelo periódico baiano A Tarde sobre a aparição do óleo também na costa da Bahia), e a abertura de investigação em busca dos responsáveis pelo derramamento. Porém, após essa data, o tema só volta às páginas do jornal em 27/09/2019, merecendo, a partir de então, uma cobertura mais constante. O tema é manchete de capa do jornal em 10 das **36 edições identificadas (um total de 45 matérias ou reportagens analisadas)**, embora esteja presente em chamadas na capa em outras edições. A ênfase nos impactos ambientais, seguida do passo a passo das investigações sobre os responsáveis, é a tônica da cobertura, com destaque também para seus efeitos no turismo, setor econômico que é um dos temas recorrentes no jornalismo do JC. No final de novembro, ainda em plena crise do óleo, o turismo é tema de especial do veículo e capa de duas edições. Embora haja menção ao derramamento, esse não é o eixo do especial.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Os pescadores, pescadoras e marisqueiras, e mesmo a atividade da pesca, seja ela artesanal ou industrial, só são centrais em duas reportagens publicadas em 27 e 29 de outubro de 2019, respectivamente. Embora o foco da reportagem “O lamento de quem vive do mar”, publicada no dia 27, seja o impacto na vida dos/as trabalhadores/as, a manchete de capa do JC enfoca a balneabilidade das praias, destacando que “Praias sem manchas de óleo têm banho liberado”. A chamada “Futuro incerto da pesca” divide um espaço de menor destaque com outras duas: “Hotéis mantêm ocupação” e “De quem é a culpa do óleo”, vindo logo abaixo da foto estampada na qual aparece uma praia lotada de banhistas.

Destaca-se, nesta edição, a declaração de uma marisqueira relatando que, logo após a notícia da chegada do óleo na região, teve encomendas de sururu, ostra e mariscos canceladas. Embora seja a única marisqueira ouvida pela reportagem, no “chapéu” que abre o texto a referência à categoria aparece flexionada no gênero masculino: “Vazamento - pescadores, marisqueiros e comerciantes sentem as consequências da queda na venda de peixes e frutos do mar”. Além dela, é também entrevistada Joana Rodrigues, pescadora e presidenta da Colônia Z10 (a mais antiga da Região Metropolitana de Recife). A reportagem oferece amplo espaço



de fala para peixeiros/as e donos/as de peixarias, que relatam o impacto do vazamento de petróleo na venda de pescados. Uma das fontes ouvidas, a dona de uma peixaria acusa que a desinformação/fake news seria responsável por uma queda de 50% na venda de pescados. Na edição do dia 27/10/2019, essa problemática em torno das notícias falsas sobre as manchas de óleo aparece numa seção do jornal dedicada ao projeto de checagem de notícias Comprova, numa coluna que atesta como falsa a informação difundida nas redes sociais de que a origem do óleo seria da Shell.

No dia 29/10/2019, a reportagem “Ajuda para vítimas do óleo” volta a tematizar os impactos na pesca artesanal e as medidas de auxílio do Estado. Desta vez, a reportagem menciona que Joana, novamente entre as fontes, é também integrante da Articulação Nacional das Pescadoras - ANP (no feminino!); além disso, a entrevistada é personagem de uma das fotos que compõem a página inteira dedicada ao tema — sendo a única foto no conjunto analisado que retrata uma mulher pescadora. A Colônia Z10 e a ANP são as únicas entidades de classe ou associativas representativas da categoria de “comunidades tradicionais pesqueiras e outros Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)” que aparecem como fontes entre as 235 identificadas no conjunto de matérias do JC

analisadas. Soma-se a elas a menção (em citação sem aspas) à Associação dos Jangadeiros de Ipojuca (na reportagem “Mancha de óleo chega a Ipojuca”, publicada no dia 20/10/2019), que enfoca a atuação dos jangadeiros nos mutirões de limpeza do óleo.

Somando-se as fontes (diretamente citadas, com aspas), os e as integrantes da categoria “comunidades tradicionais pesqueiras e outros PCTs” representam menos de 3% (2,97%) das vozes ouvidas. São 7 vozes integrantes da categoria dentre as 235 fontes. Desse conjunto, 3 pescadoras e 1 marisqueira, considerando a repetição, são entrevistadas. Em contraste, 45% das fontes foram classificadas como “órgãos e representantes públicos” e 17% como “pesquisadores/especialistas”, sendo esses biólogos, engenheiros ambientais e demais cientistas cujo foco das pesquisas é a análise do óleo (origem, compostos) e dos riscos à saúde e à biodiversidade. Na fala deles ou das organizações da sociedade civil listadas, os impactos nas comunidades tradicionais pesqueiras novamente não é o foco. O setor empresarial, por sua vez, soma quase 12% (11,9%) das vozes e reúne donos de hotéis, pousadas, restaurantes, agências de viagens e outros integrantes da cadeia do turismo, além de produtores de camarão e lagosta e de atuantes no setor de pesca industrial.

O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
4/9/2019	Piche suja praias do Estado	Matéria	Impactos ambientais e investigações sobre os responsáveis
27/9/2019	Cartão-postal manchado	Reportagem	Impactos ambientais do derramamento de petróleo
28/9/2019	Pista para óleo na costa de PE	Matéria	Investigações sobre responsável pelo derramamento
2/10/2019	NE cobra investigação de crime ambiental: estados da região vão acionar PF e MPF para evitar prejuízos à economia	Matéria	Instauração de inquérito investigativo de crime ambiental e impactos no turismo
9/10/2019	Venezuela na mira de óleo em praias	Matéria	Investigações sobre responsável pelo derramamento
11/10/2019	Óleo fez caminhos distintos no litoral	Matéria	Investigações sobre responsável pelo derramamento
12/10/2019	Maior vazão para tentar conter óleo	Matéria	Medidas de reparação pelo governo
17/10/2019	Pernambuco se previne contra avanço do óleo	Matéria	Prevenção contra avanço do óleo
18/10/2019	Mutirão para barrar óleo no Litoral Sul	Reportagem	Medidas para conter avanço do óleo pelo litoral
19/10/2019*	Manchete de capa: Mar de Luto Hora de cobrar respostas e ação	Reportagem	Investigação da origem do óleo e impactos
20/10/2019	Manchete de capa: Um dano que pode ficar pra sempre Uma cicatriz difícil de fechar	Reportagem	Impactos ambientais
20/10/2019	Mancha de óleo chega a Ipojuca	Matéria	Avanço do óleo no litoral de PE e a ação de voluntários
21/10/2019	Manchete de capa: Mancha pode atingir o Recife Óleo avança em meio a críticas e mobilização	Reportagem	Impactos ambientais e mutirão
21/10/2019	525 toneladas de resíduos recolhidos	Matéria	Impactos ambientais
22/10/2019	Manchete de capa: Boa ação que gera risco Sem orientação, ajuda vira risco	Reportagem	Impactos ambientais e mutirão
23/10/2019	Estado convoca prefeito para unificar	Reportagem	Medidas de reparação pelos governos estadual e federal
24/10/2019	Manchete de capa: Alerta à exposição ao óleo é reforçado Voluntários adoecem após contato com o óleo	Reportagem	Impactos na saúde de voluntários e Brasil aciona OEA sobre Venezuela
25/10/2019	Manchete de capa: PE é o mais manchado Pernambuco é o mais atingido por óleo no Nordeste	Reportagem	Impactos ambientais
26/10/2019	Manchete de capa: CPRH recomenda evitar banho de mar em 18 praias CPRH lista praias que devem ser evitadas	Matéria	Medidas de prevenção à saúde da população
26/10/2019	Pessimismo com contenção do óleo	Matéria	Presidente da Petrobras diz que instrumentos da estatal não são preparados
26/10/2019	Qualidade está sob controle	Matéria	Donos de restaurantes e fornecedores explicam que pescado não apresenta risco

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
27/10/2019	Manchete de capa: Praias sem manchas de óleo têm banho liberado Reação para manter o turista	Matéria	Impactos no turismo
27/10/2019	Petróleo requer protocolo rígido	Reportagem	Mercado de petróleo brasileiro e Plano Nacional de Contingência
27/10/2019	O lamento de quem vive do mar	Reportagem	Impactos nas atividades laborais de quem vive do mar
27/10/2019	Praia sem óleo, banho liberado	Matéria	Balneabilidade das praias
28/10/2019	Vigilância nos corais vai aumentar	Reportagem	Impactos ambientais
28/10/2019	Um mar de arte e luta	Matéria	Show em favor dos voluntários que atuam na limpeza do óleo
29/10/2019	Um auxílio para as vítimas do óleo	Reportagem	Impacto do derramamento na vida de pescadores e pequenos comerciantes
30/10/2019	Óleo afeta seres marinhos	Matéria	Impactos ambientais
31/10/2019	Óleo derruba preços de voo para NE	Matéria	Impactos na economia
1/11/2019	Bolsonaro contradiz Mourão sobre óleo - Segundo presidente, investigação não está perto de encontrar origem do vazamento	Matéria	Investigação sobre os responsáveis pelo derramamento e impactos ambientais
2/11/2019	Manchete de capa: Presente de Grego	Reportagem	Investigações sobre responsável pelo derramamento
3/11/2019	Petróleo chega ao Arquipélago de Abrolhos	Matéria	Continuidade no aparecimento das manchas e impactos ambientais
4/11/2019	Dia de abraçar o mar	Matéria	Homenagem a voluntários
4/11/2019	Abrolhos em alerta contra óleo vazado	Matéria	Medidas para conter chegada de óleo a Abrolhos
5/11/2019	Um desastre ainda incerto	Matéria	Impactos ambientais
7/11/2019	Delta aponta mais navios suspeitos	Matéria	Investigações sobre responsável pelo derramamento
9/11/2019	Parque marinho e praias liberados	Matéria	Praias próprias para banho
12/11/2019	Limpeza manual e minuciosa	Matéria	Ações de limpeza do petróleo
13/11/2019	Rio de Janeiro se prepara para óleo	Matéria	Medidas de contenção pelo governo
16/11/2019	Um mergulho em águas limpas	Matéria	Praia sem óleo
18/11/2019	Universidade acha outro navio suspeito	Matéria	Investigações sobre suspeita de navios responsáveis pelo derramamento
24/11/2019	Trade busca superar desastre do óleo	Matéria	Turismo enquanto motor da economia Pernambucana
25/11/2019	Manchete de capa: Expedição vai avaliar desastre do óleo Expedição avalia manchas	Matéria	Avaliação da extensão das manchas no litoral nordestino
29/11/2019	Óleo concentrado em estuários	Matéria	Recolhimento de óleo e impactos econômicos

Em destaque, as reportagens ou matérias que ocuparam a capa como matéria principal

Fontes, dados estatísticos e legislações

A partir da análise do Jornal do Commercio no período selecionado para a pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no litoral brasileiro esteve presente em 45 conteúdos.

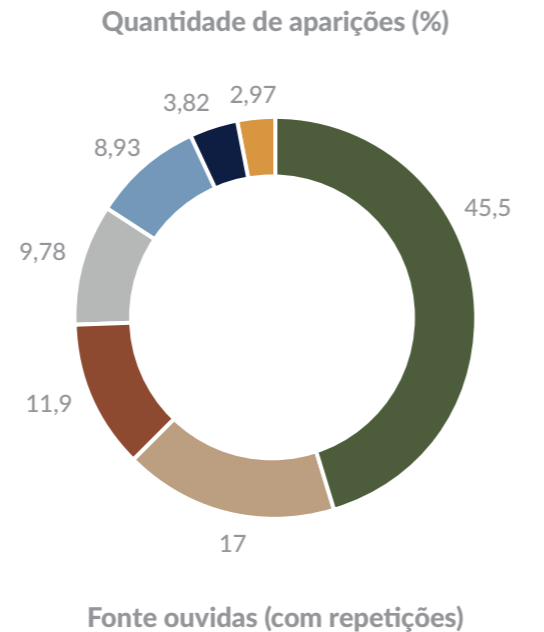


Para ver a tabela detalhada sobre fontes, dados e legislações, acesse a pesquisa completa no site do Intervozes: intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/

- Nas 45 matérias ou reportagens, 235 fontes foram entrevistadas;
- Em alguns textos, faz-se menção à legislação ou a tratado de que o Brasil é signatário, a saber: a Lei nº 9.605/1988, que pune condutas lesivas ao meio ambiente, mesmo que seja estrangeiro; a Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; a Lei nº 9.966/2000, sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo; e o decreto que garante o pagamento de seguro-desemprego a pescadores de áreas atingidas com o derramamento no litoral do Nordeste;
- Das 235 fontes entrevistadas, considerando as repetições: 107 eram órgãos ou representantes públicos, 40 eram pesquisadores/as e especialistas, 28 eram do setor empresarial, 23 eram moradores/as, voluntários/as ou turistas, 9 eram de organizações da sociedade civil, 7 eram de comunidades tradicionais pesqueiras e 21 foram classificadas na categoria "outros" (incluindo ambulantes, pessoas que trabalham com passeios de barco, mergulhadores, pequenos comerciantes, cliente de peixaria, donos de peixaria, peixeiros e a Organização dos Estados Americanos).

Diversidade de fontes

Somadas as 235 fontes citadas, a quantidade de aparições foi assim distribuída:



- Órgãos e representantes públicos
- Pesquisadores/as e especialistas
- Setor empresarial*
- Morador, voluntário ou turista
- Outros**
- Organizações da sociedade civil
- Comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs

*Além de representantes do setor turístico industrial (agências de viagens, hotéis, resorts, pousadas e restaurantes), inclui também produtores de pescado e marisco. Na cadeia produtiva de larga escala, soma, ainda, empresas apontadas como suspeitas pelo derramamento e/ou envolvidas na produção do petróleo, a saber: empresa Delta Tankers (proprietária do navio Bouboulina), empresa HEX, empresas Lachmann e Witt O'Brien's, Super-Eco Tankers e Shell.

** Inclui ambulantes, pessoas que trabalham com passeios de barco, pequenos comerciantes, clientes de peixaria, donos de peixaria, peixeiros e produtores culturais.

A Tarde

A Tarde é um jornal diário que circula no estado da Bahia. Foi fundado por Ernesto Simões Filho, empresário, jornalista e político, ex-ministro da Educação do segundo governo de Getúlio Vargas. O primeiro exemplar foi publicado em 15 de outubro de 1912, tornando-o o mais antigo jornal impresso baiano em circulação e um dos mais antigos do Brasil. O periódico inspirou-se no carioca A Noite, de Irineu Marinho, fundado em 1911, no Rio de Janeiro. Ao contrário dos seus contemporâneos baianos, A Tarde não teve seu

capital aberto, mas foi montado exclusivamente por Simões Filho com as ações que herdara do avô. O jornal encontrava-se atrelado ao seabrismo, como era chamado o grupo liderado por José Joaquim Seabra. Conhecido como J. J. Seabra (Salvador, 21 de agosto de 1855; Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1942), foi um político e jurista brasileiro. Participou do processo de promulgação das duas primeiras constituições republicanas. Governou a Bahia em duas ocasiões, de 1912 a 1916 e de 1920 a 1924.

A cobertura: pauta ganha espaço, mas falta diversidade

O veículo noticiou pela primeira vez o derramamento de petróleo na costa brasileira no dia 27/09/2019, quase um mês após o aparecimento das primeiras manchas, seguindo o que aconteceu nos jornais Diário do Nordeste e O Estado do Maranhão. A chamada de capa da primeira matéria traz a preocupação central com os impactos do vazamento no turismo na Região Nordeste. No levantamento feito, reunimos 54 reportagens e matérias que tratam centralmente do fato, localizadas nas editorias Brasil e/ou Salvador, sendo, portanto, a cobertura mais robusta entre os veículos de alcance regional. A notícia foi capa do periódico em 9 edições nas quais as manchetes alternam-se entre reportar o aparecimento do óleo nos municípios baianos, os impactos ambientais e as ações de limpeza. Além das edições que estamparam o tema como manchete principal de capa, outras 21 trouxeram na capa chamadas em média ou pequena visibilidade para matérias com este foco.



Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Em A Tarde, pescadores, pescadoras e marisqueiras representam cerca de 5% das fontes ouvidas: são 12 no conjunto de 217. Nesse grupo, duas são marisqueiras e não há nenhuma pescadora. Ainda que não apareça em quaisquer das manchetes de capa, a categoria “comunidades tradicionais pesqueiras e outros PCTs” é citada em chamadas de algumas edições. Em 23/10/2019, a capa traz chamada para a matéria “Óleo prejudica pesca na Bahia” e diz que “A poluição do litoral nordestino por óleo continua fazendo estrago e se alastra a cada dia no mar da Bahia. Ontem o material que causa dano ambiental chegou a Morro de São Paulo e outras duas praias do município de Cairu, já no baixo sul do estado. A situação prejudica pescadores e marisqueiras, que ontem protestaram na sede do Ibama”.

entrevista nenhuma liderança do movimento. Em 27/10/2019, a chamada, apesar de ter pouco destaque na capa, traz novamente ênfase para a comunidade tradicional pesqueira: “Óleo já afeta 43 mil pescadoras e marisqueiras na Bahia”.

Em 14/11/2019, a chamada de capa diz que “Segundo dados do governo estadual, sete mil pescadores já estão cadastrados na Bahia para receber auxílio”. Apesar disso, a matéria novamente não reporta nenhum pescador, pescadora ou marisqueira como fonte. Pescadores e marisqueiras são fonte em 7 matérias no conjunto de 54 analisadas; dessas, 2 dão conta de protestos, audiência pública ou atos que cobram medidas de reparação

e contenção do óleo, o que pode sinalizar um esforço ativo dos movimentos e comunidades em visibilizar a pauta também em diálogo com a imprensa. No dia 05/11/2019, por exemplo, texto de uma coluna notícia que “Pescadores ocupam sede da prefeitura de Taperoá”, trazendo a fala de uma marisqueira e de um pescador.

Também merece destaque a aparição, como fonte, de pequenos comerciantes e outros trabalhadores de atividades ligadas ao turismo, como barraqueiros, vendedor de peixe (peixeiro) e, ainda, a figura da “baiana do acarajé”, símbolo da cultura do estado e atividade laboral reconhecida como patrimônio cultural do Brasil.



O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
27/9/2019	Vazamento de óleo deixa turismo em alerta no Nordeste	Matéria	Impactos no turismo. Observação: esse gancho só é levado em consideração no texto do intertítulo, no lide e no texto inicial, fala sobre a situação do derramamento em si, apresenta a situação tendo como base as informações dos órgãos ambientais
5/10/2019	Manchas de petróleo chegam a três praias baianas	Matéria	Chegada das manchas de óleos a três praias baianas e tentativa de descoberta da origem
8/10/2019	Manchete de capa: Óleo no mar gera nova crise ambiental no país Mais de 100 toneladas de óleo já foram recolhidas, diz Ricardo Salles	Reportagem	Óleo recolhido das praias nordestinas (mais de 100 toneladas) e a investigação da PF sobre a origem do vazamento
8/10/2019	Projeto Tamar adia soltura de tartarugas no litoral norte	Matéria	Suspensão da soltura dos filhotes de tartaruga no mar
9/10/2019	Petrobras coletou 133 toneladas de resíduos	Matéria	O gancho se trata do recolhimento de 133 toneladas de óleo pela Petrobras, algo considerado inédito. E a busca para entender o que aconteceu no inquérito instaurado pela PF
10/10/2019	Equipe do Instituto de Geociências da Ufba apresenta laudo sobre manchas	Reportagem	Laudo divulgado pelo Instituto de Geociências da Ufba
11/10/2019	Manchas de óleo poluente chegam às praias de Areembepe e Jauá	Matéria	Há dois ganchos apresentados na matéria. No primeiro, e principal, fala-se sobre a chegada das manchas de óleo a duas praias baianas e ações de limpeza pela Defesa Civil. O outro são os impactos no turismo
12/10/2019	Manchete de capa: Poluição por petróleo chega a praias da orla de Salvador Manchas de óleo alcançam praias de Salvador	Reportagem	Há dois ganchos apresentados na matéria. No primeiro, e principal, fala-se sobre a chegada das manchas de óleo às praias de Salvador e proximidades. No outro, fala-se dos impactos no comércio
13/10/2019	Surfistas se unem para retirar óleo das praias de Salvador e RMS	Matéria	Mutirão de limpeza e recolhimento do óleo nas praias atingidas, realizado por surfistas e voluntários
14/10/2019	Placas de óleo já chegaram a oito praias	Matéria	Aparecimento de pequenos pedaços de óleo na areia das praias de Salvador, motivo para que turistas e moradores evitem andar na orla
15/10/2019	Governo decreta emergência no litoral baiano	Matéria	Assinatura do governador em exercício do estado, vice João Felipe de Souza Leão, decretando situação de emergência nos municípios baianos atingidos pelo óleo
16/10/2019	MPF e MP-BA pedem na Justiça ação para reduzir dano ambiental	Matéria	O gancho da matéria se trata da ação civil pública com a qual o MPF e o MP-BA ingressaram contra a União e o Ibama por conta das consequências e riscos ambientais causados pelo vazamento de óleo
17/10/2019	Volume de óleo nas praias volta a preocupar	Matéria	Grande volume de óleo que apareceu em algumas praias baianas, depois de semanas antes o volume ter diminuído, preocupando profissionais da área ambiental quanto aos impactos nos estuários e manguezais e para os profissionais e moradores locais que dependem da pesca. Esse evento coincide com a visita do ministro do Meio Ambiente no estado

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
18/10/2019	Óleo atinge mais praias na capital e chega ao município de Vera Cruz	Reportagem	Há duas matérias que falam sobre o óleo na mesma editoria. A matéria principal, de maior destaque, é a chegada de óleo, em maiores ou menores quantidades, atingindo outras praias de Salvador e praias de um município próximo. A matéria menor é sobre as orientações feitas pelo Procon sobre os pacotes de viagens a pontos do Nordeste atingidos pelo petróleo cru
19/10/2019	Pedra do Sal e Ondina são as áreas mais atingidas na capital baiana	Matéria	Retirada do óleo, nas praias atingidas em Salvador, por equipes de profissionais de limpeza, órgãos ambientais e militares, voluntários e moradores locais
21/10/2019	Mais de 98 toneladas de óleo são retiradas da praia	Matéria	Retirada de grande quantidade de óleo nas praias, com a dificuldade de remoção nas pedras e arrecifes, sentida pelos voluntários
21/10/2019	Nova ação afirmativa mancha camisa tricolor para fazer alerta	Matéria com chamada de capa com forte apelo visual, utilizando manchas de óleo na infografia	Ação afirmativa feita pelo Esporte Clube Bahia com "manchas de óleo" no uniforme dos jogadores, como uma maneira de chamar atenção ao derramamento de petróleo no Nordeste
22/10/2019	Manchete de capa: Limpeza de praia terá 5 mil militares do exército Exército vai atuar com 5 mil militares no NE	Reportagem	Limpeza das praias atingidas, com reforços do Exército e diversos outros órgãos
23/10/2019	Pescadores e marisqueiras enfrentam queda nas vendas	Reportagem	Preocupação dos consumidores com os riscos de contaminação de peixes e frutos do mar e queda na venda desses produtos
24/10/2019	Óleo em Ibassaí ameaça biodiversidade no mangue	Matéria	Impactos ambientais
24/10/2019	Ativistas são presos no Palácio do Planalto	Matéria	Prisão de ativistas Greenpeace
25/10/2019	Atletas dos jogos universitários brasileiros participam de limpeza Fibras de coco e sisal podem ser solução para óleo no mar Litoral da Mata de São João tem normalidade na área turística Federação internacional visita estuários na Bahia Alcolumbre promete verbas para limpeza	Reportagem	Na reportagem há mais de um gancho. O primeiro refere-se à visita da Federação Internacional de Poluição por Petroleiros (ITOPF, sigla em inglês) a oito estuários atingidos pelo óleo na Bahia. O segundo gancho é sobre a criação e o desenvolvimento de um material feito com fibras vegetais que removem as manchas de óleo. O terceiro fala sobre a limpeza nas praias por voluntários e profissionais
26/10/2019	Pesquisadores da Ufba solicitam decreto de estado de emergência	Reportagem	A reportagem está dividida em seis assuntos. A primeira matéria, e que tem o principal gancho, é sobre o decreto de estado de emergência solicitado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (Ufba)
27/10/2019	Óleo afeta trabalho de 43 mil pescadores	Reportagem	Pescadores e marisqueiras que tiveram seus trabalhos, direta ou indiretamente, afetados pelo óleo
28/10/2019	Limpeza continua, mas capital está sem novas manchas desde o dia 18	Matéria	O tema geral da matéria é o receio das pessoas em frequentar as praias, mesmo algumas delas já não tendo mais novas manchas, além das limpezas

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
29/10/2019	Óleo em Una eleva para 19 número de municípios atingidos no estado	Matéria	A chegada do óleo em mais um município, elevando para 19 o número de localidades atingidas na Bahia
30/10/2019	Manchete de capa: Emergência por óleo é decretada em mais de 25 municípios	Reportagem	A reportagem possui três assuntos, mas o conteúdo principal se refere ao decreto de estado de emergência reconhecido em mais 15 municípios da Bahia, assinado pelo governador em exercício, João Leão
31/10/2019	Manchete de capa: Monitoramento é reforçado em Abrolhos	Reportagem	Monitoramento reforçado na região que abrange o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, área de maior biodiversidade do litoral brasileiro e com a maior concentração de recifes de corais
1/11/2019	Manchas de óleo já chegaram a Porto Seguro	Reportagem	O avanço do óleo ao sul do litoral da Bahia, chegando ao 25º município do estado
2/11/2019	Manchete de capa: Navio grego é suspeito de causar tragédia ambiental PF investiga empresas ligadas a navio grego	Reportagem	A matéria possui três assuntos de temáticas diferentes, mas o assunto destacado é sobre a investigação (Operação Mácula) feita pela Polícia Federal do Rio Grande do Norte de forma conjunta com diversos órgãos para apurar a origem e a autoria do vazamento de óleo
2/11/2019	Apesar do óleo nas praias, aluguel para o verão permanece aquecido	Matéria	Mesmo com o desastre do petróleo no litoral, o setor imobiliário (de imóveis na praia) se manteve aquecido, segundo especialistas ouvidos na matéria
3/11/2019	Óleo chega à região de Abrolhos, santuário de animais marinhos	Matéria	Chegada de pequenas quantidades de óleo no arquipélago de Abrolhos e a preocupação com a biodiversidade no Parque Marinho
4/11/2019	Manchete de capa: Visitação de Abrolhos é suspensa por 3 dias	Matéria	Suspensão da visitação do Parque de Abrolhos por três dias (com possibilidade de prorrogação ou extinção)
5/11/2019	Manchete de capa: Navios de guerra reforçam combate ao óleo no NE Defesa não sabe quanto óleo pode atingir praias e anuncia operação	Reportagem	Operação, anunciada pelo ministro da Defesa, reforçada da Marinha, com disponibilidade de fuzileiros navais, navios e outros equipamentos que auxiliem no monitoramento e na tentativa de contenção do avanço do óleo
6/11/2019	Óleo em manguezais deve afetar o bioma por muito tempo	Reportagem	A reportagem possui mais de um gancho. O gancho principal trata da pesquisa realizada pelo Laboratório Coral Vivo nos ecossistemas atingidos, sobretudo com relação aos impactos nos corais. Também sobre os danos causados pelo óleo aos manguezais (e a dificuldade de remoção desse material). O outro gancho trata da destinação do material, ainda indefinida
7/11/2019	Governo vai liberar um salário para cada pescador por dois meses	Matéria	Benefício do governo (um salário mínimo - R\$ 998, durante dois meses) aos pescadores e marisqueiras com cadastro oficial ativo e que foram prejudicados pelo óleo
8/11/2019	Ação preventiva da Marinha visa conter óleo no ES	Matéria	Ação da Marinha, de caráter preventivo, de modo a facilitar a atuação caso o óleo chegue ao Espírito Santo
9/11/2019	Praias de Salvador já estão livres do óleo, diz Inema	Matéria	Após resultados, constata-se ausência de derivados de petróleo nas praias do litoral norte de Salvador, além da reabertura para visitação e atividade turística no Parque Nacional Marinho de Abrolhos

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
10/11/2019	Organizações coletam alimentos para pescadores afetados pelo óleo	Matéria	O gancho é sobre ações solidárias feitas por artistas para doação de alimentos que serão entregues, posteriormente, a pescadores e marisqueiras, profissionais direta e indiretamente afetados pelo óleo
11/11/2019	Navios da Marinha chegam a Suape para reforçar o combate a óleo	Matéria	O gancho é sobre a chegada de dois navios da Marinha, junto com uma grande quantidade de fuzileiros navais, além de diversos equipamentos e veículos, para reforçar o combate ao óleo, com operação sem data prevista para terminar
12/11/2019	Ministério diz que peixes do Nordeste podem ser consumidos	Matéria	Resultado da análise divulgada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que mostra que os pescados do litoral do Nordeste atingidos pelo óleo estariam próprios para o consumo humano
13/11/2019	Pesquisadores da Ufba contestam governo sobre consumo de pescados	Matéria	Pesquisa da Ufba
14/11/2019	Sete mil pescadores devem receber auxílio do governo	Matéria	Ações do Estado para amenizar os impactos econômicos e sociais para a população pesqueira e marisqueira
15/11/2019	Óleo reaparece em praias do extremo sul da Bahia	Reportagem	Aparecimento do óleo em diversas praias do sul da Bahia
17/11/2019	Manchas de óleo aparecem no Delta do Parnaíba, litoral do Piauí	Matéria	Aparecimento do óleo no Delta do Parnaíba
17/11/2019	A luz da ciência	Reportagem	Pesquisas realizadas pelos especialistas nos laboratórios da Ufba que resultam em soluções para lidar com o desastre ambiental no litoral, com tecnologias desenvolvidas na Bahia
19/11/2019	Novo navio suspeito será apresentado na quinta-feira	Matéria	A nova embarcação suspeita de ter derramado o petróleo
20/11/2019	Marinha discorda de universidade alagoana	Matéria	Nota distribuída pela Marinha descartando a possibilidade da análise feita pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) sobre o navio cargueiro que teria sido o causador do vazamento do óleo que atingiu a costa brasileira
22/11/2019	Relatório da Bahia Pesca mostra que peixes não estão contaminados	Reportagem	Existem dois ganchos na matéria. O primeiro, e principal, refere-se ao resultado de avaliações feitas em peixes e outros animais marinhos sobre a ausência de hidrocarboneto, e o segundo refere-se ao benefício a marisqueiros e pescadores prejudicados, que ainda não tinha sido depositado
23/11/2019	Capes vai liberar R\$ 1,3 milhões para pesquisa sobre o óleo	Matéria	Lançamento do Programa CAPES - Entre Mares, um programa da Capes para estimular a pesquisa na avaliação dos danos ambientais e dos impactos socioeconômicos, envolvendo biorremediadores, processamentos de resíduos e tecnologia aplicada para a contenção do óleo
24/11/2019	Fragmentos de óleo chegam ao litoral norte do Rio de Janeiro	Matéria	Chegada do óleo no Rio de Janeiro
25/11/2019	MP avalia interdição da praia de Grussaí, no Rio	Matéria	A necessidade de interdição da praia de Grussaí, no Rio de Janeiro, após fragmentos de óleo serem encontrados

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
26/11/2019	Manchete de capa: Ufba aponta redução de 47% de espécies marinhas após óleo	Reportagem	Resultado da pesquisa realizada pela Ufba sobre a redução no número de espécies que vivem em recifes de corais em Guarajuba, Itacimirim, Praia do Forte e Abaí desde o contato com o óleo
27/11/2019	Óleo que atingiu Rio é igual ao do Nordeste, diz Marinha	Matéria	Análise que mostra que os fragmentos de óleo achados em uma praia no norte do Rio de Janeiro são os mesmos que vêm atingindo o Nordeste desde agosto, e os mesmos que atingem o Espírito Santo

Em destaque, as reportagens ou matérias que ocuparam a capa como matéria principal

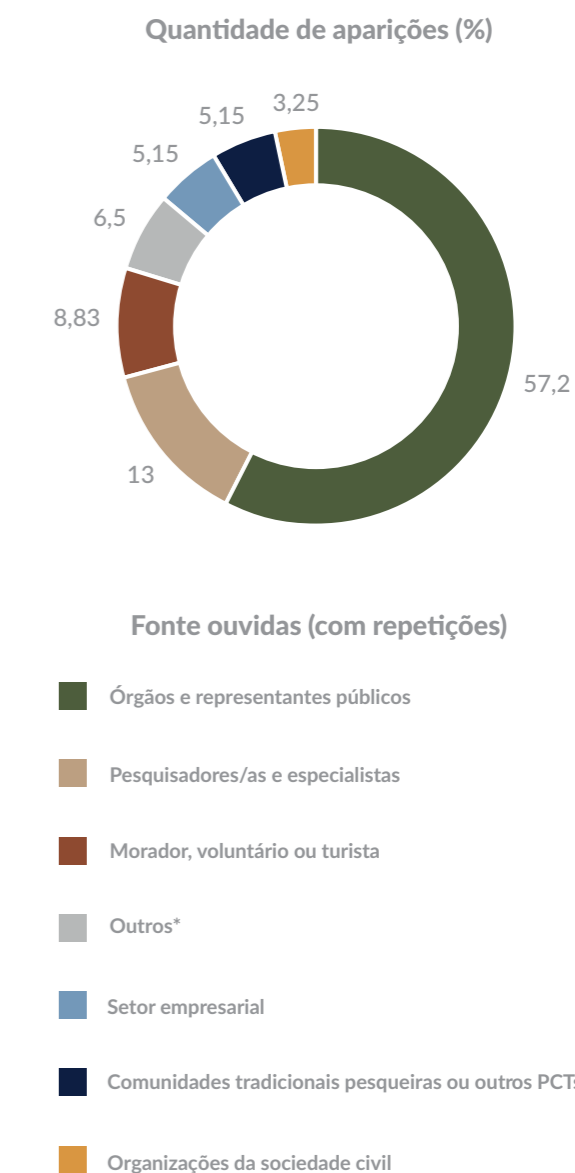
Fontes, dados estatísticos e legislações

A partir da análise de A Tarde no período selecionado para a pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no litoral brasileiro esteve presente em 54 conteúdos.

- Nas 54 matérias ou reportagens, 217 fontes foram entrevistadas e há apenas uma menção à legislação ou tratado de que o Brasil é signatário;
- Das 217 fontes entrevistadas, considerando as repetições: 123 eram órgãos ou representantes públicos, 28 eram pesquisadores/as e especialistas, 12 eram do setor empresarial, 12 eram de comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs, 7 eram de organizações da sociedade civil, 21 eram moradores/as, voluntários/as ou turistas, 14 foram classificadas na categoria "outros" (dentre as quais: baiana que produz acarajé, barraqueiro, peixeiro, dona de imóveis, corretora de imóveis, artista de rua, artesã).

Diversidade de fontes

Das 217 fontes entrevistadas, considerando as repetições:



*14 fontes do total de 215 foram classificados na categoria "outros", dentre os quais: Baiana de Acarajé, barraqueiro, peixeiro, dona de imóveis, corretora de imóveis, artista de rua, artesã.

O Estado do Maranhão

Fundado em 1º de maio de 1959 pelo empresário e político Alberto Aboud, que foi filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao Partido Social Democrático (PSD) e à Aliança Renovadora Nacional (Arena), sendo deputado federal pelo Maranhão e prefeito de São José de Ribamar, O Estado do Maranhão é considerado o principal jornal maranhense, embora esse posto venha sendo ameaçado desde 2000, com queda de assinantes e vendas. A mudança de nome do antigo jornal O Dia para O Estado do Maranhão ocorreu em 1973, numa iniciativa do então governador José Sarney e do poeta Bandeira Tribuzi, que assumiram o comando do periódico. José Sarney é conhecido político, tendo sido governador do Maranhão, deputado federal e senador pelo estado e presidente da República, antecedendo Fernando Collor de Melo. Além do periódico, a família Sarney controla a TV Mirante São Luís (afiliada da Rede Globo) e a Rádio Mirante FM, formando o Grupo Mirante.

Na pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM-Brasil)⁶ é possível encontrar análise sobre os políticos donos da mídia, dentre eles José Sarney. A posse direta de concessões públicas de rádio e TV por parlamentares é vetada pelo artigo 54 da Constituição. No entanto, a prática é comum na história do Brasil e ainda marca o mapa do mercado midiático do país nos dias de hoje. Além de negócio, a comunicação é tratada como moeda de troca política por seus donos-parlamentares. O pesquisador Paulino Motter mostrou, em sua dissertação de mestrado intitulada “A batalha invisível da Constituinte”, que o então ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ele próprio proprietário da Rede Bahia), distribuiu 1.028 licenças na sua gestão (1985-1989), 25% dessas somente no mês que antecedeu a aprovação da Constituição. O objetivo era garantir que o mandato do então presidente José Sarney (este também controlador de meios de comunicação no seu estado, Maranhão) fosse estendido de quatro para cinco anos, proposta que acabou acatada.

A cobertura: jornalismo declaratório e pouca diversidade de vozes



O derramamento de petróleo foi tema de 32 matérias ou reportagens em O Estado do Maranhão, tendo sido capa do veículo duas vezes no período analisado. A primeira notícia sobre o fato data de 24/09/2019, embora a mancha tenha chegado ao Maranhão em 18/09/2019, segundo informações do próprio jornal.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Aprofundando uma tendência observada nos demais veículos regionais analisados, O Estado do Maranhão privilegiou as fontes oficiais e os representantes do Estado em sua cobertura sobre o derramamento de petróleo. Nas 32 matérias identificadas para análise, contabilizaram-se 103 fontes, entre as quais 90 foram classificadas como órgãos ou representantes públicos; desses, a grande maioria é de órgãos federais. As reportagens e matérias centram-se nas declarações dos órgãos e autoridades encarregados de fiscalizar mar, rios e manguezais, com ênfase no impacto ambiental e nas investigações sobre os culpados. Nota-se a caracterização de um jornalismo muito baseado em declarações de autoridades oficiais, como o presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e de órgãos, como a Marinha e o Ibama. Muitas dessas declarações são, inclusive, colhidas em redes sociais pessoais das autoridades. Apenas 9 pesquisadores/as e especialistas são consultados/



as, novamente, com ampla ênfase nos impactos da tragédia no bioma marinho. No conjunto, apenas 4 reportagens tratam direta ou indiretamente dos impactos do derramamento de petróleo sobre a vida das comunidades tradicionais pesqueiras. No dia 16/10/2019, uma matéria curta, ocupando um terço de página, dá conta da chegada do óleo à Reserva Extrativista de Cururupu. Embora o texto apresente o dado de que na Resex “vivem mais de 4 mil pessoas que retiram seu sustento da atividade pesqueira”, nenhuma marisqueira, pescadora ou pescador são ouvidos como fonte. No dia 30/10/2019, a atividade da pesca tem sua primeira menção direta na cobertura do periódico com a reportagem “Óleo no mar: pesca de camarão e lagosta é proibida no Maranhão”; novamente, nenhum pescador, pescadora ou marisqueira são ouvidos como fonte. No dia 08/11/2019, mais uma matéria reporta que os frutos do mar comercializados por estabelecimentos

habilitados junto ao Serviço de Inspeção Federal estão livres de contaminação e que, por isso, o Ministério da Saúde se nega a decretar estado de emergência no Maranhão. Mais uma vez nenhum pescador, pescadora ou marisqueira é fonte, assim como nenhum peixeiro, comerciante ou consumidor. Chama atenção a ausência dessa categoria enquanto fonte da matéria “Por causa das manchas de óleo, 7 mil pescadores vão receber auxílio no MA”. O texto, de meia página, publicado em 05/12/2019, estampa uma foto de pescadores/as em embarcação artesanal, mas apenas o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ibama e a Marinha são ouvidos. A Medida Provisória nº 908/2019, editada pelo governo federal, determinando o auxílio a pescadores artesanais profissionais, não é analisada em profundidade.

⁶Segundo o pesquisador César Bolaño, “durante o governo do presidente José Sarney, as concessões foram ostensivamente usadas como moeda política, dando origem a um dos processos mais antidemocráticos do processo constituinte. Em troca de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para presidente, foram negociadas 418 novas concessões de rádio e televisão. Com isso, cerca de 40% de todas as concessões feitas até o final de 1993 estavam nas mãos de prefeitos, governadores e ex-parlamentares ou seus parentes e sócios”. Mais sobre isso: <http://quemcontrolaamidia.org.br/> (Intervozes, 2018)

O Corpus

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
24/9/2019	Pacotes estranhos são encontrados na praia de São Marcos	Matéria	A matéria foca no aparecimento de pacotes na faixa de praia e faz menção que podem estar ligados ao vazamento do petróleo
27/9/2019	Derramamento de petróleo atinge o MA e mais 7 estados do NE	Reportagem	Derramamento de petróleo atinge o Nordeste
30/9/2019	53 cidades já afetadas por mancha de óleo no NE	Matéria	Expansão das áreas afetadas pelo vazamento do petróleo
8/10/2019	Manchas de óleo se espalham e já atingem quatro praias do Maranhão	Reportagem	Espalhamento da mancha de óleo pelas praias do Maranhão
9/10/2019	Bolsonaro diz que despejo de petróleo pode ter sido criminoso	Matéria	Opinião do presidente Jair Bolsonaro sobre o petróleo no mar
9/10/2019	Petrobras recolheu mais de 100 toneladas de óleo nas praias	Matéria	Recolhimento do óleo no mar
10/10/2019	Governo tem 15 dias para apresentar soluções para petróleo no mar do Maranhão	Reportagem	Bancada Maranhense estabelece prazo de 15 dias para que o governo federal apresente soluções práticas quanto ao derramamento de petróleo
11/10/2019	Pacotes achados em praia seriam de navio que naufragou na 2ª Guerra	Reportagem	Pacotes estranhos encontrados na Praia de São Marcos, em São Luiz, e matéria coordenada sobre as manchas do petróleo
16/10/2019	Deputado desiste de acionar a Justiça sobre óleo na costa do MA	Reportagem	Parlamentar maranhense desiste de acionar Justiça sobre óleo na costa do Maranhão
16/10/2019	Mais pacotes de borracha são encontrados em praias do MA	Reportagem	Pacotes de borrachas encontrados em praias do Maranhão e texto complementar sobre a não relação destes objetos com as manchas de óleo
16/10/2019	Manchas de óleo atingem reserva extrativista em Cururupu	Matéria	Manchas de óleo atingem reserva extrativista
17/10/2019	Deputados querem criar comissão externa para apurar situação sobre óleo no Maranhão	Matéria	Parlamentares estaduais atuam na questão do vazamento de petróleo
19/10/2019	MPF pede que Justiça acione plano para acidentes com óleo	Matéria	Ministério Público Federal pede que Justiça acione PNC
21/10/2019	Manchas de óleo se concentram em Pernambuco, diz Marinha	Matéria	A matéria afirma que Pernambuco foi o estado mais impactado
23/10/2019	Vazamento de óleo pode ter sido de navio irregular	Reportagem	Investigações sobre os responsáveis pelo vazamento
23/10/2019	Título não encontrado ⁷	Matéria	Protesto contra a política ambiental do governo do presidente Jair Bolsonaro.
26/10/2019	Manchas de óleo ainda estão em três pontos do litoral do estado	Matéria	Manchas do petróleo no Maranhão

Em destaque, as reportagens ou matérias que ocuparam a capa como matéria principal

⁷Na etapa de tabulação, a matéria original não foi encontrada

Data	Título	Tipo de Conteúdo	Gancho/Tema Geral
30/10/2019	Deputado propõe frente para fiscalizar acidente ambiental	Reportagem	Ação de parlamentar para acompanhar o vazamento de petróleo no Maranhão
30/10/2019	Óleo no mar: pesca de camarão e lagosta é proibida no Maranhão	Reportagem	Proibição da venda de pescados por conta do vazamento de petróleo
31/10/2019	MP recomenda comissão para combater danos por derramamento de óleo	Matéria	MP atua no combate aos danos ambientais e sociais do vazamento de petróleo
1/11/2019	Criado Centro de Operação para monitorar manchas	Matéria	Ação de monitoramento realizada pelo Estado
2/11/2019	12 pontos do litoral maranhense estão afetados por óleo	Matéria	Pontos do litoral maranhense afetados pelo petróleo
2/11/2019	Navio grego é suspeito no caso das manchas no Nordeste	Matéria	Investigações sobre responsável pelo vazamento
7/11/2019	Mais quatro navios gregos investigados por vazamento de óleo	Reportagem	Investigações sobre responsável pelo vazamento
8/11/2019	Força-tarefa retira manchas de óleo em pontos do litoral do MA	Reportagem	Ação de limpeza do litoral
8/11/2019	Ministério descarta decretar emergência em saúde no NE	Reportagem	Segundo a reportagem, frutos do mar comercializados por estabelecimentos habilitados junto ao Serviço de Inspeção Federal estão livres de contaminação
12/11/2019	Manchas de óleo podem acelerar a extinção de tartarugas no Maranhão	Reportagem	Impactos ambientais
16/11/2019	Manchete de capa: 40 espécies ameaçadas de extinção no litoral do MA	Reportagem	Impactos ambientais
16/11/2019	Tartarugas: vítimas do óleo e da poluição nas águas maranhenses	Reportagem	Impactos ambientais
19/11/2019	Manchete de capa: Óleo atinge mais pontos no litoral do Maranhão Sobe para 17 número de pontos afetados pelas manchas de óleo no Maranhão	Matéria	Impactos ambientais
21/11/2019	Manchas de óleo: áreas de corais e recifes sob inspeção	Matéria	Impactos ambientais
5/12/2019	Por causa das manchas de óleo, 7 mil pescadores vão receber auxílio no MA	Reportagem	Impactos e reparação para pescadores/as

Em destaque, as reportagens ou matérias que ocuparam a capa como matéria principal

Fontes, dados estatísticos e legislações

Na análise de O Estado do Maranhão, no período selecionado para a pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no litoral brasileiro esteve presente em 32 conteúdos.

- Nas 32 matérias ou reportagens, 109 fontes foram entrevistadas;
- Das 109 fontes entrevistadas, considerando as repetições: 90 eram órgãos ou representantes públicos, 15 eram pesquisadores/as e especialistas, 1 era do setor empresarial, nenhuma era de comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs, 2 eram moradores ou turistas, nenhuma era da sociedade civil e 1 foi classificada na categoria "outros" (G1);
- No Corpus analisado são citadas as seguintes normas legais: a Portaria nº 1.522, do Ibama, de 19 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção; a Instrução Normativa nº 31, do Ministério do Meio Ambiente, de 13 de dezembro de 2004, que determina a obrigatoriedade do uso de dispositivos de escape de tartarugas (TED-Turtle Excluder Device) nas embarcações utilizadas na pesca de arrasto de camarões; a Instrução Normativa nº 21, do Ibama, de 30 de março de 2004, que proíbe a pesca do camarão (outra espécie protegida) entre o norte da Bahia e a divisa de Alagoas e Pernambuco no período de 15 de dezembro a 15 de janeiro de cada ano; a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/1988; e a Medida Provisória nº 908/2019, do governo federal.

Diversidade de fontes

Somadas as 109 fontes citadas, considerando as repetições, a quantidade de aparições foi assim distribuída:



03

O vazamento de petróleo nos noticiários televisivos das emissoras Globo, SBT e Record

Jornal Nacional

1ª vez que noticiou: 05/10/2019
28 conteúdos

SBT Brasil

1ª vez que noticiou: 23/10/2019
9 conteúdos, entre matérias e reportagens

Jornal da Record

1ª vez que noticiou: 1º/10/2019
20 conteúdos

Jornal Nacional

O Jornal Nacional (JN) está no ar desde 1969, quando era apresentado por Hilton Gomes e Cid Moreira. Transmitido de segunda a sábado, tem como âncoras atualmente William Bonner (à frente da bancada do jornal desde 1996, tornando-se seu editor-chefe em 1999) e Renata Vasconcelos (apresentadora titular e editora-executiva desde 2014).

O JN é veiculado pela Rede Globo, TV fundada pelo jornalista Roberto Marinho em 1965, a partir de concessão cedida pelo governo militar, apoiado pela emissora.

Com a estrutura de 5 emissoras próprias (2 geradoras e 3 filiais) e 118 afiliadas, a Rede Globo produz por ano 3 mil horas de jornalismo e 2,5 mil horas de entretenimento. Seja pelo sinal de TV aberta ou via

satélite, o conjunto de 123 emissoras que compõem a Rede Globo de Televisão cobre 98,37% dos municípios brasileiros, chegando a atingir potencialmente 99,36% da população.

Com participação na audiência de quase 40% (no horário das 7h às 24h), a Globo é líder no mercado brasileiro, e também na internet, com seus portais de notícias, esportes e entretenimento, vinculados ao Globo.com. Além disso, a emissora tem seus programas assistidos em cerca de 190 países, com suas produções distribuídas internacionalmente (por meio do canal de TV paga TV Globo Internacional).

A cobertura: a busca por respostas à tragédia no rastro do governo

O Jornal Nacional veiculou material sobre o derramamento de petróleo nas praias do litoral nordestino em 15 edições. É importante considerar que, no recorte temporal adotado nesta pesquisa, não foram veiculados conteúdos no primeiro período estudado (30 de agosto a 7 de setembro de 2019), nem no quinto e último (29 de novembro a 7 de dezembro de 2019).

A maior parte dos conteúdos foi ao ar no terceiro período, que envolveu as polêmicas sobre o óleo ser de



origem venezuelana e a tensão entre governo federal e Greenpeace, seguido do quarto período, cujo foco foram as investigações da Polícia Federal acerca dos culpados, e, por fim, do segundo período de análise, 30 de setembro a 5 de outubro, marcando o primeiro mês do aparecimento do óleo nas praias nordestinas. Assim, é possível observar que há uma curva crescente de aparições, que culmina no dia 25 de outubro de 2019, quando

No JN, há uma crítica perceptível ao Executivo, que não se estende à Marinha, às Forças Armadas e à Polícia Federal



o primeiro bloco do telejornal é totalmente dedicado ao tema; posteriormente, há um decréscimo gradual do assunto até a sua saída total da pauta.

No total, foram 28 conteúdos, sendo 10 notas, 10 reportagens e 8 matérias com cunho mais factual. O gancho prioritário desses conteúdos foi a chegada das manchas do petróleo em praias e anúncios/falas oficiais. Assim, as notas e matérias se focaram diretamente nos fatos relevantes do dia, com breves contextualizações (quando existiam). As reportagens, as quais corresponderam a um terço do universo da amostra, por sua vez, mesmo partindo de um gancho factual, abordaram o tema de forma mais contextualizada, apresentando dados e correlacionando os fatos entre os estados.

A maior parte dos conteúdos noticiosos (e todos do terceiro período analisado) foi veiculada no primeiro bloco do noticiário, revelando que a pauta era prioritária no dia.

Em oito conteúdos aparecem controvérsias explícitas entre fontes e narrativas oficiais: três relacionadas aos ataques do governo federal ao Greenpeace, dando espaço equânime para ambos; três confrontando a agilidade e a efetividade das medidas adotadas pelo governo federal, a partir de falas de agentes públicos (defendendo as ações do Estado) e ambientalistas/especialistas (os quais criticavam a demora e duvidavam da eficácia e da eficiência do que estava sendo desenvolvido); e duas discutindo se o mar/pescado não oferecia

realmente riscos à saúde, a partir de falas oficiais do governo e de especialistas.

Essa é uma diferença considerável em relação a outros veículos, como Folha de S. Paulo, SBT Brasil e Jornal da Record, que abordaram as controvérsias a partir de falas dos próprios agentes públicos. O JN parecia apresentar uma preocupação em não assumir o lugar da análise crítica, e sim colocá-la no discurso de outros atores políticos — todos legitimados pela opinião pública como especialistas, ou seja, com o direito legítimo de fala sobre aquele assunto. É interessante também observar que, diferentemente dos demais veículos, o telejornal utilizou duas entrevistas de Bolsonaro em eventos onde ele estava presente. Não se trataram de notas oficiais ou se referenciavam apenas em conteúdos publicados pelo Presidente nas redes sociais.

Em quase metade das edições (7 das 15 que veicularam conteúdos sobre o assunto), houve menção a dados e pesquisas diretamente. Ao todo foram 10 conteúdos

(do total de 28, ou seja, quase um terço) com referências científicas. Ainda é válido considerar que, mesmo quando não havia menção direta a dados e pesquisas, o JN se apoiou no discurso de fontes especializadas para abordar os assuntos, em especial os mais polêmicos e que rendiam controvérsias. Nem todas tinham, nos seus créditos, vínculo com instituições de ensino e pesquisa. Parte eram profissionais das áreas de saúde, oceanografia, veterinária etc. Isso aponta um espaço maior para as matérias cientificamente contextualizadas em relação aos demais veículos analisados, porém ainda pequeno se comparado à expressividade do espaço ocupado pelos agentes/órgãos públicos.

Nas 15 edições do telejornal, em 4 houve menção a legislações, sendo 2 sobre a Lei de Crimes Ambientais, 1 acerca do PNC e outra sem definição direta.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

fontes consultadas, 60 eram órgãos e representantes públicos (60,6%), 12 eram especialistas/pesquisadores (12,1%), 9 foram apresentados como voluntários (9,1%), 8 eram do setor empresarial (8,1%), 6 eram de organizações da sociedade civil (6,1%) e 4 eram de comunidades pesqueiras ou outros PCTs (4%).

Das 60 fontes vinculadas a órgãos e representantes públicos que apareceram no universo da pesquisa, as que tiveram mais aparições foram: Marinha (10 aparições), Ibama (8 aparições), Polícia Federal (7 aparições), Ministério da Saúde (4 aparições) e Ministério do Meio Ambiente (3 aparições).

É necessário tecer algumas considerações sobre essas fontes. Primeiramente, a Marinha e as Forças Armadas ocuparam um espaço central nas narrativas. A Marinha aparecia como o agente coordenador dos esforços de investigação e contenção. Suas ações se vinculavam à academia, particularmente

em relação às pesquisas desenvolvidas juntamente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas também ao Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que monitorava a mancha; ainda, aparecia como quem apoiava as investigações que davam suporte à ação movida pela Polícia Federal para punir os responsáveis pelo desastre ambiental. Sem posturas autoritárias, com muitas explicações técnicas, seus porta-vozes construíram uma imagem de resolutividade e ação. Assim, a narrativa apresentada pelo JN era de que os esforços não eram coordenados pelo governo federal, e sim pela Marinha.

As Forças Armadas, em especial o Exército, apareceram em várias matérias como agentes públicos acionados para colaborar com os esforços de limpeza das praias, às vezes sozinhos, às vezes junto a pessoas físicas voluntárias. Não tinham falas, mas apareciam nas imagens. Essa presença é marcante,

Nos 28 conteúdos veiculados, foram ouvidas 99 fontes. Das

principalmente quando comparada com a narrativa da Agência Brasil. Essa última, cumpridora de um aparente papel de porta-voz do Estado, também utilizou várias imagens das Forças Armadas nas praias, diferentemente da Folha de S. Paulo, em que os voluntários são apresentados majoritariamente como pessoas comuns, civis. As fotos e as contravérsias da Folha apontam para uma imagem de Estado ausente naquela situação. No JN, há uma crítica perceptível ao Executivo, que não se estende à Marinha, às Forças Armadas e à Polícia Federal. Esses atores aparecem como cumpridores do seu papel, em uma situação aparentemente mística (pois não se sabe a causa do derramamento) e descontrolada.

Falando em Executivo, o JN, apesar de ter veiculado a polêmica entre o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o Greenpeace, não coloca o primeiro como um dos personagens centrais do assunto

quando se fala de resolutividade. As falas e aparições de Salles quase se circunscrevem a esse episódio, enquanto o ministro da Saúde à época, Henrique Mandetta, surge vinculado à preocupação com a saúde dos voluntários e com os alertas à população. Observe-se que, ainda que a quantidade de aparições seja semelhante, a forma como elas se apresentam é bastante diferenciada.

Quando se fala sobre as aparições do setor empresarial, a semelhança da cobertura do JN em relação aos outros veículos está no número de vezes em que usa a Delta Tankers como fonte (obviamente devido às investigações tocadas pela Polícia Federal). Já a diferença, em especial em relação à FSP, está no pouco espaço dado ao setor turístico: aparecem como fontes duas empresas de cimento (não são divulgados seus nomes) que estavam utilizando o material coletado e algumas empresas do setor

de navegação, que falaram sobre os impactos do óleo nas suas atividades, os cuidados que estavam tomando e as medidas que poderiam ser adotadas pelo governo para proteger o meio ambiente sem afetar os rendimentos do setor.

A invisibilidade das comunidades tradicionais pesqueiras é desconcertante, principalmente quando se considera a função social do jornalismo. Além de terem poucas aparições, suas falas são curtíssimas e não há pautas que tenham surgido a partir da necessidade de abordar sua situação. Não são os protagonistas que vivem a história, são aqueles sobre os quais se fala, parte do cenário desenhado pelas imagens e narrado pelos textos. Os animais e os corais receberam mais atenção do que os seres humanos que também vivem em simbiose com o ecossistema marinho e os territórios atingidos pelo derramamento de petróleo.

medidas adotadas pelo governo federal, a partir de falas de agentes públicos e ambientalistas/especialistas; e duas discutindo se o mar/pescado não oferecia realmente riscos à saúde, a partir de falas oficiais do governo e de especialistas;

Fontes, dados estatísticos e legislações



Para ver a tabela detalhada sobre fontes, dados e legislações, acesse a pesquisa completa no site do Intervozes: intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/

- No período analisado, o Jornal Nacional veiculou 28 conteúdos sobre o derramamento de petróleo nas praias do litoral nordestino em 15 edições do telejornal, sendo 10 notas, 10 reportagens e 8 matérias com cunho mais factual;
- Em 8 conteúdos aparecem contravérsias explícitas entre fontes e narrativas oficiais: três relacionadas aos ataques do governo federal à ONG Greenpeace; três confrontando a agilidade e a efetividade das

- Nos 28 conteúdos veiculados, foram ouvidas 99 fontes;
- Das fontes consultadas: 60 eram órgãos ou representantes públicos, 12 eram especialistas/pesquisadores, 9 foram apresentadas como voluntários, 8 eram do setor empresarial, 6 eram de organizações da sociedade civil e 4 eram de comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs;
- Das 60 fontes vinculadas a agentes públicos/representantes do Estado que apareceram no universo da pesquisa, os que tiveram mais aparições foram: Marinha (10 aparições), Ibama (8 aparições), Polícia

Federal (7 aparições), Ministério da Saúde (4 aparições) e Ministério do Meio Ambiente (3 aparições);

- Em quase metade das edições (7 das 15 que veicularam conteúdo sobre o assunto), houve menção a dados e pesquisas diretamente. Ao todo foram 10 conteúdos (do total de 28, ou seja, quase um terço) com referências científicas;
- Foram utilizadas como fontes de pesquisa: órgãos públicos (duas do Ibama, uma do Ministério da

Agricultura, uma da Petrobras e duas da Marinha), instituições de ensino superior (duas da Ufba, duas da UFRJ e uma da Universidade Católica de Pernambuco), empresas (uma da Hex Geotecnologia) e um especialista sem citação de vínculo institucional (o oceanógrafo Mauro Maia);

- Das 15 edições do telejornal, em 4 houve menção a legislações, sendo duas delas sobre a Lei de Crimes Ambientais, uma acerca do PNC e outra sem definição direta.

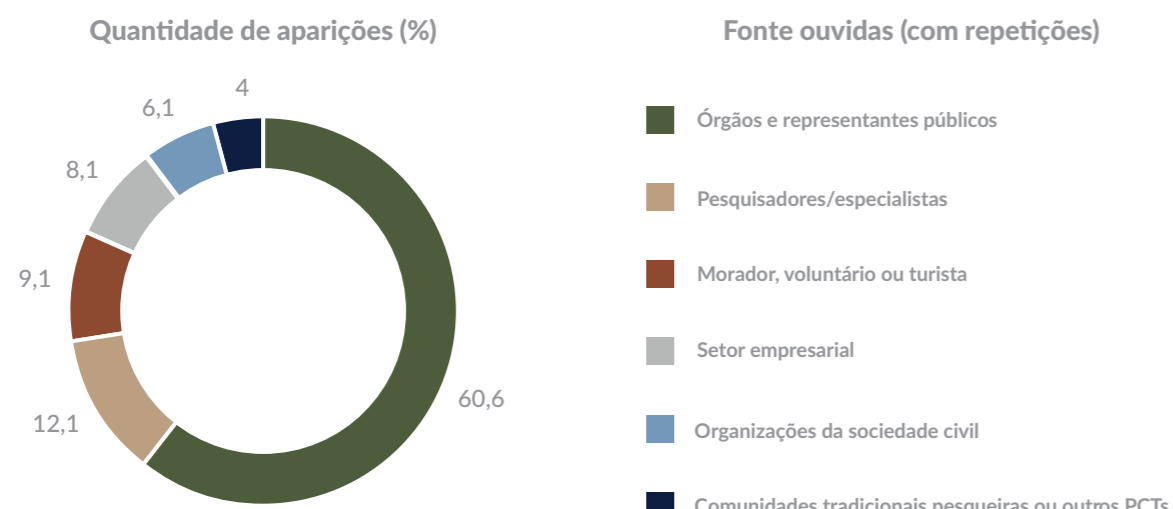
Data	Tipo de Cobertura	Fontes Entrevistadas (por ordem de aparição)	Tempo de Conteúdo
5/10/2019	Nota coberta	Ibama; Jair Bolsonaro	34s
23/10/2019	Matéria	Prefeitura de Paulista (PE); Prefeitura de Cairu (BA); Secretaria de Serviços Públicos do Cabo de Santo Agostinho; Voluntária; Universidade Federal da Bahia (Ufba)	1min47s
24/10/2019	Reportagem	Voluntário 1; Voluntário 2; Oceanógrafo; Ministro do Meio Ambiente, Greenpeace; Ministério do Meio Ambiente; Davi Alcolumbre, presidente em exercício	4min37s
25/10/2019	Matéria	Petrobras; diretor de assuntos corporativos da Petrobras e Marinha	1min15s
25/10/2019	Reportagem	Pesquisador Instituto de Biologia da Ufba; Bahia Pesca (órgão da BA); Luiz Henrique Mandetta - Ministro da Saúde; Vendedor de Peixes; Pescador 1; Pescador 2; Morador; Ministério da Agricultura	3min01s
25/10/2019	Reportagem	Marinha; Comandante de navio; Ministro do Turismo; Engenheira ambiental da Unicap	2min13s
25/10/2019	Reportagem	Banhista 1; Banhista 2; Médico Alergista; Banhista 3; Oftalmologista; Ministério da Saúde	2min19s
25/10/2019	Reportagem	Presidente Jair Bolsonaro; Greenpeace	3min57s ^a
26/10/2019	Reportagem	Voluntário 1; Voluntário 2; Pesquisadora da UFPE; Hamilton Mourão - presidente em exercício; Voluntária 3; Agência Estadual de Meio Ambiente; Professor de Engenharia Ambiental da Ufba	3min39s
26/10/2019	Reportagem	Comandante de operações navais da Marinha; WWF-Brasil; Secretário Executivo do Observatório do Clima; Hamilton Mourão - presidente em exercício	2min25s
28/10/2019	Nota coberta (Matéria)	MPF	1min07s
28/10/2019	Reportagem	Gerente de produção de empresa cearense que transforma o óleo em cimento (o nome da empresa não é informado); diretor industrial de empresa de cimento; veterinário	2min01s
29/10/2019	Reportagem	ONG Conservação Internacional; Comandante da Marinha; Prefeitura de Maragogi; Ibama; Organização das Nações Unidas; Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva; Ministério da Agricultura	3min46s
29/10/2019	Reportagem	Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval; Vice-presidente do Syndarma; Instituto de Oceanografia da USP	3min41s

^aObservação: A matéria fala de diversos temas, dos incêndios na Amazônia ao derramamento de petróleo. As fontes falam diretamente sobre o caso do NE em 23 segundos. Foram fontes: Bolsonaro (numa entrevista curta de 23 segundos) e o Greenpeace, em nota, que foi exibida no ar (17 segundos)

1/11/2019	Matéria	Delegado de Polícia Federal; Diretor-geral da Polícia Federal; Procuradora da República	3min41s
1/11/2019	Matéria	Almirante Alexandre Rabelo - chefe do Estado Maior do Comando de Operações Navais; Polícia Federal; Delta Tankers	2min39s
2/11/2019	Matéria	Marinha; Grupo de Acompanhamento e Avaliação; Professora do Instituto de Geociências da Ufba; Almirante Silva Lima - comandante do 2º Distrito Naval; Superintendente do Ibama-BA; Professor da Ufba; Voluntária	2min42s
2/11/2019	Matéria	Delegado de Polícia Federal; Delta Tankers; Procuradora do MPF	2min03s
2/11/2019	Nota coberta (Matéria)	ICMBio	36s
4/11/2019	Matéria	Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva; Comandante de operações navais da Marinha; Polícia Federal; Delta Tankers; Delegado de Polícia Federal; Presidente do Ibama	3min56s
5/11/2019	Nota coberta (Matéria)	Direção do Parque Nacional de Abrolhos; Instituto Chico Mendes; MPF/RN	49s
6/11/2019	Nota pelada	Delta Tankers; Marinha; Polícia Federal	57s
6/11/2019	Nota coberta	Não tem fontes/menções a atores sociais	21s
7/11/2019	Matéria	Pescador; Secretário do Meio Ambiente do Ceará; Superintendente do Instituto de Qualidade do Meio Ambiente do município de Aracati (CE)	1min59s
7/11/2019	Nota pelada (notícia)	Ministério da Saúde	16s
7/11/2019	Nota pelada	Direção do Parque Nacional de Abrolhos	16s
8/11/2019	Nota pelada	Instituto de Estudos do Mar da Marinha	29s
9/11/2019	Matéria	Banhista; Funcionária da Prefeitura de São Matheus (ES); Ibama	1min25s
Total de tempo			58min35s
Total de fontes			24

Diversidade de fontes

Somadas as 99 fontes entrevistadas, a quantidade de aparições foi assim distribuída:



Jornal da Record

No ar desde 1974, o Jornal da Record, também conhecido pela sigla JR, é exibido de segunda a sábado, às 21h30, com duração de uma hora, apresentado desde 2006 por Celso Freitas e Adriana Araújo (com exceção de um período de quatro anos, entre 2009 e 2013, em que Ana Paula Padrão dividiu a bancada com Celso Freitas).

Em 9 de setembro de 2019, o Jornal da Record estreou um novo modelo, incluindo quatro edições compactas, em formato de boletins ao vivo transmitidos ao longo do dia, denominadas Jornal da Record 24h, além de um boletim produzido exclusivamente para a internet.

Com patrocínio exclusivo do Banco Bradesco, o JR, que tem abrangência nacional, é atualmente o principal telejornal da emissora criada por Paulo Machado de Carvalho em 1953 e adquirida em 1989 por Edir Macedo, empresário, bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e Ester Bezerra, sua esposa.

Macedo fundou a IURD em 1977, e desde o início dos anos 1980 alugava espaços em emissoras de rádio e TV para a apresentação de programas de evangelismo. Com a compra, a Record se consolidou como uma emissora marcada por um forte conteúdo religioso, principalmente nas primeiras horas da manhã e ao final da noite/madrugada.

Além da emissora de TV, o Grupo Record⁹ adotou como estratégia a compra de veículos já existentes e a criação de novos.

Foi o caso da RecordTV, da Rádio Record e também da Rede Mulher, que, quando comprada por Macedo, em 1999, já possuía 101 emissoras afiliadas. Macedo transformou a Rede Mulher em Rede Família e, em 2007,

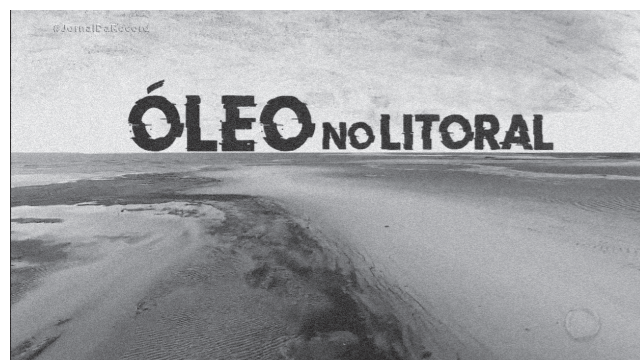
criou a primeira emissora all news da TV aberta, a RecordNews. Essa estratégia de expansão do grupo a partir de veículos já existentes tem paralelos com a estratégia utilizada pelo bispo na expansão da IURD: em vez de construir novos templos, a Igreja Universal do Reino de Deus preferiu alugar grandes teatros e cinemas desativados para seus cultos; além disso, sua teologia se baseia em grande parte em uma oposição a religiões já existentes: a Umbanda e o Candomblé. Tendo o Grupo Globo como seu principal antagonista, o Grupo Record lançou também o portal de notícias R7, que, assim como o G1, do Grupo Globo, faz parcerias com grupos de comunicação locais para a produção de conteúdo regional que tem sido valorizado no Brasil. Ademais, o grupo liderou a formação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - Abratel, em 1999, depois de um rompimento com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert, liderada pela Globo (MOM, 2018, s/p).

Nas últimas eleições presidenciais, a IURD/Record demonstrou extrema afinidade com o então candidato Jair Bolsonaro. Não foram poucas as vezes em que Edir Macedo fez campanha aberta nos templos da Igreja Universal ou que o jornalismo dos veículos do grupo privilegiou Bolsonaro. Caso emblemático aconteceu no dia 4 de outubro de 2018, três dias antes das eleições: enquanto um debate acontecia com seis candidatas à Presidência em outra emissora de TV aberta, Bolsonaro, que havia se recusado a participar do mesmo, foi entrevistado com exclusividade por 26 minutos no Jornal da Record.

⁹Para mais informações sobre o Grupo Record, acesse: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/record-tv/>
<https://noticias.r7.com/jr-na-tv/conheca-o-jornal-da-record-primeiro-multiplataforma-no-segmento-06102019>

A cobertura: faltou crítica no jornalismo da Record TV

No período escolhido para realização da pesquisa, foram analisadas 37 edições do Jornal da Record. Nessas, o derramamento de petróleo na costa brasileira apareceu em 20 conteúdos, veiculados em 18 edições. Uma primeira questão a se destacar no que diz respeito à cobertura do Jornal da Record sobre o tema foi a ausência de questionamentos. Uma das guias-mestre do jornalismo, a dúvida, o ato de perguntar, de verificar informações e declarações de interesse público, não esteve presente no principal telejornal da Rede Record.



De um modo geral, o Jornal da Record limitou-se a apresentar os fatos que se passavam a cada dia, principalmente sob duas perspectivas: a aparição do óleo em novos locais e a agenda de órgãos governamentais federais, em especial a Marinha do Brasil. A primeira edição que cita o fato data de **1º de outubro de 2019**.

A exceção ao padrão de ausência de questionamentos

ocorreu na edição de 1º/11/2019, quando, pela primeira vez, considerando o período analisado, o Jornal da Record utilizou a expressão “crime ambiental” e assumiu uma posição de cobrar a identificação e a punição dos responsáveis. Naquele dia, ao final da reportagem de quase sete minutos, a qual teve como foco as investigações de órgãos públicos que apontaram o navio grego Bouboulina como responsável pelo vazamento do óleo, a âncora do telejornal, Adriana Araújo, apresentou gráficos com uma série de perguntas que, nas palavras dela, “precisavam de respostas”, como: houve algum problema técnico no navio? Foi acidente ou um descarte proposital? Qual a carga total do navio? E quantas toneladas vazaram? Quem era o dono do petróleo? Quem vai arcar com os prejuízos?

Ainda que durante todos os outros dias da semana o Jornal da Record tenha continuado abordando a questão como “crime ambiental”, não se verificou o mesmo tom crítico da reportagem de 1º de novembro.

O jornalista e pesquisador português Manuel Chaparro (2014) qualificou o jornalismo como a linguagem dos conflitos. Defendendo a ideia central do jornalismo como “o espaço público dos confrontos discursivos” (p. 38), o autor afirmou que tudo “o que o jornalismo relata são conflitos” (idem). Adotando a perspectiva de Chaparro, questiona-se, então, o próprio caráter jornalístico da cobertura do Jornal da Record, que, em muitos casos, optou pela aproximação com uma linguagem de assessoria de órgãos oficiais.

O oficialismo como tônica

Outra questão observada na cobertura do Jornal da Record foi a ausência de preocupação com a checagem de informações ou a repercussão de informações que, pouco tempo depois, foram revistas.

Por exemplo, na edição de 25/10/2019, o telejornal foi aberto com a chamada “Óleo que atinge praias do Nordeste veio de três poços da Venezuela”, porém em nenhum momento a reportagem, de quase quatro minutos, citou qualquer estudo que confirmasse a origem do óleo. E mais: duas edições depois, em 28/10/2019, o âncora do Jornal da Record, Celso Freitas, afirmou que a origem do material era ainda “desconhecida”.

Outro exemplo ocorreu naquela mesma semana de

análise. Na edição de 29/10/2019, o telejornal noticiou uma determinação do governo federal de suspensão da pesca de camarão e lagosta em áreas afetadas nos meses de novembro e dezembro. Porém, no dia seguinte, o JR, sem qualquer apontamento crítico, noticiou que o governo havia desistido dessa decisão.

A aparição de manchas na região do Parque Nacional de Abrolhos também foi emblemática nesse sentido. Na edição de 30/10/2019, o JR dedicou aproximadamente cinco minutos e meio ao tema. Enquanto um pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) afirmou que, por meio de um estudo via satélite, foram identificadas manchas do óleo em Abrolhos, o Coordenador



Operacional da Marinha negou essa possibilidade e disse que o verificado por meio de satélite “poderia ser muitas coisas, até sombra de nuvem”. A afirmação do coordenador da Marinha foi reforçada por uma nota da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que teve trechos lidos pelo repórter e pelo âncora do telejornal. Porém, duas edições depois, em 02/11/2019, o jornal foi aberto com a chamada “Crime ambiental. Óleo atinge berçário de animais marinhos e já ameaça o Sudeste”, confirmando que, diferentemente do dito pelo governo, e sem questionamento do telejornal, de fato, o óleo chegou a Abrolhos.

Ao assumir essa cobertura oficialista, o Jornal da Record acaba se tornando um agente que colabora com a ampliação da **desinformação** sobre um tema de interesse público. Pesquisas diversas têm apontado a desinformação como uma ameaça ao direito humano, à comunicação e à democracia (Zanatta, 2018; Intervezes, 2018)¹⁰. Desse modo, longe de ser uma questão apenas de circulação de conteúdos falsos em redes sociais, afirma-se aqui que o principal telejornal da Rede Record, no que diz respeito ao vazamento de petróleo no litoral brasileiro atuou na linha oposta do que Guerra (2018) defende como desafio para o jornalismo tradicional em termos de novas práticas de controle de qualidade editorial, inovação e autocrítica, denominadas por ele metaforicamente como um *Comprova Reverso*.

“O olhar para si mesmas, para seu conteúdo, sua cobertura, e perguntarem-se sobre as limitações, falhas, imprecisões e padrões editoriais existentes que põem em risco a credibilidade tão reivindicada por elas. O *Comprova Reverso* é uma metáfora para a necessidade de um esforço articulado entre diferentes atores preocupados e empenhados em construir um ambiente jornalístico forte, sustentável e socialmente relevante. Trata-se de um esforço estratégico, de efeito a médio e longo prazo, mas cujo início não pode tardar no Brasil” (GUERRA, 2018, s/p).

Vale citar que 30 de outubro foi o único dia, das 18 edições que abordaram o assunto, em que houve divergência ou contraponto explícito entre as fontes no Jornal da Record, com o pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) tendo 20 segundos de aparição, mesmo tempo direcionado ao governo (incluindo coordenador da Marinha e leitura de nota da ANP). E aqui abre-se outra marca do telejornal na cobertura do vazamento de petróleo no litoral brasileiro: a quase inexistência de opiniões divergentes. Mesmo quando a matéria apresentou muitas fontes, elas foram utilizadas para tratar de questões diferentes sobre o assunto.

Em verdade, o uso das fontes para abordar diversas questões evidenciou também uma dificuldade de “foco” nas matérias e reportagens do Jornal da Record, com coberturas mais panorâmicas e pouco aprofundadas.

Apesar da aparente diversidade de perspectiva, não houve equilíbrio no espaço destinado às fontes, conforme observaremos.

No tocante a pesquisas e dados estatísticos, considera-se aqui que o Jornal da Record apresentou informações insuficientes. Nos 20 conteúdos veiculados por esse jornal, foram citados 12 dados, levantamentos e/ou pesquisas. Desses, 9 foram de órgãos públicos (3 do Ibama, 2 da Marinha, 2 do governo da Bahia, 1 do Inpe e 1 do governo de Pernambuco) e 3 foram de universidades (Ufba, Ufal e UFS, 1 de cada), todos sobre áreas afetadas (8), possíveis origens do óleo (2) e consequências em animais marinhos (2).

Reforçando o pouco aprofundamento da discussão sobre responsabilizações e saídas para o problema concreto, vale citar que, nos 20 conteúdos, entre reportagens e matérias analisadas, nenhuma legislação ambiental, tratado de que o Brasil é signatário ou instrumento legal foi citado pelo JR.

¹⁰Mais sobre isso: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585561-economia-politica-da-desinformacao-e-a-principal-ameaca-a-democracia-entrevista-especial-com-rafael-zanatta> (Disponível em 29/01/2019)

Desinformação: Ameaça ao direito à comunicação - Muito além das Fake News (INTERVOZES, 2019). Baixe o PDF no site: <https://intervozes.org.br/publicacoes/>

¹¹Fonte: <http://observatoriodaimprensa.com.br/perspectivas-2019/desafios-do-jornalismo-brasileiro-em-2019/> (Disponível em 29/01/2019)

Vozes silenciadas e vozes amplificadas (e uma voz criminalizada)

Nas 18 matérias ou reportagens analisadas, foram entrevistadas 78 fontes. Em apenas uma matéria (veiculada no dia 23/10/2019) nenhuma fonte foi utilizada. Dessas 78 fontes utilizadas, 35 eram órgãos ou representantes públicos, 11 eram pesquisadores/as e especialistas, 10 eram voluntários/as, 9 eram de comunidades tradicionais pesqueiras ou outros PCTs, 6 eram do setor empresarial, 4 eram moradores/as ou turistas e 3 eram de organizações da sociedade civil.

Na linha oposta do que ocorreu com os grupos citados acima, um

personagem teve sua atuação amplificada pelo Jornal da Record: a categoria “voluntários” foi a de maior visibilidade depois das fontes oficiais e dos pesquisadores/especialistas. Algo importante sobre os voluntários foi o fato de a aparição destacada não ser necessariamente como uma fonte entrevistada ou citada, mas como um grupo que teve as suas ações de limpeza das praias comumente exibidas.

A valorização das iniciativas de voluntários pelo Jornal da Record não foi estendida à atuação de organizações da sociedade civil, pelo contrário. O Greenpeace, por exemplo, foi um ator social criminalizado. Para efeito comparativo, pode-se citar aqui a diferença de abordagem do telejornal nas coberturas de um ato do Greenpeace em 23/10/2019, em Brasília, e de uma manifestação de voluntários, em Salvador, três dias depois, em 26/10/2019.

Enquanto na reportagem do dia 26 um dos organizadores do protesto

foi entrevistado e falou sobre a necessidade de materiais de proteção para a continuidade do trabalho voluntário de limpeza, no caso da matéria sobre o Greenpeace o foco do jornal foi a prisão de ativistas do grupo, num tom oficialesco, quase que como um porta-voz do ministro do Meio Ambiente.

Além de nenhum/a integrante do grupo ter sido entrevistado/a, em umadas passagens o âncora disse que “o grupo acabou detido por causar tumulto, atrapalhar o trânsito e depredar patrimônio público”, mas não foram utilizadas imagens que confirmassem isso.

Em outro momento, o âncora citou uma postagem do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nas redes sociais, e enquanto foram exibidas imagens de ações de limpeza por voluntários, afirmou: “entre as entidades que atuam na limpeza do óleo no Nordeste, não está o Greenpeace”.

Fontes, dados estatísticos e legislações

- Das 37 edições do Jornal da Record que compreendem o período selecionado para a pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no litoral brasileiro esteve presente em 18 delas. Foram publicados 20 conteúdos, sendo 9 matérias e 11 reportagens;
- Somadas todas as edições em que alguma matéria ou reportagem sobre o tema desta pesquisa foi publicada, temos aproximadamente 1 hora e 8 minutos de cobertura, ou 6,3% do tempo de programação ocupado, considerando que o telejornal tem 1 hora de duração diária;
- Nas 18 matérias ou reportagens, em apenas um caso (30 de outubro) houve divergência explícita entre fontes;

- Nas 18 matérias ou reportagens, 78 fontes foram entrevistadas. Em apenas uma matéria (veiculada no dia 23 de outubro), nenhuma fonte foi utilizada;
- Dessas 78 fontes utilizadas: 35 eram órgãos ou representantes públicos; 11 eram pesquisadores/as e especialistas; 10 eram voluntários/as e 4 eram moradores ou turistas; 9 eram de comunidades tradicionais pesqueiras; 6 eram do setor empresarial; 3 eram de organizações da sociedade civil;
- Dos 25 órgãos e representantes públicos, os mais citados foram, em ordem decrescente: Marinha (11 vezes); Ibama (5 vezes); Polícia Federal (4 vezes); Ministério do Meio Ambiente, governo da Bahia e governo de Pernambuco (3 vezes cada); Petrobras, Ministério da Agricultura e Inpe (2 vezes cada); outros 16 órgãos/representantes públicos foram citados 1 vez cada;

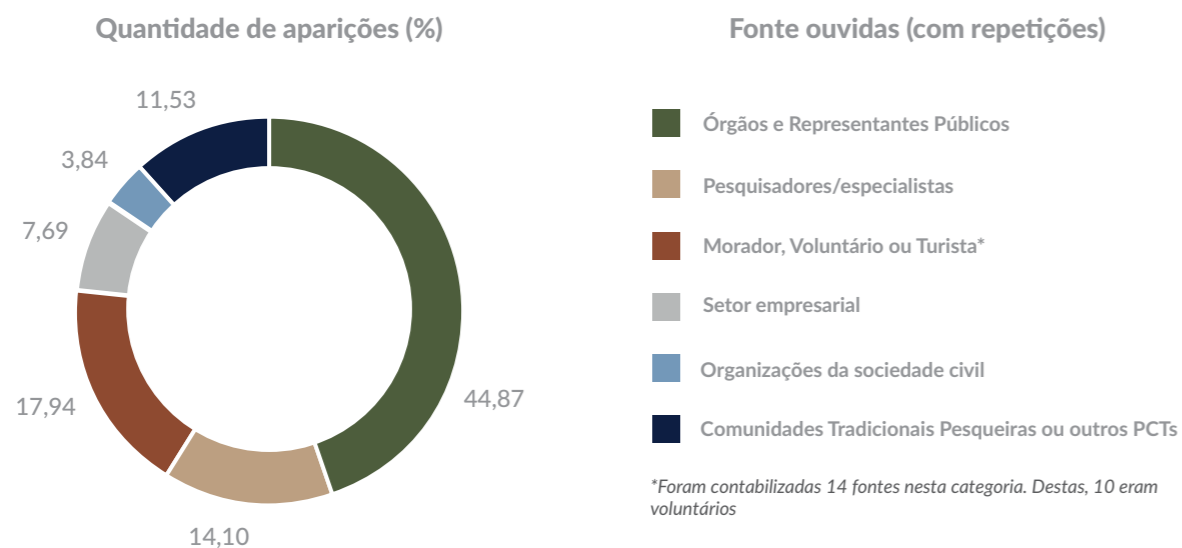
- No tocante a pesquisas e dados estatísticos, considera-se aqui que o Jornal da Record apresentou informações insuficientes, sendo, em sua maioria, levantamentos sobre locais atingidos, animais afetados e voluntários com problemas de saúde pelo contato com o óleo;
- Reforçando o pouco aprofundamento da discussão sobre responsabilizações e saídas para o problema concreto, vale citar que, nos 20 conteúdos, entre reportagens e matérias analisadas, nenhuma legislação ambiental, tratado de que o Brasil é signatário ou instrumento legal foi citado pelo JR;
- Das seis representações do setor empresarial, a Delta Tankers foi citada duas vezes; a Minerva Marine e a Associação de Hotéis de Porto de Galinhas, uma vez cada. Além delas, houve uma citação a uma “empresa privada contratada pelo governo de Pernambuco” e uma outra citação a um “laboratório de pesquisa contratado pelo governo da Bahia”; porém, nesses dois casos os nomes não foram identificados. As duas organizações da sociedade civil citadas foram o Greenpeace e a Fundação Mamíferos Aquáticos, uma vez cada. No segmento de comunidades tradicionais pesqueiras e outros PCTs, a única citação foi a “pescadores e marisqueiras”. E no segmento de pesquisadores/especialistas, foi citada a Universidade Federal da Bahia;
- Ainda sobre o destaque que os órgãos ligados ao governo federal tiveram no Jornal da Record, chamou atenção a amplificação da voz da Marinha. Em duas oportunidades, houve uma visível articulação entre a emissora e o órgão. Na edição de 02/11/2019, por exemplo, mais da metade da reportagem, de cinco minutos e vinte e dois segundos, foi de destaque ao trabalho desempenhado pela Marinha, com o repórter acompanhando sobrevoo de um helicóptero oficial, com exclusividade, na região de Abrolhos, e mostrando o funcionamento de um navio pertencente ao órgão (Fragata Constituição). Reforçando essa articulação, na reportagem a Marinha foi a única fonte ouvida, com dois representantes: o Comandante do 2º Distrito Naval e o Oficial de Manobra da Fragata Constituição;
- Nos 20 conteúdos veiculados pelo Jornal da Record, em 11 não houve qualquer referência a dados e pesquisas, e em 9 foram citados 12 dados, levantamentos e/ou pesquisas;
- Desses 12 dados/levantamentos/pesquisas, 9 foram de órgãos públicos (3 do Ibama, 2 da Marinha, 2 do governo da Bahia, 1 do Inpe e 1 do governo de Pernambuco) e 3 foram de universidades (Ufba, Ufal e UFS, um cada);
- Dos 20 conteúdos veiculados pelo Jornal da Record, nenhum citou qualquer legislação.

Data	Tipo de Cobertura	Fontes Entrevistadas (por ordem de aparição)	Tempo de Conteúdo
1/10/2019	Matéria	Moradora; Representante da Capitania dos Portos de Pernambuco; Representante do governo de Pernambuco	1min14s
4/10/2019	Matéria	ADEMA; Ibama	1min26s
5/10/2019	Matéria	Morador; Moradora; Diretor de Controle e Proteção Ambiental de Fortaleza	1min53s
23/10/2019	Matéria	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco; Defesa Civil de Pernambuco; Empresa privada contratada pelo governo de Pernambuco; Vice-reitor da UFPE	2min14s
23/10/2019	Matéria	Corpo de Bombeiros da Bahia; Comerciante; Turista	1min47s
23/10/2019	Matéria	-	49s
24/10/2019	Reportagem	Pescador 1; Pescador 2; Voluntário 1; Voluntário 2; Médico; Veterinária; Davi Alcolumbre, então presidente em exercício	3min48s
25/10/2019	Reportagem	Diretor do Instituto de Biologia da Ufba; Voluntário; Pescador; Profissional de saúde (não identificada a área); Ministro do Turismo; Representante da Associação de Hotéis de Porto de Galinhas; Voluntário	3min56s

26/10/2019	Reportagem	Pescador; Voluntário; Pesquisador da UFS; Veterinária da Fundação Mamíferos Aquáticos; Diretor da Fundação Mamíferos Aquáticos	5min58s
28/10/2019	Reportagem	Voluntária; Pesquisadora da Ufba; Pescador; Pescador; Professora da UFRPE	3min24s
29/10/2019	Reportagem	Comandante de Operações Navais da Marinha; Ministro da Defesa	4min23s
30/10/2019	Reportagem	Presidente da Colônia de Pescadores de Fortaleza; Pesquisador da Ufal; Coordenador Operacional da Marinha; Capitão de navio da Marinha; Mergulhador da Marinha 1; Mergulhador da Marinha 2	5min36s
1/11/2019	Reportagem	Diretor-geral da Polícia Federal; Delegado de Polícia Federal; Empresa privada de estudo geoespacial (nome não citado); Marinha; Procuradora de Justiça do Rio Grande do Norte; Pescadora	6min45s
2/11/2019	Reportagem	Comandante do 2º Distrito Naval (Marinha); Oficial de manobra da Fragata Constituição (Marinha)	5min22s
4/11/2019	Reportagem	Comandante de um dos navios (Marinha); Gestor ambiental de Pernambuco; Voluntário; Ministro da Defesa; Comandante de Operações da Marinha; Delegado de Polícia Federal	6min20s
5/11/2019	Reportagem	Mulher intoxicada por contato com óleo; Mulher com suspeita de intoxicação; Dermatologista	3min30s
6/11/2019	Reportagem	Defensor Público da Bahia; Pescador 1; Pescador 2; Minerva Marine; Secretaria de Agricultura e Pesca	3min40s
7/11/2019	Matéria	Biólogo da Bahia Pesca (empresa privada); Química da Ufba; Voluntário	1min55s
8/11/2019	Matéria	Randolfe Rodrigues, senador (Rede/AP); Secretário do Meio Ambiente de Pernambuco; Diretor do Instituto do Meio Ambiente da Bahia; Governo de Pernambuco	2min37s
9/11/2019	Matéria	Secretário do Meio Ambiente do Ceará; Capitão de Mar e Guerra da Marinha	1min25s
Total de tempo			1 hora e 8 min
Total de fontes			78

Diversidade de fontes

Somadas as 78 fontes entrevistadas, a quantidade foi assim distribuída:



SBT Brasil

Se há uma rede de televisão com a face do seu dono, esta é o Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT. Tendo à frente o ex-vendedor ambulante Sílvio Santos, que sempre utilizou o discurso de “alguém que deu certo na vida” para gerenciar os seus negócios na comunicação, a emissora tem sua essência ancorada na lógica do Baú da Felicidade — norteadora do início dos negócios da família Abravanel, cujo sobrenome não aparecia nas primeiras investidas de Sílvio Santos. Considerado hoje um dos maiores canais televisivos do país, o SBT não difere dos seus pares da mídia tradicional: seu foco está no lucro e na preservação de interesses políticos e econômicos de grupos hegemônicos.

Chauí (2006, p. 73) destaca que, sob o ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas e, embora rádios e televisões sejam concessões públicas, funcionam e atuam como mercado. De acordo com a estudiosa, os meios de comunicação são uma “indústria cultural” e, como tal, são regidos pelas regras do capitalismo. Chauí diz ainda que, com a era da globalização, movida pela economia neoliberal, o setor das comunicações sofreu mudanças profundas, que trouxeram para o seu interior empresas sem qualquer vínculo ou tradição na área (CHAUI, 2006, p. 73).

■ *Pode-se dividir o crescimento das empresas do grupo [Sílvio Santos] em três fases. Na primeira, com um desenvolvimento ainda incipiente, ele se concentra em torno do Baú da Felicidade e dos negócios do Programa Sílvio Santos. Em seguida, o grupo se amplia, somando essas oportunidades às que são criadas pela política econômico-financeira do governo. Na terceira, os investimentos se concentram cada vez mais na área de comunicação, em especial na televisão (MIRA, 1999, p. 18).*

O SBT foi fundado em agosto de 1981, e atualmente possui redações em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além de 14 emissoras afiliadas. Para se ter uma ideia dos vieses popularesco e oficiaisco da emissora, a assinatura do contrato com o Ministério das Comunicações, em 19 de agosto de 1981, foi transmitida ao

vivo, como marco de inauguração da casa. Vale lembrar também que, logo que iniciou suas operações, o SBT passou a exibir o quadro “A Semana do Presidente”, veiculado todos os domingos durante a transmissão do Programa Sílvio Santos. O quadro fazia um relato da agenda semanal do presidente da República, à época o general João Batista Figueiredo, um dos representantes do regime militar que governou o Brasil por duas décadas, depois do golpe civil-militar de 1964. O oferecimento do espaço era uma forma de retribuir ao governo militar a escolha do SBT para a concessão pública de televisão.

Não demorou mais de uma década da sua fundação para a rede se consolidar como vice-líder de audiência na televisão aberta no país, ficando atrás apenas da TV Globo. O apelo sensacionalista e a estética de espetacularização sempre nortearam a programação, tanto na grade de entretenimento como nos telejornais. Para tentar imprimir um tom mais qualificado ao telejornalismo no horário nobre da emissora, foi criado o SBT Brasil, que estreou no dia 5 de agosto de 2005, sob o comando da jornalista Ana Paula Padrão, com forte estrutura e cenário moderno. Hoje o telejornal tem como âncoras principais os jornalistas Carlos Nascimento e Rachel Sheherazade, sendo veiculado a partir das 19h45, de segunda a sábado.

Este estudo considerou relevante incluir o SBT Brasil na pesquisa, mesmo havendo dificuldade de acesso ao Corpus. Os programas do SBT Brasil não são arquivados na íntegra nas plataformas virtuais da emissora; há apenas algumas matérias e reportagens, de forma isolada. Então, a alternativa viável foi utilizar o sistema de busca no canal do Youtube da emissora, utilizando palavras-chave relacionadas ao vazamento de petróleo no Nordeste, considerando o período estabelecido como recorte metodológico. Assim sendo, não podemos garantir que somente houve menção ao referido desastre ambiental nas reportagens e matérias encontrados nesta pesquisa, uma vez que a emissora pode não ter disponibilizado todos os vídeos sobre o tema, veiculados no SBT Brasil, nos seus ambientes virtuais. No entanto, as oito matérias e reportagens encontradas nos deram elementos para uma análise confiável.

²²<https://intervezes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-reforma-da-previdencia-e-midia/>, pág. 41.

A cobertura: omissões e ausência de crítica no SBT Brasil

O acriticismo impera nas coberturas do SBT Brasil ao abordar o derramamento de petróleo no Nordeste. Há momentos em que o telejornal parece se revestir do discurso oficial. Quase inexistem algum contraponto de opiniões, ao passo que a agenda oficial é cuidadosamente narrada, seja nas vozes dos apresentadores e jornalistas, seja em vozes de autoridades de órgãos públicos. Da mesma forma que foi recorrente em outros veículos analisados, a TV da família Abravanel também trabalhou com a versão de que o navio Bouboulina era considerado o principal responsável pelo derramamento do óleo, sem valorizar os desdobramentos disso, ou seja, sem questionar o governo federal sobre as provas concretas para tal acusação. Esse perfil oficialista fica bem explícito em dois momentos. Um deles se dá quando o ministro do Turismo sobrevoa Porto de Galinhas, no litoral pernambucano, e a reportagem valoriza sua fala afirmando que o sobrevoo foi “muito esclarecedor” e que “as praias do Nordeste estão aptas para receber turistas”. Não há a versão de pesquisadores para informar à população se realmente o litoral estava em condições seguras para banhistas. Há total ausência de questionamentos.



É possível, ainda, observar que não há “direito de resposta” para a Embaixada da Venezuela ou para as autoridades venezuelanas sobre as acusações feitas pelos representantes do governo federal àquele país. No dia 25/10/2019, a chamada principal da matéria traz “Laudo da Petrobras aponta que petróleo vazado tem origem na Venezuela”. Logo em seguida, o próprio âncora do telejornal diz que “o responsável pelo derramamento permanece desconhecido”. O apelo ao espetáculo move a chamada principal, denotando falta de compromisso com a verdade dos fatos. No dia 1º/11/2019, a chamada do SBT Brasil adota a narrativa de que “Navio grego pode ser responsável por vazamento de petróleo no litoral”, também sem provas.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

Embora com um Corpus restrito, uma vez que não obtivemos acesso a todas as edições do SBT Brasil, na íntegra, exibidas durante o período da pesquisa, é possível verificar alguns achados importantes no estudo. Pelos números, observamos que, das 8 matérias e 1 reportagem, de 9 edições, nenhuma entrevista com voluntários foi realizada. O que

chama a atenção é o fato de que, em várias imagens de cobertura da fala dos repórteres, foi corriqueiro mostrar a limpeza das praias pelos voluntários, mas como “imagens ilustrativas”. Na voz do repórter, eles apareceram, mas não houve direito à fala. No dia 23/10/2019, inclusive, o telejornal aborda o impacto do vazamento do óleo na economia — uma vez que as vendas de pescados caíram drasticamente em muitas cidades atingidas, segundo a reportagem —, com imagens que mostram pescadores limpando as praias. Nesse dia a matéria traz entrevistas com pescadores, marisqueira, representante de colônia de pescadores e pequenos comerciantes — todos referindo-se aos prejuízos provocados pelo óleo derramado.

Já no dia 24/10/2019, a reportagem

aborda que “Em visita ao Nordeste, Alcolumbre promete ajuda às áreas contaminadas”, mas enfoca — como abertura — que os voluntários que ajudam a limpar as praias de Pernambuco foram hospitalizados. Isso ocorre também em 28/10/2019, quando toda a matéria é “coberta” com imagens de voluntários. No dia 1º/11/2019, com imagens de praia, a repórter diz que “equipes de limpeza trabalharam para tirar mais petróleo na praia de Arembepe, na Bahia”. Em todos os casos, há silenciamento da fala de voluntários sobre o uso ou não de equipamentos, as reações que sentiram ou a exposição ao óleo a que estiveram submetidos.

Não se pode dizer que, embora as comunidades tradicionais pesqueiras tenham sido entrevistadas em cinco oportunidades (no dia 24/10/2019),

tenha havido equidade diante das entrevistas de representantes de órgãos públicos. Se os povos que vivem da venda e consumo de pescados foram a parcela mais atingida pelo vazamento do óleo no Nordeste, logicamente eles deveriam ter mais voz, inclusive por refletirem com mais dados de realidade sobre a proporção do desastre ambiental. Mais grave ainda foi o silêncio dos voluntários nas coberturas — atores que agiram, na maioria das vezes, por morosidade, ou mesmo descaso, nas respostas públicas e governamentais. Ao que parece, a lógica de valorização da imagem em detrimento do conteúdo regeu as matérias e a reportagem acessadas. As pessoas — voluntários e comunidades —, via de regra, foram apenas imagens para compor a estética jornalística válida. Com efeito, a espetacularização dispensa profundidade.

Segundo Chauí (2006, p. 21-22) “os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros (...). Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanece o espetáculo de sua transmissão”.

Observa-se o esvaziamento de opiniões balizadas do campo da ciência sobre os possíveis prejuízos à saúde humana e aos animais marinhos, em decorrência do desastre ambiental. Apenas um especialista foi entrevistado, e este somente abordou a pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em relação à investigação sobre a suspeita de que o vazamento de petróleo tenha sido originado em poços do pré-sal. No dia 05/11/2019, por exemplo, a repórter começa a matéria dizendo

que a Secretaria de Saúde da Bahia investiga se as queimaduras na pele de um turista têm relação com o óleo. As imagens do turista são mostradas, mas a reportagem não aproveita o gancho para conversar com um especialista ou pesquisador sobre, por exemplo, a composição do óleo e os danos reais que ele pode causar em contato com a pele ou se ingerido junto com a água ou no consumo de frutos do mar.

Percebe-se, ainda, a omissão da abordagem sobre a importância das Organizações Não Governamentais, que, em muitos casos, atuaram junto a voluntários para a limpeza das praias contaminadas de piche. Nesse sentido, vale ressaltar o descaso com o Greenpeace. Depois do protesto que o movimento realizou em frente ao Palácio do Planalto, o governo federal encampou acusações sérias contra a ONG. O caso mais grave se deu quando a matéria do dia 24/10/2019 relatou que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, utilizou o Twitter para chamar o grupo ambientalista de “greenpíxe” (sic) e levantar suspeitas sobre a responsabilidade do navio do Greenpeace no desastre ambiental com óleo. Qual o valor-notícia de um comentário depreciativo sobre uma organização internacional, proferido na conta pessoal de uma rede digital

do ministro? Tecnicamente, nenhum. Eticamente, nenhum. A reportagem limita-se a ler pequeno trecho da nota do Greenpeace, dizendo que Salles mentiu para criar uma “cortina de fumaça” na tentativa de esconder a sua incapacidade em lidar com a situação. Já ao final da matéria exibida no dia 25/10/2019 sobre o tema no telejornal, a reportagem encerra com imagens de Pequim, onde estava Jair Bolsonaro, e requebra o assunto das acusações de Salles contra o Greenpeace com a seguinte fala do presidente: “Olha, para mim isso é um ato terrorista. Esse Greenpeace só nos atrapalha”. Sobre esse dispositivo midiático, concorda-se com José Arbex Júnior, quando ele diz:

O monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia tem consequências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade. Impede o debate plural e democrático das ideias, torna invisível — quando não “demoniza” — atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades (ARBEX JR., 2008, p. 385)



Fontes, dados estatísticos e legislações

- Das 8 edições disponíveis nas plataformas do SBT e do telejornal SBT Brasil (no site oficial e no canal oficial do Youtube), durante o período de recorte de pesquisa, o tema do vazamento de petróleo no Nordeste brasileiro foi abordado em 1 reportagem e 8 matérias, sendo que no dia 23/10/2019 o telejornal publicou duas matérias distintas referentes ao derramamento do óleo: uma com o título "Oposição pede CPI na Câmara para investigar vazamento de petróleo" (com 2 minutos e 29 segundos) e outra com o tema "Ativistas do Greenpeace são presos após protesto em Brasília" (44 segundos). Ao todo, foram 19 minutos e 23 segundos de conteúdos sobre o assunto, em oito dias;
- Nas 8 edições, não há confronto de opiniões, tampouco um aprofundamento sobre temas controversos, como os riscos dos banhistas, voluntários e consumidores de frutos do mar sobre os possíveis danos à saúde causados pelo óleo derramado, ou as acusações do ministro do Meio Ambiente ao Greenpeace como suspeito pelo derramamento de petróleo, e muito menos sobre as repetidas insinuações de representantes do governo federal acerca de a origem do óleo ser venezuelana;
- Nas 9 matérias ou reportagem, 24 fontes foram entrevistadas. Em apenas uma matéria, a segunda veiculada no dia 23/10/2019, o telejornal não utilizou fontes;
- Dessas 24 fontes utilizadas, 13 eram órgãos ou representantes públicos, 1 era pesquisador/a, 3 eram de povos e comunidades tradicionais (pescadores e

marisqueira), 2 eram presidentes de colônia de pescadores, 2 eram pequenos comerciantes e 1 era banhista. Houve uma entrevista com a ex-ministra do Meio Ambiente no governo de Luís Inácio Lula da Silva, Marina Silva, quando ela estava participando de um evento da revista The Economist, em São Paulo. Vale destacar que no dia 24/10/2019 foi lido trecho de uma nota do Greenpeace em resposta às acusações feitas ao movimento pelo ministro do Meio Ambiente;

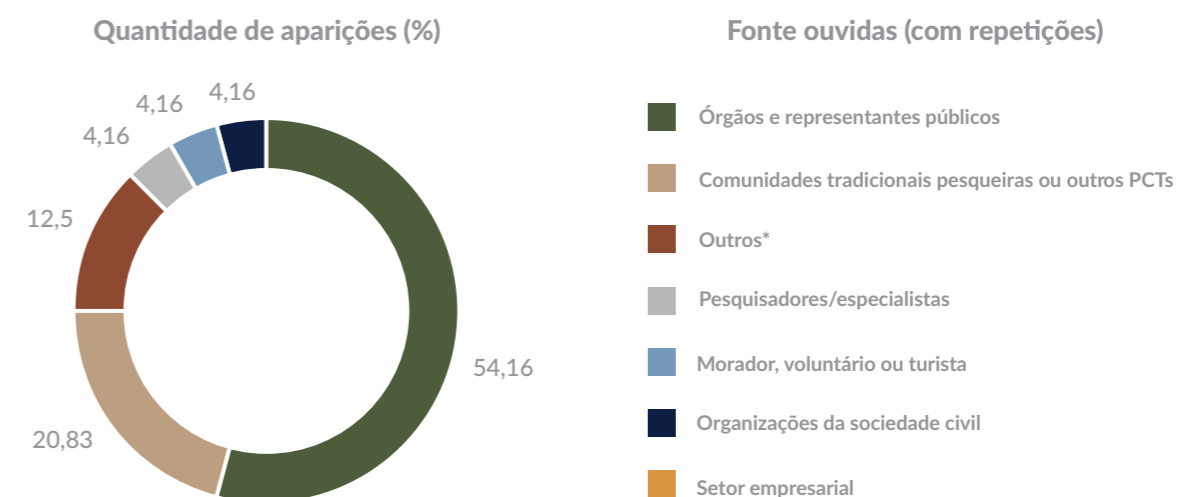
- Somados os 13 órgãos citados e/ou representados por seus líderes como fontes, pode-se destacar que apenas Marinha, Polícia Federal e Presidência da República foram mencionados duas vezes cada com citação direta. Os demais foram citados diretamente somente uma vez: Defesa Civil de Pernambuco, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, Ministério da Defesa e Procuradoria da República;
- Dos 9 conteúdos veiculados pelo telejornal SBT Brasil, em 8 edições não houve referência a dados e pesquisas, muito menos aprofundamento nas abordagens dos fatos. Apenas no dia 30/10/2019, durante a matéria sobre as investigações do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Ufal, e na entrevista com o seu representante, Humberto Barbosa, houve menção aos números sobre a extensão das manchas que atingiram o litoral e à investigação científica sobre as imagens de satélite. O PNC foi citado por duas ocasiões, apenas. Decretos e leis ambientais não foram mencionados.

Data	Tipo de Cobertura	Fontes Entrevistadas (por ordem de aparição)	Tempo de Conteúdo
23/10/2019	Matéria	Gerente comercial de peixaria em Salvador; Pescador (da Praia do Conde, na Bahia); Marisqueira (da Praia do Conde, na Bahia); Presidente da Colônia de Pescadores	2min29s
23/10/2019	Matéria	Obs.: Não há entrevistados. Somente imagens e off do repórter informando sobre o protesto do Greenpeace em frente ao Palácio do Planalto	44s
24/10/2019	Reportagem	Presidente da República em Exercício, Davi Alcolumbre; Ostricultora (de Alagoas); Coordenador da Defesa Civil em Pernambuco; Ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; Greenpeace	3min02s

25/10/2019	Matéria	Banhista; Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio; Presidente da República, Jair Bolsonaro	2min27s
28/10/2019	Matéria	Pequena comerciante, em Pernambuco; Coordenador Operacional da Marinha, Leonardo Puntel; Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva	1mi54s
30/10/2019	Matéria	Diretor do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Ufal; Vice-presidente, Hamilton Mourão (em coletiva)	2min01s
1/11/2019	Matéria	Delegado de Polícia Federal; Procuradora da República; Diretor de Hidrografia-Navegação da Marinha	2min30s
4/11/2019	Matéria	Coordenador Operacional da Marinha, Leonardo Puntel (em coletiva); Delegado de Polícia Federal	2min26s
5/11/2019	Matéria	Presidente da Colônia de Pescadores	1min50s
28/10/2019	Reportagem	Voluntária; Pesquisadora da Ufba; Pescador; Pescador; Professora da UFRPE	3min24s
29/10/2019	Reportagem	Comandante de Operações Navais da Marinha; Ministro da Defesa	4min23s
30/10/2019	Reportagem	Presidente da Colônia de Pescadores de Fortaleza; Pesquisador da Ufal; Coordenador Operacional da Marinha; Capitão de navio da Marinha; Mergulhador da Marinha 1; Mergulhador da Marinha 2	5min36s
1/11/2019	Reportagem	Diretor-geral da Polícia Federal; Delegado de Polícia Federal; Empresa privada de estudo geoespacial (nome não citado); Marinha; Procuradora de Justiça do Rio Grande do Norte; Pescadora	6min45s
			Total de tempo 19min23s
			Total de fontes 24

Diversidade de fontes

Somadas as 24 fontes entrevistadas, a quantidade foi assim distribuída:



*Foram contabilizadas três fontes na categoria "Outros", a saber: dois pequenos comerciantes de pescado e a Ex-ministra Marina Silva.
**Foi ouvida apenas uma fonte nesta categoria, o Greenpeace, em nota.

Agência Brasil

1ª vez que noticiou: 23/10/2019

52 conteúdos, entre matérias e reportagens escritas, em vídeo ou áudio

Agência Brasil

04

A mídia pública e o vazamento de petróleo: análise da Agência Brasil

A Agência Brasil (ABr) foi criada em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, como um serviço integrante da Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação, sem autonomia administrativa. No site institucional, a ABr é definida como uma “agência pública de notícias com foco no cidadão”¹³. Os valores apresentados como norteadores dos seus critérios de noticiabilidade são: o interesse público, a honestidade, a precisão e a clareza das informações que transmite.

Desde 2007, a ABr integra a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Juntamente com a TV Brasil, a Radioagência Nacional, as rádios MEC AM e FM, as rádios Nacional AM Brasília, AM Rio, FM Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões, passou a compor o sistema público de comunicação. A agência produz e distribui conteúdo jornalístico gratuito, por meio de seu site, para veículos de comunicação nacionais e internacionais. O foco prioritário de suas coberturas está em pautas de interesse público e que envolvam os agentes do Estado.

A história da Agência Brasil se vincula diretamente às agências de notícias estatais. No país, a primeira dessas iniciativas data de 1937, quando Getúlio Vargas criou a Agência Nacional (AN), subordinada ao Departamento de Propaganda e Imprensa, em consonância com dois objetivos principais: ser um aliado do seu projeto de integração nacional e disseminar o ideário do governo.

É válido salientar que, nesse período, o Brasil dispunha de poucas agências de notícias nacionais. Gradativamente, por meio da produção de boletins diários radiofônicos sobre os Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para A Hora do Brasil e pelo fornecimento de textos gratuitos para as empresas jornalísticas, a AN se consolidou como uma referência das ações oficiais do Estado, principalmente durante o Estado Novo, quando o acesso às informações públicas era restrito.

A Agência Nacional sobreviveu à queda do Estado Novo, se adaptando aos vieses ideológicos dos governos seguintes.

■ *A Agência Nacional permaneceu estreitamente orientada pela direção político-ideológica de cada governo da vez. Na transição entre Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, em 1961 (ano em que o país teve esses três presidentes), a empresa alternou-se entre os diretores João Baptista da Costa, Maurício Vaitsman e Josué Guimarães (jornalista e escritor gaúcho ligado ao trabalhismo). De forma geral, a AN mantinha e reforçava o papel de fornecedora de conteúdo para a mídia nacional, sem ônus nem cobranças financeiras. Parte de seu conteúdo era traduzida e redistribuída internacionalmente por agências estrangeiras, como a Associated Press. (LISBOA; AGUIAR, 2016, p. 07)*

¹³Informação disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/veiculos/agencia-brasil>>, acessado em 2 de abril de 2020, às 23h20.

Com o golpe militar, a Agência Nacional passa a ser tratada como órgão oficial de divulgação do governo. Em 1979, é rebatizada como Empresa Brasileira de Notícias (EBN), produzindo o noticiário radiofônico A Voz do Brasil e mantendo a distribuição de textos noticiosos. Em 1988, em meio ao processo de redemocratização do país, a EBN é extinta por decreto e suas atribuições passam a ser de responsabilidade da Radiobras – empresa que, dois anos depois, cria a ABr.

Até 2000, a Agência Brasil distribuía seus conteúdos para as redações por fax e telex. A criação do seu website, em 1997, foi um divisor de águas nesse modelo de distribuição, sendo, três anos depois, a única plataforma usada para tal.

Lisboa e Aguiar (2016) destacam a gestão de Eugenio Bucci (2003-2006) como paradigmática na mudança do enfoque eminentemente estatal para o de agência de notícias pública, baseada no valor informativo dos conteúdos. O reforço dessa máxima se deu com a incorporação da ABr à Empresa Brasil de Comunicação, em 2007.

Em 2010, a Agência Brasil passa a contar com uma página no website da EBC, com resenhas em inglês e espanhol, fortalecendo a disseminação de notícias para fora do país.

Desde o impeachment de Dilma Rousseff, a Empresa Brasil de Comunicação vem sofrendo ameaças, mudanças estruturais e cortes sistemáticos. Seu modelo de funcionamento com viés público é particularmente incerto após a portaria de 2019 que unificou a EBC e a NBR, numa questionável fusão de interesses públicos e estatais.



**Comunicação pública sequestrada:
um ano da fusão entre TV Brasil e NBR**

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/comunicacao-publica-sequestrada-um-ano-da-fusao-entre-tv-brasil-e-nbr/>



Comunicação pública perto do fim

<https://diplomatiq.org.br/comunicacao-publica-perto-do-fim/>

A cobertura oficial da agência pública

Os 52 conteúdos publicados na Agência Brasil sobre o derramamento de petróleo no litoral nordestino demonstram uma vinculação direta com os atos, falas e iniciativas dos representantes de Estado sobre o assunto. Boa parte das matérias são notícias, com um formato engessado, similar ao dos releases encaminhados à imprensa sobre um assessorado. Os textos quase sempre iniciam com pronunciamentos oficiais de representantes do Poder Executivo Federal e da Marinha, as principais fontes consultadas pela ABr, como veremos adiante.

Com pautas eminentemente factuais, 88,4% do material publicado e analisado nesta pesquisa trata-se de notícias. Dos 52 conteúdos veiculados pela Agência Brasil no seu portal, 46 eram matérias com cunho mais factual (sendo 34 em formato de texto, 7 em áudio e 5 em vídeo), 5 eram reportagens (4 em formato textual e 1 em áudio) e 1 era uma transmissão ao vivo de coletiva à imprensa em formato de vídeo. Esse detalhamento é válido para visualizar o pouco investimento em uma cobertura mais analítica e contextualizada, papel de uma agência de notícias pública.



Com relação às reportagens, 4 seguiam o padrão das notícias de ter como gancho iniciativas e falas oficiais do governo, assim como de seus agentes públicos. A do dia 25/11/2019 teve como gancho o lançamento de um guia para voluntários, organizado pelo Ministério da Saúde. Nesse caso, houve diversidade de fontes, e todas alertavam para os riscos de intoxicação durante o manuseio do óleo, temática quase invisibilizada no conjunto dos conteúdos publicados.

A reportagem veiculada no dia 1º/11/2019 versou sobre o mapeamento do marco zero da mancha de petróleo feito por uma empresa chamada Hex Tecnologias Geoespaciais, licitada pelo ICMBio, sendo essa a única fonte ouvida. Já no dia 04/11/2019, a reportagem relatou a suspensão da visita a Abrolhos pelo ICMBio, ouvindo apenas o próprio instituto e os representantes de uma empresa de turismo, em uma abordagem padrão da mídia hegemônica, a qual parecia estar mais preocupada com o impacto econômico do que o socioambiental; no mesmo dia, foi publicada uma reportagem sobre a notificação da Empresa Delta Tankers, suspeita de ter sido responsável pelo derramamento do óleo.

A última reportagem do período analisado foi veiculada no dia 09/11/2019. Diferentemente das demais, não tinha como gancho atos ou pronunciamentos de agentes públicos; dava voz a pescadores e organizações da sociedade civil situados nas proximidades da foz do Rio Doce, os quais temiam a chegada do óleo e o agravamento da situação das comunidades daquele entorno após o desastre da Vale. O preocupante é que os repórteres “viajaram a convite da Fundação Renova”, instituição criada em 2016, a partir de um acordo entre o governo federal e os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo com a Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton para reparar danos do rompimento da barragem.

Na sua estrutura, é uma reportagem que dá voz aos segmentos mais silenciados na discussão do tema, secundarizando as citações às ações de empresas e órgãos públicos. Há críticas diretas ao suporte oferecido pela própria Fundação Renova às comunidades afetadas pelo rompimento da barragem, como a fala do pescador



Ademar Sampaio: “Mudou nossas vidas. A gente vivia da pesca. Hoje, não estou fazendo nada. Estou igual um passarinho voando para lá e para cá. Venho aqui olhar o bote de vez em quando. Pego o ‘troquinho’ que a Fundação Renova dá e vou levando”.

Mas, ao mesmo tempo, visibiliza a importância do trabalho da ONG na localidade, traçando um panorama das suas ações e sua disponibilidade de atuar apoiando a localidade, mesmo diante de um dano que não foi causado pelas suas mantenedoras. Assim como visibiliza, por meio de menção, o convênio da Petrobras com a Associação de Pescadores de Regência (ES). Para esse último, foi aberto um intertítulo, com três parágrafos, abordando a solução encontrada, de forma bastante positiva.

A ausência de matérias sobre o tema no primeiro (30/08/2019 a 07/09/2019) e no segundo (30/09/2019 a 05/10/2019) períodos analisados parece se alinhar com essa máxima, visto que o governo demorou a se posicionar em relação à crise socioambiental. De forma geral, esse panorama inicial sobre o escopo da cobertura alerta para uma aparente apropriação da agência de notícias pública para fins estatais, com evidências de uso do serviço público como porta-voz do governo federal.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

A voz dos agentes do Estado: a relação com as fontes na ABr

A cobertura jornalística da Agência Brasil privilegiou como fontes os representantes do Estado. Das 87 fontes entrevistadas, 68 eram órgãos ou representantes públicos (78,2%), 6 eram do setor empresarial (6,9%), 4 eram especialistas/pesquisadores (4,6%), 4 eram de Comunidades Tradicionais Pesqueiras ou outros PCTs (4,6%), 3 eram de organizações da sociedade civil (3,4%) e 2 eram voluntários (2,3%).

Os órgãos ou representantes públicos mais consultados como fontes foram, em ordem decrescente: Marinha (16 vezes); ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (cinco vezes); ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva (três vezes); ICMBio; Grupo de Acompanhamento e Avaliação; Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco; Ministério do Desenvolvimento Regional; ministro do Turismo, Marcelo Álvaro;

Hamilton Mourão, presidente em exercício; e governo de Pernambuco, esses últimos ouvidos duas vezes cada um.

Do universo total dos 52 conteúdos publicados, em apenas duas matérias foram ouvidas as quatro fontes de povos e Comunidades Tradicionais Pesqueiras ou outros PCTs. O quase inexistente espaço conferido aos moradores e moradoras das áreas atingidas reforça o indicativo da crise de sentido e função da ABr (e do conjunto da EBC) com a fusão com a NBR promovida pelo governo de Jair Bolsonaro. Ao excluí-los/as da ordem do discurso, deixam de falar sobre as suas dores e sobre o des-caso/improvisado dos órgãos públicos no tratamento do crime ambiental.

Há algo que merece atenção: o deslocamento (intencional ou não) da imagem do presidente Jair Bolsonaro do assunto, tendo sido mencionado uma única vez ao longo da cobertura analisada. A figura do chefe do Executivo Federal usada como fonte só aparece três vezes: uma durante o exercício de Davi Alcolumbre e outras duas com Hamilton Mourão. As posturas que ambos desempenham nessas narrativas são as de chefes de Estado com medidas de resolução de

problemas e de controle da situação.

Assim, Alcolumbre é fonte quando edita medida de ampliação do período de seguro defeso, no dia 24/10/2019, e Mourão, em 26/10/2019, quando muda a sede do Comitê de Suporte ao Derramamento de Óleo para Brasília, com fins atribuídos ao melhor acompanhamento dos processos, e, posteriormente, em 30/10/2019, para anunciar que as investigações sobre o vazamento do óleo já estavam no fim.

Diferentemente da imprensa comercial, que precisou recorrer às redes sociais dos representantes do Executivo Federal para obter informações e posicionamentos oficiais, a Agência Brasil não fez uso desses expedientes, obtendo as entrevistas diretamente com os agentes do poder público, em eventos em que esses estavam e por meio de notas. Dessa forma, polêmicas como as que envolveram as declarações de Ricardo Salles nas suas redes sociais sobre o Greenpeace não foram pautas.

O ato público, realizado pelo Greenpeace, em Brasília, antes da polêmica anteriormente citada, sequer foi mencionado. As únicas organizações da sociedade civil entrevistadas como fontes foram a

ONG Salve Maracaípe, a Fundação Renova e a Associação de Pescadores de Regência.

Dos 52 conteúdos analisados, apenas 16 faziam referências a levantamentos e/ou pesquisas. Desses, 9 vieram de órgãos públicos (2 da Petrobras, 2 do GAA, 1 do Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira, 1 da Marinha, 2 do Ministério da Saúde, 1 do Ibama), 5 foram de universidades federais (2 da UFRJ, 1 da Ufba, 2 da Ufal) e 2 foram de empresas (a Hex Tecnologias Geoespaciais foi fonte duas vezes). São poucos os especialistas vinculados à academia que tiveram espaço como fonte.

O material noticioso da Agência Brasil sobre o derramamento de petróleo no litoral nordestino, mesmo quando há muitas fontes, não explora o contraditório em nenhuma das matérias analisadas, assim como não faz referência a legislações ambientais. Em seis matérias são citadas as medidas provisórias que liberaram recursos para o setor privado nas localidades atingidas e que ampliaram o seguro defeso para pescadores, mas é importante considerar que, apesar de terem força de lei, as MPs têm natureza de política pública.

- Não há nenhum conteúdo com divergência explícita entre fontes;
- No universo analisado, foram ouvidas 87 fontes, das quais: 68 eram órgãos ou representantes públicos; 6 eram vinculadas a empresas; 4 eram especialistas/pesquisadores; 4 eram de povos/comunidades tradicionais; 3 eram de organizações da sociedade civil; e 2 eram voluntários;
- Dos 52 conteúdos analisados, apenas 16 faziam referências a levantamentos e/ou pesquisas. Desses, 9

eram de órgãos públicos (2 da Petrobras; 2 do GAA; 1 do Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira; 1 da Marinha; 2 do Ministério da Saúde; 1 do Ibama); 5 eram de universidades federais (2 da UFRJ, 1 da Ufba, 2 da Ufal); e 2 eram de empresas (a Hex Tecnologias Geoespaciais foi fonte duas vezes);

- Dos 52 conteúdos analisados, 6 se referiram a medidas provisórias de liberação de recursos para o setor privado e de seguro defeso para pescadores. Mas é importante considerar que a MP, apesar de ter força de lei, não é lei.

Data	Tipo de Cobertura	Fontes Entrevistadas (por ordem de aparição)	Tamanho do conteúdo em caracteres e/ou em tempo
23/10/2019	Matéria	Ministério do Desenvolvimento Regional	1580
23/10/2019	Matéria	Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes; Prefeitura de Paulista; Governo do Estado de Pernambuco	2539
23/10/2019	Matéria	Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles	2682
23/10/2019	Matéria	Ministério do Desenvolvimento Regional	1580
24/10/2019	Matéria Matéria em vídeo Brasil em dia / TV Brasil	Presidente em exercício, Davi Alcolumbre; Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles	3.930 1min54s
24/10/2019	Matéria Matéria em áudio Rádio Nacional	Governo do Pará; Secretaria do Meio Ambiente do Espírito Santo; Marinha	971 1min48s
24/10/2019	Matéria	Marinha; Prof. da Coope/UFRJ; Prof. da Coope/UFRJ	1838
24/10/2019	Matéria	Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta	2692
24/10/2019	Matéria Matéria em vídeo Repórter Brasil/TV Brasil	Profª. Zenis Novais/Ufba; Governo da Bahia; Comandante geral do Corpo de Bombeiros, coronel Francisco Teles; Morador de área de praia; Gerente de hotel	1.212 2min15s
24/10/2019	Matéria	Governo federal (genericamente)	825
24/10/2019	Matéria	Secretaria Municipal de Saúde de São José da Coroa Grande (Pernambuco)	2581
25/10/2019	Matéria Matéria em vídeo Brasil em Dia/TV Brasil	Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio; Governo de Pernambuco; Marinha; Voluntários	1.303 2min02s
25/10/2019	Matéria Reportagem em áudio Rádio Nacional	Ministério da Saúde; Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva; Ministro da Saúde, Henrique Mandetta; Anthony Wong, do Hospital das Clínicas da USP; Pescador 1; Voluntário 1	1.367 6min55s

Fontes, dados estatísticos e legislações

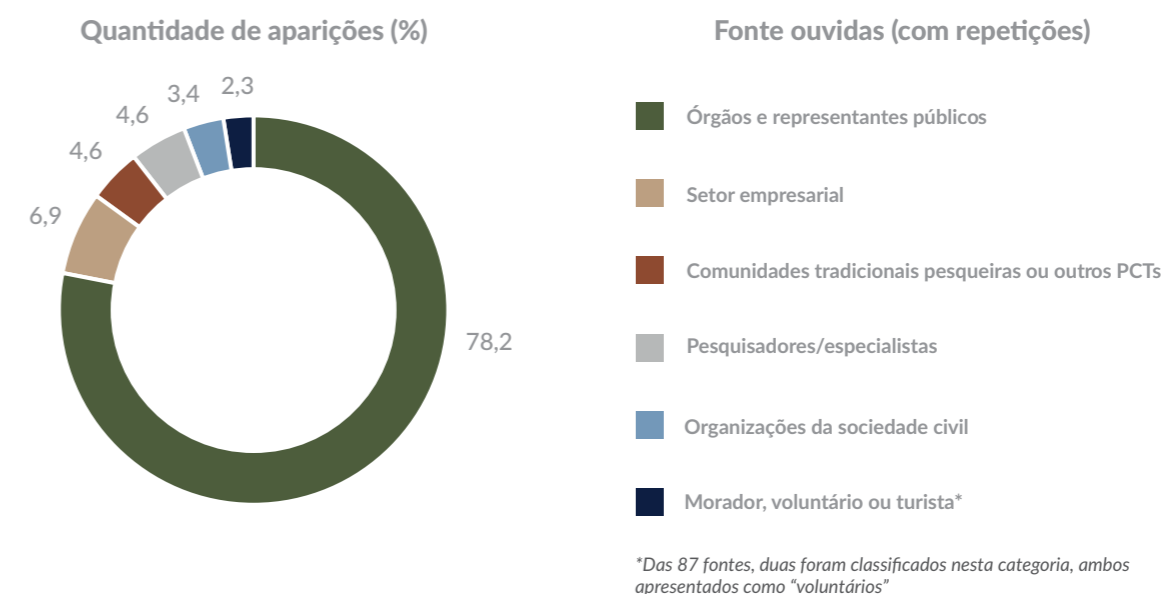
- Dos 41 dias referentes ao período de análise, o tema do vazamento de petróleo apareceu em 18 dias. No total, foram veiculados 52 conteúdos, sendo 38 em formato textual, dos quais 14 eram complementados por conteúdos que foram veiculados nas emissoras de rádio e TV da EBC. Assim, além dos 38 conteúdos textuais, foram disponibilizadas 8 produções radiofônicas e 6 de televisão;
- Dos 52 conteúdos veiculados pela Agência Brasil no seu portal, 46 eram matérias com cunho mais factual (sendo 34 em formato de texto, 7 em áudio e 5 em vídeo), 5 eram reportagens (4 em formato textual e 1 em áudio) e 1 era uma transmissão ao vivo de coletiva à imprensa em formato de vídeo;

Data	Tipo de Cobertura	Fontes Entrevistadas (por ordem de aparição)	Tamanho do conteúdo em caracteres e/ou em tempo
25/10/2019	Matéria Transmissão vídeo Governo Agora/TV Brasil	Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio; Almirante de esquadras Leonardo Puntel/ Marinha; Transmissão ao vivo de toda a coletiva	2.282 22min45s
25/10/2019	Matéria	Diretor de Assuntos Corporativos da Petrobras, Eberaldo Neto	2440
26/10/2019	Matéria	Marinha; ONG Salve Maracaípe; Presidente em exercício, Hamilton Mourão	2327
28/10/2019	Matéria	Instituto do Desenvolvimento Sustentável do RN; Marinha	3666
29/10/2019	Matéria Matéria em vídeo Repórter Brasil/TV Brasil	Presidente da Petrobras, Roberto Castelo Branco; Presidente da Petrobras, Roberto Castelo Branco	1.356 39s
29/10/2019	Matéria	Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque; Diretor-geral da ANP	2370
29/10/2019	Matéria	Grupo de Avaliação e Acompanhamento (Marinha, ANP e Ibama); Marinha	1915
29/10/2019	Matéria Matéria em áudio Rádio Nacional	Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva; Delegado de Polícia Federal Thiago Ferreira; Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva	2.184 1min46s
29/10/2019	Matéria Matéria em vídeo Repórter Brasil/TV Brasil	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa)	2.102 1min
30/10/2019	Matéria	Hamilton Mourão	2.306
30/10/2019	Matéria Matéria em áudio - Rádio Nacional	Comandante da Marinha, almirante de esquadras Ilques Barbosa Jr.; Marinha; Defesa Civil da Bahia	3.538 3min12s
1/11/2019	Matéria Áudio Rádio Nacional	Polícia Federal; Polícia Federal	1.937 1min58s
1/11/2019	Reportagem	Empresa Hex Tecnologias Geoespaciais	3320
2/11/2019	Matéria	Marinha	1780
3/11/2019	Matéria	Marinha	2343
4/ 11/ 2019	Reportagem Matéria em áudio Rádio Agência Nacional	ICMBio; Empresa de turismo; Empresa de turismo	5203
4/11/2019	Reportagem Matéria em áudio Rádio Agência Nacional	Polícia Federal; Delta Tankers; Presidente do Ibama; Marinha; Marinha	4.444 1min51s
4/11/2019	Matéria	Marinha	2593
5/11/2019	Matéria	Pesquisador da Fiocruz	2896
6/11/2019	Matéria	ICMBio; Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles	4505

Data	Tipo de Cobertura	Fontes Entrevistadas (por ordem de aparição)	Tamanho do conteúdo em caracteres e/ou em tempo
6/11/2019	Matéria	Delta Tankers; Marinha	3148
6/11/2019	Matéria	Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles	3895
8/11/2019	Matéria	Marinha	1.369
9/11/2019	Reportagem	Pescador 1; Pescador 2; Fundação Renova; Associação de Pescadores de Regência (Linhares)	4946
29/11/2019	Matéria Matéria em áudio Rádio Nacional	Ministério da Cidadania; Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva	1.570 1min24s
30/11/2019	Matéria	Marinha	894
04/12/2019	Matéria	Diretor da ANP; Coordenador científico do GAA	5.349
Total de fontes			87

Diversidade de fontes

Somadas as 87 fontes entrevistadas, a quantidade de aparições foi assim distribuída:



05

Artigo

Óleo no Nordeste: quem tem direito a falar e ser ouvido em uma tragédia sem precedentes?

Um olhar sobre os desafios de quem faz comunicação independente

Quando o petróleo cru chegou à primeira praia do Nordeste, em 30 de agosto de 2019, poucas pessoas poderiam prever a extensão do desastre ou a complexidade do que se tornou o maior crime ambiental do gênero no Brasil. Desde o primeiro momento, no entanto, o derramamento do óleo nas praias na costa brasileira tinha como vítimas e principais atingidas comunidades e povos tradicionais que vivem do mar. Ainda assim, essas populações demoraram a se fazer ouvidas pela mídia, mesmo a mídia independente.

Mais de mil praias, manguezais, rios e outras áreas foram atingidas pelo petróleo, até fevereiro de 2020, segundo dados do Ibama [https://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/2020/manchasdeoleo/2020-02-19_LOCALIDADES_AFETADAS.pdf]. Todos os estados do Nordeste, além do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, foram afetados. Os impactos do óleo que chegou às praias não são totalmente conhecidos até hoje, assim como a origem do derramamento e os responsáveis pelo crime.

Para as populações de pescadores, pescadoras, marisqueiras, comunidades e grupos que vivem das águas, as consequências se fazem presentes desde que a notícia se espalhou. Primeiro, com a impossibilidade de trabalhar, depois, com a negação de direitos e o silenciamento de suas realidades.

A demora em noticiar os acontecimentos no Nordeste é um ponto crucial para entender os fluxos e dinâmicas das coberturas jornalísticas do crime do óleo no Brasil. Veículos de mídia hegemônica comercial nacional só despertaram para a relevância do fato noticioso em setembro, praticamente um mês após as manchas de petróleo chegarem com maior volume e intensidade às praias nordestinas. Os jornais regionais, reproduzindo

uma dinâmica similar, e parecendo atuar numa lógica de cadeia, passaram a noticiar o ocorrido com frequência na esteira dos veículos nacionais. A proximidade com o fato noticiado não pareceu ser critério suficientemente relevante para que o vazamento virasse furo nos regionais antes mesmo de sair nos grandes veículos e nas cabeças de rede nacionais. Após um primeiro silêncio, porém, os veículos regionais passaram a reportar de maneira frenética a chegada do óleo à medida que acompanhavam seu rastro de destruição praia a praia. A explosão de notícias se confundia com a incerteza e a expectativa pela chegada em uma nova área. “Quando deve chegar em tal praia?” era a pergunta que muitas pessoas se faziam.

No caso da mídia independente, essa demora se deveu, em parte, à incerteza acadêmica sobre as causas e a origem do derramamento. E mesmo a mídia independente local não foi capaz de furar a espiral de silêncio instaurada no primeiro mês do ocorrido.

Outros aspectos ajudam a compreender como, recorrentemente, vozes foram silenciadas no maior crime ambiental do tipo já registrado no Brasil.

Que experiências são legitimadas como notícia pela mídia comercial? Como contabilizar as perdas de práticas de vida, culturais, a relação com território de comunidades e povos tradicionais? Essas questões acompanham a reflexão sobre as potencialidades e desafios do jornalismo independente e local em uma cobertura de grande escala. Quando lidamos com um evento sem precedentes, que caminhos seguir? O que é possível fazer para furar a bolha e pautar criticamente os fatos? Quem tem direito a falar e ser ouvido em uma tragédia nunca antes vista?

Por **Débora Britto**

Jornalista e repórter da Marco Zero Conteúdo. Faz parte do Terral Coletivo de Comunicação Popular e constrói o Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom).

O jornalismo no rastro do óleo

A deliberada tentativa do governo federal de desviar o foco da materialidade do problema também surtiu efeito na imprensa comercial e hegemônica. Como ondas, a cobertura jornalística, tanto nos veículos regionais quanto nos de alcance nacional, voltou-se às declarações do presidente Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que guardaram mais semelhança com a fumaça das queimadas na Amazônia do que com qualquer indício de racionalidade.

Quando a Amazônia queima, são ativistas os responsáveis. Quando as praias do Nordeste são contaminadas e manchadas por um volume de petróleo inédito na história, o presidente se cala. E a cobertura jornalística seguiu à risca as fontes oficiais em seus delírios, dando espaço e repercussão a distrações. Observamos picos de cobertura a partir de declarações, mas quase nenhuma busca pelo impacto no dia a dia de quem primeiro sentiu os efeitos do petróleo: pescadores, marisqueiras, comunidades tradicionais pesqueiras. Nos veículos nacionais, essas populações quase não foram ouvidas.

A questão colocada para o jornalismo a partir dessa experiência é: como politizar a cobertura sem cair na armadilha de apenas responder e criar palco para a verborragia de gestores que ignoram estudos e instituições científicas?

Diante da limitação financeira e logística, veículos de jornalismo independentes, locais, puderam explorar uma outra abordagem. Política, sim, mas em busca de fatos e especialistas que pudessem questionar as versões oficiais — e sem dados — fornecidas pelo governo federal.

A cobertura da [Marco Zero Conteúdo \(marcozero.org\)](http://marcozero.org) site de jornalismo independente com sede no Recife, em Pernambuco, um dos primeiros estados a serem atingidos pelas manchas de petróleo, é uma experiência singular de uma cobertura local, que pareceu conseguir furar a onda jornalística que se lançou no rastro do óleo no Nordeste. O veículo, que se define como “um coletivo de jornalismo investigativo que aposta em matérias aprofundadas, independentes e de interesse público”, existe desde 2015 e acompanha pautas locais com repercussão regional e nacional a partir dos direitos humanos.

Com 39 matérias, reportagens e entrevistas publicadas sobre o tema, a cobertura jornalística pode ser analisada em dois momentos. No primeiro, caracteriza-se o esforço de noticiar as primeiras manchas que chegaram às praias de Pernambuco e Paraíba, ainda sem dimensão da tragédia e do crime ambiental. Durante essa primeira fase, a cobertura focou nos responsáveis pelo derramamento, a partir de fontes oficiais, além da busca por informações de pesquisadores e especialistas confiáveis sobre o desastre e seus impactos.

Em um segundo momento, quando é possível dizer que se trata de um evento sem precedentes e que não há parâmetros para tal cobertura, a edição e a reportagem tomam a decisão de voltar o foco para as pessoas

atingidas pelo crime. O objetivo de acompanhar a questão socioambiental em vez de correr atrás da questão criminal é um acerto, enquanto a imprensa comercial focou energia em buscar o rastro do óleo.

A incapacidade de resposta ao crime, com o desmonte de órgãos de controle pelo governo de Bolsonaro, foi noticiada com atraso. Após a repercussão, as citações ao Plano Nacional de Contenção (PNC), por exemplo, sumiram gradualmente.

Na entrevista publicada no dia 11/10/2019, a Marco Zero ouviu Yara Schaeffer Novelli, doutora e professora sênior da Universidade de São Paulo (USP), considerada uma das mais experientes peritas em danos ambientais por vazamentos de óleo no país. A pesquisadora retoma o tema e explica como, e possivelmente por que, a legislação foi ignorada. A entrevista foi a primeira a furar a bolha local, do jornalismo independente, e provocar uma corrida da mídia hegemônica para ouvir especialistas qualificados que questionassem as nebulosas informações oficiais.

A entrevista foi resultado de mais de um mês de envolvimento dos jornalistas da Marco Zero com pesquisadores de universidades, institutos e servidores de órgãos públicos que não tinham respostas prontas para as inúmeras perguntas que o desastre trouxe. O investimento na investigação criteriosa, portanto, foi decisivo para direcionar o olhar crítico da cobertura.

Desconstruir o nordestino heroico e outros mitos

É importante frisar que entender qual a melhor estratégia para um veículo local em uma cobertura desse porte é ainda um desafio, tanto quanto uma aposta. Não existe fórmula pronta a ser aplicada, mas indícios que ajudam a vislumbrar como o jornalismo independente pode crescer e se fortalecer no ecossistema midiático. Aliada à estratégia de pautar as consequências para as pessoas atingidas, quando não se tem condições de competir com a cobertura de redações com dezenas de repórteres, a Marco Zero Conteúdo buscou pautar a questão científica por meio de pesquisadores e especialistas que contestam, com independência, as versões ou declarações sem base do governo federal.

A primeira matéria do veículo sobre este assunto, em 14 de setembro de 2019, já dava conta do que se tornou, por cerca de um mês, um mistério. O episódio do aparecimento da primeira mancha, no litoral da Paraíba, em 30 de agosto de 2019, e, em seguida, a chegada em praias pernambucanas, foi tratado pelo Ibama como um fato isolado. A informação foi passada em coletiva de imprensa no Recife. A imprensa local reproduziu a informação transmitida sem questionar, mas a abordagem da Marco Zero apontou para o conflito entre versões do Ibama (governo federal) e órgãos estaduais, além de grupos ambientalistas e ativistas locais.

Para a jornalista que esteve à frente da cobertura, Raissa Ebrahim, desde a primeira reportagem um dos principais desafios foi entender como buscar um outro olhar, para além da narrativa oficial e do release, para uma questão a que poucas pessoas tinham respostas. Cientistas e hipóteses foram refutados por outros cientistas, teorias se tornaram manchetes para em seguida

serem desmontadas e representantes do governo federal aderiram à dinâmica irresponsável e inconsequente do presidente da República, marcada por uma estratégia de produzir ativamente desinformação: o ministro do Turismo, em viagem a Pernambuco, entrou em uma praia atingida pelo petróleo com água até o tornozelo para fazer uma foto e garantir que o banho era seguro. Sem qualquer estudo para comprovar.

Sob a perspectiva de pautar criticamente o desastre e seus desdobramentos, a reportagem “Sem ajuda do governo federal, óleo está sendo contido por voluntários, ambientalistas e pescadores” denunciou a realidade violenta — e não romântica — do esforço civil para a limpeza das praias. A imagem do nordestino forte, heroico, que pode parecer positiva ao chamar atenção para o problema, acaba reforçando o que a jornalista e professora da Universidade Federal de Pernambuco Fabiana Moraes chama de imagem-bumerangue. Segundo a pesquisadora, “aquela que, apesar dos anos, das novas plataformas de informação, dos novos jornalistas, dos novos governos, sempre volta. E essas imagens do Nordeste retornam tanto para nos garantir que estão ali, intactos, aqueles que precisam ser salvos, quanto por se tratar da região em constante e histórico ataque mantido pela omissão governamental”.

Como questionar uma ideia que volta a silenciar as pessoas nordestinas, desta vez pescadores, marisqueiras, povos do mar, quando a maré de mobilizações espontâneas na Internet canaliza, sim, uma importante atenção para o tema?

Como abrir espaço para o jornalismo crítico, independente, que questiona a reprodução do nordestino guerreiro, resiliente, que retira com os próprios braços o resultado de um crime do qual é vítima?

Que desafios o jornalismo independente enfrenta para alcançar vozes historicamente silenciadas?

Um desafio concreto para o jornalismo nativo digital é o alcance. Esse aspecto não pode ser negligenciado em tempos de disseminação automatizada de desinformação. Por muito tempo, as narrativas contra-hegemônicas produzidas circularam em um grupo restrito, com dificuldade de alcançar outros círculos de leitores. Como pautar o debate público a partir de uma bolha?

A partir do local, a possibilidade de chegar às pessoas atingidas pelo derramamento do petróleo é um caminho que poderia ser considerado óbvio. Mas não é.

Na mídia hegemônica, um dos padrões observados é a pouca visibilidade às mulheres atingidas pelo crime ambiental. Entre pescadoras e marisqueiras, as últimas sequer são grupo social citado pela imprensa comercial.

Durante a cobertura, em ao menos nove matérias a Marco Zero Conteúdo abordou a condição de comunidades pesqueiras e marisqueiras em meio às consequências do derramamento de petróleo: falta de recursos, impossibilidade de trabalhar e desamparo de políticas públicas. Em uma delas, a reportagem “À beira da fome, pescadores e marisqueiras seguem sem auxílio após vazamento de óleo”, de Raissa Ebrahim, expõe a situação extrema a que famílias de pescadores chegaram.

“Enquanto convivem com o peso da omissão, homens e mulheres estão com medo de não conseguirem mais viver da atividade pesqueira, com séculos de tradição repassada de geração a geração. Pouco adianta correr para outra ocupação porque a situação do desemprego não deixa. A única iniciativa de auxílio oferecida até o momento foi a antecipação do seguro defeso, que, em Pernambuco, só vale para quem pesca lagosta. Hoje, faz exatamente 60 dias que as primeiras manchas de óleo apareceram, na Paraíba, e as soluções seguem sem previsão”.

Na matéria, a repórter escuta e cita quatro mulheres que vivem da pesca. Elas contam o drama que vivem, o impacto para o orçamento familiar, o peso da ausência de políticas públicas. Cita também fontes e dados produzidos pela sociedade civil que ilustram o tamanho da tragédia e do crime. A reportagem é um bom exemplo, ainda, de um jornalismo que enxerga valor nas vozes e vidas atingidas, que são, por outro lado, sistematicamente deslegitimadas pelo jornalismo hegemônico — funcionam para ilustrar a imagem-bumerangue, o desejo vazio de ação de piedade de quem assiste à tragédia pela tela do computador ou do celular. O jornalismo independente pode, aqui, desvincular-se das práticas dos jornalões: ouvir e fortalecer sujeitos e sujeitas historicamente silenciados/as, sem perder o horizonte crítico.

06

Artigo

Racismo da mídia na situação do derramamento de petróleo nos Territórios Pesqueiros

Por **Elionice Sacramento**

Pescadora e quilombola da Comunidade Conceição de Salinas (Salinas da Margarida-BA), integra a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e é mestra em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais pela UNB

O momento atual, não só de democratização do direito de matar (MBEMBE, 2003), mas de ataque a Ciência, universidade pública e gratuita, de aumento do ódio às mulheres e à esquerda brasileira. Momento também de privação de liberdades, entre elas de circular, onde as opressões se aprofundam e em nome de um discurso de promoção de vigilância, as forças autoritárias se expressam de modo mais explícito, impõe, mesmo para mim, que sou uma mulher liberta e pouco diplomática, ainda que respeitosa da diversidade e das especificidades “que tem contrato com a lama e com o mangue” razão pela qual não fico presa a determinados conchavos e acordos, vejo aqui a necessidade de iniciar esse escrito esclarecendo que:

- Estou plenamente ciente e convencida do isolamento social e da importância da quarentena, mas tenho medo dos “poderes” dados a governos autoritários na justificativa de promover vigilância e cuidado. A história mostra que pretos e pobres são os mais punidos.
- Não sou contra ciência legitimada na academia, mas não admito que digam que todo saber elaborado nos territórios tradicionais não é ciência. Se o conhecimento de lua, de maré, de vento, de cardume e pescados que produzimos nos Territórios Pesqueiros tradicionais não for ciência o que será ciência afinal? Aqui tomo de empréstimo o questionamento já feito por outras mulheres negras e sua afirmação que se nada disso for ciência então eu não sou uma cientista?
- Não sou anti universidade, do contrário, defendo a universidade pública e gratuita a serviço dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a serviço de quem mais precisa. A universidade, tal como as ciências, tem sua importância.
- Não tenho ódio irracional de todos os brancos, mesmo sabendo que os que não fizeram contrato com o racismo também são beneficiários de sua branquitude.
- Não sou inimiga da mídia, mesmo tento importantes considerações a fazer a algumas poucas famílias e grupos que controlam a mídia no Brasil e a forma tendenciosa que a mídia atua como vamos perceber ao longo desta análise.
- Não sou feminista e/ou marxista (as mulheres pescadoras da raça que descendo não discutiram o feminismo nem elaboraram sobre ele, mesmo reconhecendo sua relevante importância), o marxismo mesmo importantíssimo, não considerou as categorias de raça e gênero, corroborando com o pensamento de outras mulheres pretas que combinam campos diversificados do conhecimento, penso que não é possível fazer qualquer avaliação ou análise da sociedade sem considerar as categorias de raça e gênero.

E mesmo não sendo feminista e compreendendo que o feminismo é pra quem quiser e não para todas como afirma Chimamanda, reconheço a relevância do feminismo na luta pela garantia de direitos para as mulheres, em especial a partir da convocação de Sueli Carneiro para enegrecer o feminismo. Convém esclarecer também que não tenho medo do feminismo ou interpretações equivocadas, justamente por essa razão, minha leitura sobre os veículos de comunicação, sobre o pedestal que é construído para cientistas brancos pode ser classificada como “ideologia de gênero”. Tão atacada pelo Presidente da República o qual me permita dizer que não bato uma panela para sua saída da presidência, com todas as contradições, foi eleito com o voto do povo brasileiro, entre eles, pretos pescadores e pobres usados pelos projetos das elites. Talvez uma ideologia mulherista, mas não tenho embasamento suficiente para sustentar tal argumentação, para tanto ainda preciso ler mais sobre mulherismo e provocar para que outras mulheres da minha comunidade e do mundo da pesca façam leituras e elabore sobre o tema.

Posso afirmar, entretanto, que trata-se do olhar de uma mulher preta, pescadora (de tradição, profissão e por decisão política), quilombola, que realiza alguns passeios nos espaços da academia sem perder de vista seu modo de ser, seu território e a relação com sua gente, uma análise calcada em uma vivência ancestral em território pesqueiro e quilombola, situado ao Sul do Recôncavo Baiano.

É o olhar da Baía de Todos os Santos em diálogo com a Baía de Aratu, Camamu e tantas outras, manifesta na luta de terra e águas.

Eu sou Elionice Conceição Sacramento, Pescadora e Quilombola da Raça de Filomena, mulher preta, de nome, sobrenome, território e ancestralidade. Neste corpo ao longo dos meus 38 anos já vivenciei e testemunhei um conjunto de opressões contra nós mulheres pretas de território tradicional, entretanto, nos corpos das minhas mais velhas e das nossas ancestrais as opressões se apresentaram de forma mais profunda, ao partilhar as violências do racismo, Augusto (2020) por vezes tem me lembrado, “você não estão nos navios negreiros ou em uma Fazenda, ao tempo me aconselha, siga em frente ou mude de caminho sem perder de vista a missão!”

Não nos silenciemos referente às violências do passado, suas marcas permanecem, as práticas se perpetuam,

razão pela luta do presente. Os poetas dizem que uma pessoa não morre, nem sua obra enquanto está viva sua testemunha, João Bosco (2020). Nossa luta não imputará morte as nossas ancestrais nem a sua memória.

Aceitei a proposta do Intervozes de contribuir com o trabalho intitulado Vozes Silenciadas e, como não posso falar das vozes silenciadas das mulheres pescadoras do Nordeste Brasileiro, e ao mesmo tempo sufocar a minha própria voz e/ou negar meus/nossos sentimentos, trazendo uma coletividade que nos faz esquecer das nossas especificidades e individualidade.

Quero partilhar com vocês que no momento do episódio do derramamento do Petróleo em nossas águas senti um dos maiores medos de toda minha vida, mas esse medo não foi só meu, tratava-se do medo vivenciado pela maior categoria profissional do Brasil (Pena, 2019) junto com Edielso Barbosa, Elizamar Gomes, Quênia Barreto, Vânia Conceição, escrevo o artigo *‘Se eu fosse Copacabana o governo negligenciaria? E a sociedade se importaria?’* que denuncia o conjunto de racismo enfrentado pelas Pescadoras e Pescadores no referido período. Sou de uma comunidade que 80% da população é constituída de pescadores e pescadoras. Eu, meus pais, minhas irmãs e irmãos vivemos da pesca artesanal. A pesca é nossa principal fonte de renda, somada a criação de pequenos animais e agricultura de subsistência. Os costeiros de pesca são nosso empregador, nosso supermercado, a garantia da nossa segurança alimentar e nutricional entre outros elementos essenciais à vida.

Como a dimensão de nosso território quem determina é a maré, o vento ou o próprio pescado, seguindo em frente como propõe Augusto, socializo a análise referente o olhar da mídia e sua narrativa frente a situação do derramamento do Petróleo no Atlântico Sul e com particular impacto no litoral nordestino. Mas me permitam cumprir meu papel político, com viés ideológico da defesa dos Territórios Pesqueiros e dos direitos de meu Povo dos Territórios Pesqueiros e Quilombola. Ideologia, para além do que disse o poeta Cazusa eu tenho, seja para viver ou morrer.

A postura da mídia e suas narrativas é a maré que vai orientar minha análise, uma maré de ventos fortes, que certamente não vem do norte, pois segundo o saudoso companheiro de pesca de minha família “tudo que vem do norte é bom, até o vento”, no bojo do conjunto de informações levantadas pelo Intervozes, temos o que se constitui um costeiro de dados secundários, visto que os dados primários foram vivenciados na própria pele. De forma incansável, cabe a nós buscarmos denunciar

as diversas violências sofridas, informar a sociedade, mas nosso grito não era ouvido.

Conforme reflexões da Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras e outros movimentos da pesca vale desmistificar algumas ideias e esclarecer táticas usadas para diminuir o poder mobilizador da luta, como por exemplo, a narrativa de derramamento de óleo nas praias do Nordeste não nos contempla, isso dizemos por algumas questões simples:

O mar não tem fronteiras e o Nordeste brasileiro pertence ao Atlântico Sul, por outro lado, temos ciência que existe da parte de alguns grupos um ódio pelo Nordeste e dizer que o problema é do Nordeste torna menor o poder mobilizador da luta.

Não foi óleo o produto derramado no litoral, não foi óleo hidratante, de massagem ou bronzeamento, não foi óleo para cabelos muito menos de cozimento, o derramamento foi de petróleo, o fato de ser petróleo derramado e não ter instrumentos efetivos de contenção impõe a necessidade de avaliarmos se o Brasil tem condições de explorar o Pré-Sal na profundidade em que se encontra.

Não estamos falando de praia, nos reportamos aos Territórios Pesqueiros Tradicionais ou Território Ancestral. A mídia conservadora, nesta como em outras situações, fez o discurso de favorecimento do capital, dos interesses de uma elite branca, sulista, masculina ao maquiagem a real situação, apontando, por exemplo, que tratava-se de um pequeno derramamento de óleo, em algumas praias do Nordeste, que algumas tartarugas ficaram em ameaça, mas tudo já estava ficando bem. As praias já estavam próprias para o turista vim desfrutar de suas maravilhas. Omitiu o grande impacto sobre a vida nos Territórios, o impedimento de pescar e de escoar a produção e situação de fome vivenciada por várias famílias por cerca de três meses sem qualquer atenção do Estado.

A mídia oficial não ampliou as vozes das Pescadoras e Pescadores e especialmente da juventude. Na Bahia foi observada uma exceção, em 5% das matérias apareceu a voz da categoria, as pescadoras se posicionaram diante da imprensa e impuseram que suas vozes fossem minimamente ouvidas, 5% furaram o cerco, mais não foram ouvidas na dimensão de suas necessidades. A Bahia é um dos estados do Brasil com um grande número de mulheres pescadoras consciente de seu papel político fazendo luta por direitos. Sua incidência aparece como uma simples exceção à regra.

A Bahia representou um ponto fora da linha, num contexto de tentativa de silenciamento total, qualquer exceção chama atenção. Ainda assim, fica explícita a tentativa de evidenciar a subalternidade das pescadoras e pescadores que na condição de subalternos não lhe é garantido o direito de falar (Spivak, 2010) ou quando o direito é concedido se manifesta como uma forma de cota. Mas, nós somos mulheres subalternizadas que falamos, ainda que nossas vozes não sejam escutadas temos denunciado o conjunto de racismo que nos é imposto.

Observamos que as vozes que foram ampliadas nos espaços viabilizados pela mídia foram vozes de pessoas que representam instituições que refletem a cara do Brasil colonial, intelectuais da academia, ONG e órgãos de governos. Estes ainda que possam falar sobre a situação não irão falar do lugar de quem vivencia a dor do impacto, ainda que a legitimidade de sua fala se manifeste no distanciamento da situação problema, o que para as mídias toma em dimensão mais agradável visto os privilégios que esses espaços garantem aos sujeitos e as representam.

De modo geral, os veículos de comunicação titulados como oficiais não explicitaram que não era meramente as praias o principal alvo da tragédia/crime. Que as mulheres e homens das águas estavam impedidos de pescar e alguns vivenciando privação de alimentos, muito menos denunciaram a situação como uma tragédia/crime, diga-se de passagem, a maior da história do petróleo no mundo. E o Brasil tem sido especialista em ultrapassar record. A imprensa se pautou por uma lógica conservacionista de suposta preocupação com o ambiente como se as pessoas não fossem parte dele. De forma perversa, invisibilizou os sujeitos e sujeitas que dependem dos territórios impactados.

A invisibilidade imposta às pescadoras e pescadores é o ponto central da questão, digo ponto central, visto que para o capital se afirmar é preciso negar o modo de vida tradicional, as mulheres e homens das águas que historicamente tiveram sua humanidade negada, seu modo de vida desqualificado e seguem sendo usurpados até do direito de falar.

Como já dito, as pessoas que tiveram seu modo de vida impactado não tiveram o direito de ver o plano nacional de contingenciamento do petróleo acionado no que tange minimamente as medidas ambientais, muitos menos em sua totalidade, colocando em prática, por exemplo, políticas de saúde. Na disputa com os interesses capitalistas, os corpos negros, indígenas foram implicados na decisão de ser sacrificados. Lembramos que o Estado através da sua necropolítica escolhe alguns com características específicas para tirar o direito de viver, como aponta Mbembe, 2003. O Estado que nasce genocida aprimora suas práticas decidindo quem deve morrer e quem tem o direito de viver, no entanto, com o coronavírus, temos um elemento novo, que Mbembe chamou de democratização do direito de matar. Os corpos negros das comunidades tradicionais não têm direito de viver na visão de nossos algozes, mas nós decidimos que não vamos morrer (Evaristro).

A mídia que é controlada pela burguesia, na verdade por algumas poucas famílias que representam os interesses da burguesia e três ou quatro grupos religiosos neopentecostais conservadores, potencializou o discurso do turismo tendo como lema: praias limpas e saudáveis! Visto a necessidade de convencimento que o pitoresco Nordeste brasileiro estava em condições de receber turistas para viver seus desejos e prazeres nas terras vendidas por Jorge Amado como da Mulata Cravo e Canela. Não mulatas, nem cravo e nem canela, Territórios de mulheres pretas e indígenas impactadas pelo crime do derramamento do Petróleo.

A grande mídia, como dito, fechou os olhos para a fome que se abatia nos territórios pesqueiros e quilombolas, fome de mulheres e homens que são produtores de alimentos e que tem a tradição de partilhar e de cuidar!

Não abordou os impactos acumulativos de uma tragédia/crime desta natureza, cabe ressaltar que várias tragédias/crimes tem se dado no Brasil, uma em maior proporção que a outra. A tragédia do derramamento do petróleo superou a tragédia crime de Brumadinho e Mariana, essas ações de impacto na concepção das pescadoras tratam-se de uma ação orquestrada para tornar seus territórios inviáveis e insustentáveis, abrindo as portas para o projeto do capital como fomentado pelo plano Nacional de Desenvolvimento da Zona Costeira Brasileira tocado pelo Governo.

As mulheres pescadoras denunciaram que essa tragédia/crime do derramamento do petróleo e outras, somada a ausência de regularização fundiária e os diversos conflitos vivenciado no território, na disputa com os grandes projetos, aumenta sua vulnerabilidade e consequentemente o adoecimento.

Entretanto, a mídia não fez qualquer referência às negligências em saúde e o conjunto de violações de direitos que vem enfrentando pescadoras e pescadores. Nos diversos Estados Nordestinos do Brasil, mas também na capital, especialmente as mulheres, a juventude pesqueira ocuparam diversos espaços, exigiram direitos e, além disso, denunciaram as opressões que lhe abateram. Sua luta e incidência na maioria dos estados não foram divulgadas, muito menos suas bandeiras de luta histórica e suas pautas como: emissão de RGP, entrega de RGPs com pendência desde 2013, cancelamento das suspensões das carteiras de pesca. Como dito, pelas análises feitas: “algumas poucas vozes evidenciadas na Bahia foi um ponto fora da curva”.

As mulheres das águas classificaram e denunciaram várias formas de racismos como o racismo ambiental, institucional, estrutural, de lugar (contra o Nordeste e o Povo Nordestino), inclusive inovaram quando no campo da pesca tomaram para si o conceito de racismo alimentar, o impedimento de consumo do pescado produzido pela pesca artesanal.

Alguns Estados soltaram notas sanitárias sem estudo prévio, afirmando que os pescados estavam impróprios para consumo e impondo seu impedimento. Marizella Lopes, Pescadora Quilombola da Ilha de Mare tanto na Bahia, em Brasília e outros Estados chamava atenção para a tradição das comunidades pesqueiras de produzir alimentos e consumir o melhor de sua produção, em várias reuniões e eventos afirmou: “não vamos deixar de comer nosso pescado, isso é da nossa tradição, vamos continuar nos alimentando ainda que essa seja nossa ‘condenação’”.

A mídia que deve ter compromisso com a verdade de averiguar as informações, não investigou os processos acumulativos de adoecimento imposto pelo projeto do capital, nada sobre estes assuntos a mídia disse e/ou a mídia viu. Na Baía de Todos os Santos, nas diversas

outras Baías do Nordeste, Rios, Lagos e Enseadas estão poluídas e contaminadas.

Mas, para compreender a postura da mídia, precisamos nos perguntar a serviço de quem ou de quais interesses tem atuado a mídia brasileira? Quais os temas e corpos devem ser visibilizados e quais negados por ela? Quais as vozes merecem destaque e quais corpos não tem o direito de falar, visto que suas falas são silenciadas? A mídia tem um papel e atua para atender a determinados interesses que de modo nenhum tem relação com aqueles e aquelas que mais precisam ou com a necessidade da totalidade do povo Brasileiro.

A televisão brasileira e outros meios de comunicação tem colocado os pretos e pretas em locais de subalternidade ou de criminosos. Determinados programas sensacionalistas só colocam os corpos negros, de forma intencional, para afirmar teorias racistas que tendência o povo preto a criminalidade.

A mídia atua a serviço de uma estrutura que quer nos vê como eternos serviçais, subalternos e passivos frente às opressões. Também, o lugar de criminosos e preguiçosos nos é imposta para justificar os privilégios de uma elite branca que insiste em se manter no controle da sociedade e do destino de nossas vidas!

Pescadores Quilombolas, Extrativistas e Indígenas que são colocados para a sociedade como ladrões de terra, na condição de preguiçosos, por um capital que quer nos vê produzir mais valia, quando rompemos com o sistema e seus interesses nos impõem o rótulo da criminalidade (Lombroso e Rodrigues). As mulheres negras de território tradicional não tem espaço na mídia para denunciar suas dores, impostas pelos projetos do capital, de igual modo, para publicizar sua trajetória de superação das opressões.

Não é por acaso que as vozes de empresários, cientistas e até das ONG tentam e alcançam uma potência e destaque maior que daqueles e daquelas que estão diretamente impactados. Em um debate referente a questões que tocam diretamente a vida dos pescadores e pescadoras, suas vozes não apareçam.

Conscientes dos interesses daqueles que querem lhe colocar na condição de subalternos, as comunidades têm entendido a importância das mídias alternativas e têm construído estratégias de comunicação comunitária e outras formas de comunicação para fazer enfrentamento ao monopólio da mídia a fim de construir narrativas contra hegemônicas, tendo como horizonte, no campo de tantas injustiças sociais, ambiental e econômica, promover justiça epistêmica e na comunicação.

Nem superamos a tragédia/crime do derramamento do petróleo com enfrentamento às mais diversas formas de violência potencializada pelo Estado, silenciada pela mídia e negligenciada pela sociedade, enfrentamos a grande maré de março e uma atípica maré de abril que surpreendeu nosso conhecimento tradicional, nos deparamos com a pandemia do COVID-19 que em função da histórica negligência em saúde se apresenta tão letal na população negra, conforme dados do IBGE, 2020.

Que possamos continuar olhando para o histórico da luta ancestral de nossa gente, a fim de apreender como nosso povo enfrentou as sistemáticas negligências e se manteve em pé até hoje.

*No rio e no mar,
pescadoras na luta!*

*Nos açudes e
barragens, pescando
a liberdade!*

*Hidronegócio,
resistir!
Cerca nas águas,
derrubar!*

07

Artigo

Povos indígenas – a realidade que não chega nos jornais

Por **Sônia Guajajara**

Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

A complexidade e a gravidade da situação dos povos indígenas em meio à pandemia assustam. Cobrir o avanço da Covid-19 não se trata apenas de contabilizar infectados e mortos, requer revisitar uma série de violências praticadas ao longo da história brasileira. Neste artigo explicamos como a invisibilidade das pautas indígenas na imprensa contribui para a vulnerabilidade dos povos originários.

Antes, vale destacar que este texto apresenta reflexões a partir do cenário de pandemia do novo coronavírus, mas as análises aqui feitas convergem com observações verificadas também no modo como a mídia brasileira cobriu, no segundo semestre do ano passado (2019), o vazamento de petróleo no litoral brasileiro. A estratégia de invisibilidade deste momento atual se deu também com o silenciamento de indígenas e outros povos e comunidades tradicionais impactados por aquela que foi uma das maiores tragédias ambientais do país. A opção por tratar aqui da Covid-19 parte, portanto, da compreensão de que a invisibilização desses povos se dá não como fatos episódicos, mas como parte de uma estratégia de negação da diversidade brasileira, que pode ser percebida em diferentes momentos.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, até 22 de maio de 2020 o Brasil registrou 330 mil casos e 21 mil mortes.

À medida que a Covid-19 avança sobre o país, as desigualdades sociais se evidenciam e se tornam decisivas para a fatalidade da doença. Obviamente, as populações mais vulneráveis são as mais dependentes de políticas públicas para garantir sua sobrevivência em meio à pandemia do novo coronavírus. A taxa de letalidade, por exemplo, calculada com base na quantidade de óbitos entre infectados, é maior entre os povos originários do que entre a população brasileira não indígena, 12,6% e 6,4% respectivamente. De acordo com dados do Ministério da Saúde, até 22 de maio de 2020 o Brasil registrou 330 mil casos e 21 mil mortes. Já o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena contabilizou 61 povos atingidos pela doença, somando-se 125 indígenas falecidos e 987 infectados.

A invisibilidade dos problemas enfrentados pelos povos indígenas para garantir sua subsistência neste momento é também um reflexo da vulnerabilidade a que estão submetidos. Em relação à imprensa brasileira, sentimos necessidade de uma cobertura ampla e contínua que se aprofunde nas violências históricas sofridas por povos originários — agora, agravadas com a pandemia —, ou mesmo empenhada em reportar como os povos indígenas estão se organizando por conta própria para não perder mais nenhum parente.

Diante da ineficácia do poder público em agir para conter o aumento de casos e óbitos, realizamos a Assembleia Nacional de Resistência Indígena para criar um plano de enfrentamento à Covid-19, alinhado às nossas urgências. Mesmo assim, continuamos a denunciar os ataques via manobras jurídicas que seguem as tentativas de retirada dos nossos direitos e os ataques sofridos em nossos territórios.

Enquanto a imprensa opta por divulgar cada improprio dito pelo presidente da República e cada absurdo cometido por apoiadores, sua base política nas casas

legislativas desfigurou o Projeto de Lei 1142/20, que prevê medidas de apoio aos povos indígenas em decorrência da pandemia. No Judiciário, o Parecer 001, da Advocacia Geral da União, tem sido utilizado por ruralistas, endossados pelo governo Bolsonaro, para prejudicar as demarcações de terras indígenas que estão em andamento.

Veículos tradicionais optam por narrativas de conjuntura, ignorando que recortes raciais, como no caso dos indígenas, são necessários para compreender quem são as principais vítimas da negligência do governo federal em liderar uma ação coordenada de combate à Covid-19. Por isso, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) coordenou a criação da Quarentena Indígena, uma coalizão indígena e indigenista composta por lideranças locais, comunicadores, pesquisadores e ativistas para acompanhar o impacto da propagação do novo coronavírus entre nossos povos.

Outra questão fundamental na cobertura da imprensa nacional sobre a situação dos indígenas é priorizar dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde. Entendemos que os critérios adotados pela Sesai levam à subnotificação, uma vez que registram apenas indígenas aldeados. Excluir indígenas que vivem em contexto urbano da contagem “oficial” revela um racismo institucional por limitar nossa vivência. Para além de subverter essa narrativa e registrar todas as vítimas indígenas, a criação do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena foi pensada para evocar a memória daqueles que não resistiram.

Uma de nossas lideranças, Célia Xakriabá, explica: “Do luto à luta. Não é somente número, cada corpo Indígena tem uma encantaria ancestral. A cada Indígena morto, morre parte da nossa história coletiva. Enterrar um parente pelo genocídio em massa é enterrar mais um

corpo que luta por direito. A cada Indígena derrubado é uma árvore que é ameaçada”.

Apesar da invisibilidade a nível nacional, o esforço de veículos especializados na cobertura ambiental e das populações tradicionais tem demonstrado como é possível realizar uma abordagem jornalística com profundidade, como fez a agência Amazônia Real. A Amazônia é a região com maior número de vítimas da Covid-19 entre indígenas — sendo o Amazonas o estado com a situação mais grave.

Há que se destacar também novas iniciativas como o Inumeráveis, site voltado para contar a história dos falecidos pelo novo coronavírus a partir do olhar de entes queridos. Com base no trabalho de jornalistas voluntários em parceria com a Apib, o projeto passará a dispor de relatos sobre nossos parentes como forma de homenageá-los para manter viva a história dos povos indígenas brasileiros.

A diretoria da Apib entende que é primordial estabelecer diálogo com o jornalismo local e tem iniciado um trabalho nesse sentido. A partir do mapeamento realizado pela pesquisa Atlas da Notícia, identificamos e analisamos veículos de imprensa local para estabelecer um diálogo visando a difusão das informações sobre a situação dos povos indígenas.

Entendemos que é importante ocupar espaços tradicionais no jornalismo; no entanto, precisamos chegar aonde os grandes não chegam. Pensamos nossa comunicação de forma estratégica com a perspectiva de quem é retratado historicamente de forma ignorante ou estereotipada. Precisamos que o Brasil conheça o Brasil dos povos originários, e isso requer uma imprensa comprometida com a ética, com a defesa dos direitos humanos e em denunciar autoritarismo e opressão.

Considerações finais

A cobertura realizada nesta edição do Vozes Silenciadas aponta para vários caminhos possíveis de análise da mídia, no tocante ao vazamento de petróleo na costa do Nordeste brasileiro. Há mais similitudes na abordagem geral adotada pelos veículos aqui estudados do que assimetrias. Ao longo desta publicação, há o detalhamento particular de cada meio de comunicação investigado. Aqui, nesta parte final, destacamos observações e reflexões mais gerais, que jogam luz sobre o comportamento da mídia no Brasil, com base na pesquisa.

Apagamentos, acriticismos e omissões

Entre os aspectos mais relevantes da pesquisa está a invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, como pescadores/as e marisqueiras/os – categorias dramaticamente atingidas pelo desastre socioambiental, por terem os mares, mangues e rios como fontes de vida e sustento. Verifica-se, por exemplo, que a referência ou nomeação de “pescadores/as” e “marisqueiras/os” é quase que apagada dos títulos dos jornais impressos estudados. Dos 16 títulos de O Globo, não há sequer uma menção às palavras “pescadores”, “pescadoras”, “marisqueiros” ou “marisqueiras”.

Já na Folha de S. Paulo, dos 55 títulos listados, aparecem apenas três: “Pescadores de praias com óleo ocupam sede do Ibama na Bahia” (23/10/2019); “Sem Bolsonaro, Alcolumbre abre caminho para ampliar benefício a pescadores do NE” (25/10/2019); e “Pescadores de praias atingidas por óleo relatam queda de até 80% nas vendas” (1º/11/2019). O Estado de S. Paulo abordou o vazamento do óleo em 31 títulos, mas somente em um referenciou as categorias dos trabalhadores/as atingidos/as: “Multa é de R\$ 50 milhões, mas cabe indenização a pescadores” (02/11/2019).

Os veículos regionais pesquisados, que, em tese, estavam mais próximos da realidade vivenciada por pescadores/as e marisqueiras/os, não se comportaram de forma diferente. No jornal Diário do Nordeste,

entre seus 18 títulos, nenhum referenciou diretamente as categorias que sobrevivem das atividades pesqueiras. Dos 46 títulos do Jornal do Commercio, também há apagamento total delas, mesmo quando são referenciadas indiretamente, como, por exemplo, “O lamento de quem vive do mar” (27/10/2019). Já no Estado do Maranhão, entre 32 títulos, só um faz a nomeação: “Por causa das manchas de óleo, 7 mil pescadores vão receber auxílio no MA” (05/12/2019), em reportagem que, inclusive, não deu voz a nenhum/a pescador/a.

O periódico regional que mais utilizou as palavras “pescadores” ou “marisqueiras” foi o jornal A Tarde, que, nos seus 54 títulos, fez cinco citações diretas: “Pescadores e marisqueiras enfrentam queda nas vendas” (23/10/2019); “Óleo afeta trabalho de 43 mil pescadores” (27/10/2019); “Governo vai liberar um salário para cada pescador por dois meses” (07/11/2019); “Organizações coletam alimentos para pescadores afetados pelo óleo” (10/11/2019); e “Sete mil pescadores devem receber auxílio do governo” (14/11/2019).

Esse quase apagamento das palavras “pescadores/as” e “marisqueiras” nos títulos das matérias (algumas com chamadas de capa) revelam muito mais do que uma opção ou escolha de vocabulário. Um dos dispositivos mais eficazes para submeter os povos a uma falsa superioridade cultural é a linguagem.

Todorov (2010) já deixou isso patente na sua pesquisa sobre as colonizações e a imposição linguageira perpetrada por Colombo na fase das primeiras expedições. O colonizador, assumindo o papel “superior”, desqualificou a língua indígena. “Colombo fala dos

homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem” (Todorov, 2010, p. 47). Pescadores/as e marisqueiras/os (e também os voluntários/as que limpam as praias) foram, na maioria das coberturas, enfocados como paisagens que ilustraram imagens de telejornais e fotografias dos jornais impressos. Mas não ganharam relevância para serem valorizados como classe trabalhadora, como protagonistas e personagens mais relevantes da tragédia ambiental, sob o ponto de vista humanístico. Os títulos refletem, portanto, a subvalorização dos/as trabalhadores/as pela mídia.

A intervenção da palavra dos “dominantes” sobre os “dominados” é uma espécie de coação que repercute em toda a formação social, cultural e política de um povo, já que é a partir da palavra que se constitui uma nação, com suas nomeações, referências e sentidos. Se a palavra é um “signo ideológico” (Bakhtin, 2006), é por ela que a ideologia flui e atravessa as consciências, material e simbolicamente. No caso das coberturas em tela, há uma negação do “outro” pelos meios de comunicação – aquele “outro” que não faz parte das classes hegemônicas as quais a mídia comercial brasileira representa.

A construção da linguagem pelos veículos de mídia, particularmente na forma escrita, busca favorecer o domínio social. As imprensas brasileira e mundial priorizam algumas palavras-chave, enquanto outras são execradas. A palavra é forjada no contexto de um mundo social embalado por relações de poder, das quais ela constitui representação e simbolização (Carboni e Maestri, 2003, p. 117-119).

08

O jornalismo atrasado

Outro ponto que se destaca é o atraso na cobertura do vazamento de petróleo pelos veículos, mencionado ao longo da pesquisa, e a interrupção da abordagem do assunto pela mídia, antes mesmo de a sociedade saber: quem foi responsável pelo derramamento de petróleo?; como está a vida e sobrevivência dos/as pescadores/as e marisqueiras/os pós-tragédia?; há voluntários com doenças adquiridas durante a limpeza das praias?; houve impactos na saúde dos banhistas?; quantos animais marinhos morreram pelo óleo?; e qual o destino final dos resíduos/óleos retirados dos mares, rios e mangues? São perguntas ainda sem respostas.

Sobre o atraso no início da cobertura, O Globo deu pistas: na matéria publicada em 30/10/2019, com o título “Dois meses de óleo”, o jornal aponta relatório do Ibama no qual o órgão diz ter sido submetido a proibição — imposta pelo Ministério do Meio Ambiente — em comunicar situações de emergência, inclusive aos veículos de comunicação — o que teria resultado no atraso de 33 dias em informar à imprensa sobre o desastre na costa nordestina.

Impressiona o fato de que a censura sofrida por um órgão do governo, que resultou também no cerceamento da liberdade de imprensa, não alcançou grande repercussão, nem nas coberturas de O Globo — nas matérias posteriores —, muito menos em outros veículos da mídia que foram objeto da pesquisa. O acriticismo e a omissão da mídia na abordagem da tragédia socioambiental, em relação ao comportamento do governo federal, foi algo estarrecedor. Com algumas exceções, as matérias e reportagens pareciam pauta de assessorias de imprensa de ministérios, forças armadas e órgãos públicos. Percebe-se, inclusive, em grande parte das coberturas, a falta de encadeamento dos temas, do sentido de continuidade, da retomada de fatos abordados em edições anteriores. Isso gerou um esvaziamento dos conteúdos, com uma valorização da espetacularização da notícia — dispositivo recorrente na mídia tradicional.

Em relação à interrupção precoce da cobertura do desastre pela mídia, os dados da pesquisa permitem avaliar que, no último período do Corpus analisado (até 30/11/2019 para os veículos regionais e até 07/12/2019 para os nacionais), os meios abordaram o tema pela última vez nas seguintes datas: O Globo, em 30/11/2019; Folha de S. Paulo, em 30/11/2019; O Estado de S. Paulo, em 30/11/2019; Diário do Nordeste, em 27/11/2019; Jornal do Commercio, em 29/11/2019; A Tarde, em 27/11/2019; O Estado do Maranhão, em 05/12/2019; Jornal Nacional, em 09/11/2019; Jornal da Record, em 09/11/2019; SBT Brasil, em 05/11/2019; e Agência Brasil, em 04/12/2019. Essa constatação da pesquisa remete ao que defende Pascual Serrano (2009, p. 19): falta controle sobre a informação emitida pelos meios de comunicação. Acrescentaríamos: falta a mídia assumir a sua função, como fim primeiro, de compromisso social. Sobra o compromisso com o lucro.

A força do jornalismo declaratório e a insuficiência de dados e legislações

Também foi um traço comum verificado nas abordagens dos meios de comunicação, ainda que com variações entre um e outro, a ausência de questionamentos a afirmações feitas pelas fontes entrevistadas, especialmente representantes de órgãos públicos, pesquisadores/as e empresários/as, vozes que, como visto, tiveram maior espaço na cobertura dos veículos analisados na pesquisa.

Em diversos textos, como os que apontaram os navios suspeitos (envolvendo Bouboulina, Venezuela e Greenpeace), os meios de comunicação pesquisados limitaram-se a produzir conteúdos com base apenas nas declarações de um tipo de fonte de informação.

De acordo com Oliveira, o jornalismo baseado meramente em declarações “afloresce quando os jornalistas e veículos de comunicação não têm informações ou tempo suficiente para uma apuração mais criteriosa. Logo, é mais rápido e prático ‘fechar’ a matéria com fontes oficiais e declarações de personalidades públicas. O risco é publicar inverdades e servir como instrumento ideológico ou de manobra política e privada” (2018, s/p).

No caso dos telejornais, com o apelo necessário de imagens, vê-se que, muitas vezes, os/as voluntários/as que limpavam as praias incessantemente, antes mesmo de os poderes públicos cumprirem sua função sanitária, são personagens ilustrativos para cobrir narração, nota coberta, voz em off ou stand-up, enquanto as vozes oficiais dominam os discursos. Sendo assim, as imagens servem para encobrir a tática do jornalismo declaratório.

Além do confronto de opiniões, uma saída para a superação do jornalismo declaratório é a utilização de legislações e dados científicos ou resultados de pesquisa como forma de provocar perguntas e possíveis refutações a discursos oficiais. Esses mecanismos, porém, não foram suficientemente utilizados no caso da cobertura midiática sobre o vazamento de petróleo no litoral brasileiro.

Considerando os telejornais estudados na pesquisa, vale citar que o SBT Brasil não apresentou nenhum confronto de opiniões sobre questões relacionadas ao vazamento, e o Jornal da Record expôs divergência entre fontes em apenas um caso. Igualmente expressivo foi o fato de o Jornal da Record não citar nenhuma legislação ambiental e o SBT Brasil apenas uma, o Plano Nacional de Contingência (PNC).

Nesse aspecto, é importante considerar que, ainda que de modo insuficiente, o “ponto fora da curva” foi o Jornal Nacional, que em oito conteúdos pautou controvérsias explícitas entre fontes e narrativas oficiais e citou três legislações.

No caso da Agência Brasil, não houve qualquer divergência entre as fontes e seis menções foram feitas a duas medidas provisórias, uma de liberação de recursos para o setor privado e outra de seguro defeso para pescadores. Ou seja, apenas medidas editadas pelo atual governo.

Dentre os impressos nacionais, o jornal O Globo citou apenas três legislações: o PNC, o Decreto nº 9.759/2019, que revogou os colegiados de participação social, e a Portaria nº 2.952/2011 do Ministério da Saúde, que prevê o Decreto de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional; a Folha mencionou o PNC e a MP de ampliação do seguro defeso; e o Estadão fez referências ao PNC, à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ao Plano de Ação Nacional e ao Código Florestal.

A tendência de pouca utilização de legislações foi verificada também nos veículos impressos regionais. Os jornais Diário do Nordeste e A Tarde, por exemplo, mencionaram apenas uma legislação. Em quantidade um pouco maior, o Jornal do Commercio e O Estado do Maranhão citaram quatro e cinco legislações respectivamente.

Afirmando que o jornalismo vive a “era do declaratório”, Di Franco (2011) faz crítica à superficialidade da prática jornalística que tem o simples registro dos fatos e as aspas como foco. Chega-se ao ponto, como observamos em matérias e reportagens da pesquisa, de veículos utilizarem comentários jocosos e pejorativos, extraídos das contas pessoais do Twitter do ministro do Meio Ambiente e do próprio presidente da República, contra o Greenpeace e a Venezuela. Essas narrativas foram expostas sem aprofundamento ou questionamento sobre o dispositivo de representantes públicos utilizarem contas em redes digitais para atacar organizações não governamentais ou países — como ocorreu com o Greenpeace e a Venezuela. Assim, o jornalismo declaratório se contenta com novas “fontes” nas redes digitais, de forma ainda mais esvaziada e superficial, enquanto assiste na maior parte do tempo passivo aos ataques proferidos pelo governo contra jornalistas e qualquer veículo de comunicação

que se proponha a questionar as ações governamentais. “O nosso papel é ouvir as pessoas, conhecer suas queixas, identificar suas carências e cobrar soluções dos governantes. O jornalismo de registro, pobre e simplificador, repercute o Brasil oficial, mas oculta a verdadeira dimensão do país real. Precisamos fugir do espetáculo e fazer a opção pela informação. Só assim, com equilíbrio e didatismo, conseguiremos separar a notícia do lixo declaratório” (DI FRANCO, 2011, s/p). Aliás, o “lixo declaratório”, como observamos na pesquisa, contribui para a falta de criticidade, contextualização e aprofundamento da notícia.

Ao optar pela cobertura pouco aprofundada e pau-tada no jornalismo declaratório de uma das principais tragédias ambientais da história brasileira, a mídia brasileira atuou mais como uma espécie de megafone, amplificando declarações, principalmente de representantes de órgãos públicos.

dependência das fontes oficiais e a exacerbação do jornalismo declaratório é um risco ao próprio campo e um desserviço à população. Primeiramente porque o jornalismo está na linha de fogo dos agentes públicos, sendo alvo de ataques constantes, sobretudo do governo federal. De acordo com o relatório Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2019), coordenado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), houve um aumento de 54% nos registros de ataques em relação ao ano anterior. Do total de casos, 58,17% foram realizados pelo Executivo federal. Obviamente, tais fontes são indispensáveis. Mas, ao darem espaço privilegiado a tais atores, os veículos reforçam o seu lugar de poder e, ao não promoverem, como deveriam, o confronto de ideias com outros segmentos sociais, com igual espaço de fala, legitimam as declarações oficiais como a verdade dos fatos. Tal prática é nociva ao direito à informação e ao direito à comunicação.

Ao oferecerem pouco espaço a vozes imprescindíveis nas narrativas sobre o derramamento de petróleo no litoral nordestino, como as das comunidades tradicionais pesqueiras e organizações da sociedade civil, os veículos promoveram um silenciamento nocivo à (já frágil) democracia brasileira. Juntos, em especial nos veículos nacionais, esses dois segmentos não chegaram a 15% das fontes ouvidas em um drama que afetava prioritariamente as suas vidas.

Assim, a mídia hegemônica e, infelizmente, também a Agência Brasil, parte da agora verde-oliva Empresa Brasil de Comunicação, secundarizaram os povos tradicionais, desconsiderando os seus saberes e, ao negar-lhes espaço de fala, o seu protagonismo. Tendo em vista que

a democracia é “exercício de poder partilhado” (SANTOS, 2016) e que, no jornalismo, o poder é exercido por meio de instrumentos linguísticos, ao excluir esses segmentos do discurso os veículos analisados ratificam o poder de um grupo em detrimento de outro.

Os/as especialistas aparecem como fontes expressivas no conjunto das narrativas, mas, ainda assim, em agudo desequilíbrio em relação ao espaço dos porta-vozes governamentais. Além disso, ocupam um lugar de fala que poderia ser partilhado com os saberes e vozes das comunidades tradicionais. Isso não significaria deslegitimar a ciência, pelo contrário, ampliaria seu sentido, algo que as práticas extensionistas tocadas pelas universidades e centros de pesquisas já fazem.

Infelizmente, não surpreende, ainda que seja preocupante, numa lógica de jornalismo hegemônico e liberal, que o segmento empresarial apareça, na maior parte dos veículos, mais do que os povos tradicionais, e que os voluntários, muitos deles/as pescadores/as, marisqueiras, barraqueiros/as e moradores/as das áreas afetadas, tenham sido mais mencionados do que tido espaço de fala.

A cobertura do maior desastre socioambiental do litoral brasileiro revela que o jornalismo precisa urgentemente se reinventar. Pela sua credibilidade, pelo seu papel na conquista de direitos da população e pela sua função em uma democracia.

Vozes silenciadas e vozes amplificadas

O jornalismo é mais do que um ofício ou nicho profissional no mundo do trabalho. Trata-se de um campo social permeado por disputas de poder, as quais se manifestam nas suas narrativas, por meio de grafismos, imagens e discursos. Está-se falando sobre uma área garantidora de direitos fundamentais da população, como o direito à informação — bússola norteadora do nosso agir no mundo. Por isso, instrumentos legais e deontológicos, em todo o globo, apontam que o jornalismo não prescinde da liberdade de imprensa e de uma prática responsável e ética no tratamento da informação. Parte importante desse último quesito diz respeito à diversidade de fontes.

No jornalismo, as fontes são assim denominadas por repassarem os dados indispensáveis para que o relato noticioso seja o mais verossímil possível, além de cumprirem uma função certificadora da realidade. Nenhuma dessas informações está descolada de interesses e visões de mundo dos sujeitos falantes. Por

isso, a ética profissional recomenda o emprego de diversas fontes. Não necessariamente em quantidade, e sim prezando pela pluralidade das narrativas. A complexidade da realidade, ainda mais neste período em que vivemos, exige múltiplos olhares se realmente o objetivo é informar.

Neste Vozes Silenciadas foi possível observar dois polos bem demarcados no conjunto dos veículos/programas analisados, o das vozes que foram amplificadas e o das silenciadas. No primeiro grupo, inseriram-se os representantes de órgãos públicos, em especial da Marinha e das Forças Armadas. Porta-vozes do governo federal, em um período de controle das informações oficiais, tais agentes ocuparam mais da metade das narrativas jornalísticas, sendo as fontes que, mesmo quando questionadas, tinham lugar privilegiado de fala e, portanto, na construção dos consensos sobre o crime ambiental.

Esse dado revela, além da reprodução de velhas fórmulas de tratamento da informação, como a

Referências 09

AGUIAR, Pedro; LISBOA, Juliana. **Da Agência Nacional à Agência Brasil: o jornalismo de agências e o Estado brasileiro (1937-2016)**. In: 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia, 2016. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-do-jornalismo-da-agencia-nacional-a-agencia-brasil-o-jornalismo-de-agencias-e-o-estado-brasileiro-1937-2016/at_download/file>, acessado em 28 de março de 2020, às 14h.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 189-216.

BAKHTIN, Mikhail. (Voloshínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: língua, história e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CHAPARRO, Manuel. **Jornalismo – linguagem dos conflitos**. São Paulo: Edições Chaparro, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 30 mai. 2020.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornal, qualidade e rigor. O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2011. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,jornal-qualidade-e-rigor-imp-,786364>. Acesso em: 30 mai. 2020.

EBC. **A Agência Brasil**. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/institucional/veiculos/agencia-brasil>>, acessado em acessado em 02 de abril de 2020, às 23h20.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília: FENAJ, 2019. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em: 22 mai. 2020.

GUERRA, Josenildo. **Por um novo ecossistema jornalístico. Observatório da Imprensa**, ed. 1018, 18 dez. 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/perspectivas-2019/por-um-novo-ecossistema-jornalistico/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

INTERVOZES. **Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news**. São Paulo: Intervezes, 2019. Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/p9HoCNpPoPYQJc5>. Acesso em: 30 mai. 2020.

INTERVOZES. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.mom-rsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2020.

INTERVOZES. **Vozes silenciadas - Reforma da Previdência e Mídia**. São Paulo: Intervezes, 2019.

KELLNER, Douglas. **Cultura da mídia e triunfo do espetáculo**. In: MORAES, Dênis de. Sociedade midiática. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MIRA, Maria Celeste. **Circo eletrônico: Sílvio Santos e o SBT**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MORAES, Dênis de. (org.). **Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

O ESTADO DE S. PAULO. **Resumo histórico**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>. Acesso em: 30 mai. 2020.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **O que é jornalismo declaratório**. Formato digital. 2018. Disponível em: <https://livro-reportagem.com.br/o-que-e-jornalismo-declaratorio/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

R7. **Conheça o Jornal da Record, primeiro multiplataforma no segmento**. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/conheca-o-jornal-da-record-primeiro-multiplataforma-no-segmen-to-06102019>. Acesso em: 30 mai. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SERRANO, Pascual. **Desinformación: cómo los medios ocultan el mundo**. Barcelona: Ediciones Península, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ZANATTA, Rafael. **Economia política da desinformação é a principal ameaça à democracia**. Entrevista concedida ao portal IJU Unisinos. 17 dez. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585561-economia-politica-da-desinformacao-e-a-principal-ameaca-a-democracia-entrevista-especial-com-rafael-zanatta>. Acesso em: 30 mai. 2020.

Pesquisadoras/es e autoras/es 10

■ Coordenação Editorial e Pesquisa

Iara Gomes de Moura

É jornalista, formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integra a coordenação executiva do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. É uma das relatoras da missão que investigou os impactos do vazamento de petróleo na vida de povos e comunidades tradicionais de Sergipe e da Bahia realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em outubro de 2019. É autora do Guia Mídia e Direitos Humanos (Intervezes, 2014) e colaborou em diversas pesquisas do Coletivo, dentre elas Vozes Silenciadas - a cobertura da mídia sobre a reforma da previdência do governo Bolsonaro (Intervezes, 2019).

Nataly de Queiroz Lima

É jornalista, formada pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), especialista em Ciência Política pela mesma instituição de ensino superior, mestra em Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professora universitária e integrante do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Patrícia Paixão de Oliveira Leite

É mestra e doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Integra o Grupo de Pesquisa Epistemologias e Práticas Emergentes e Transformadoras em Comunicação, Mídias e Cultura – Ecomsul, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na linha de pesquisa Comunicação, Mídias e Direitos Humanos para a América Latina. Atua também como pesquisadora nos campos da Análise do Discurso, Ética e Direitos Humanos. É associada do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Paulo Víctor Melo

É jornalista, professor universitário, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, acrescentar mestre em Comunicação e Sociedade, pesquisador do Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), colaborador do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia. Integrante do Conselho Diretor do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

■ Assistência de pesquisa

Jamilly Ferreira Oliveira

Cearense, graduada em Economia Ecológica pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Lucianna Silveira

É jornalista, moradora do Jangurussu, em Fortaleza. Arrisca-se, também, desde 2014, na fotografia documental e no audiovisual. Faz parte do coletivo de audiovisual Tentalize, do Coletivo de Fotografia Perigrafia, além da produção do grupo Drible Feminino. Gosta de trabalhar a comunicação popular, a partir do olhar mais humanizado, que a instiga a escrever e conhecer histórias.

Pâmela Queiroz

Comunicadora, formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), mulher negra e fotógrafa que ocupa a comunicação na perspectiva de destruir olhares colonizadores e (re)construir a história de cada território-corpo possível, a partir da narrativa dos sujeitos até então subalternizados.

Thiago Mendes

É jornalista, formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é assessor de comunicação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca Ceará).

■ Artigos**Débora Britto**

É jornalista antirracista, repórter do coletivo de jornalismo independente e investigativo Marco Zero Conteúdo e integrante do Terral Coletivo de Comunicação Popular e do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom).

Elionice Sacramento

É pescadora e quilombola da Comunidade Conceição de Salinas (Salinas da Margarida-BA), da Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras, especialista em direitos de Povos e Comunidades Tradicionais pela UFBA e mestra em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais pela UNB.

Sônia Guajajara

É Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, formada em Letras e em Enfermagem e pós-graduada em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

■ Fotos de capa**Inês Campelo**

É formada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Apaixonada pela fotografia, campo em que atua profissionalmente desde 1999. Atualmente é editora de imagens da Marco Zero Conteúdo e freelancer.

Janaína Santos

É fotógrafa formada em Brasília, exerce a profissão de fotojornalista desde 2006 e estudou Jornalismo em Sergipe. Já realizou exposições fotográficas e desempenha trabalhos como correspondente para veículos internacionais de comunicação.

